U.PORTO

MESTRADO INTEGRADO

ARQUITETURA

Valorização da Paisagem Cultural Rural

Uma Abordagem Participativa no Vale da Senhora da Póvoa

Luana Cristina Lima

M

2026

Valorização da Paisagem Cultural Rural

Uma Abordagem Participativa no Vale da Senhora da Póvoa

Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura
Luana Cristina Lima
Docente Orientador: Pedro Murilo Gonçalves de Freitas
Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto 2025/2026

Agradecimentos

À comunidade do Vale da Senhora da Póvoa, pela disponibilidade, acolhimento e generosidade na partilha de memórias e experiências.

Ao Presidente Renato Robalo da Silva, à Adelaide Maria Nabais e aos membros das associações locais, pelo apoio e colaboração ao longo da investigação.

Ao Professor Pedro Freitas, pela orientação, disponibilidade e contributo para o desenvolvimento deste trabalho, e à Júlia Farah, pela ajuda e pelas sugestões em momentos importantes do processo.

Aos professores da unidade de formação *Património e Paisagem. Gestão, Análise, Projeto*, pelos ensinamentos e ferramentas adquiridos, fundamentais para o desenvolvimento desta investigação.

Ao Pedro Fonseca, pela presença constante, pelo apoio nas ações participativas e filmagens, pelas conversas sobre o Vale e por estar sempre disponível para ouvir e ajudar.

À Maria dos Prazeres, pelo conhecimento inesgotável sobre o Vale, pela ajuda em tantas dúvidas e por ter facilitado a aproximação à comunidade.

À minha família e ao Sérgio, pelo apoio e por estarem sempre presentes.

A todos, o meu sincero agradecimento.

Sumário

Agradecimentos V
Resumo IX
Abstract X
Introdução 1

1 A Paisagem Rural 7
1.1 Património: do objeto à paisagem 8
1.2 O Vale da Senhora da Póvoa 15
1.3 Estrutura e dinâmicas da paisagem 27
1.4 O esvaziamento da paisagem rural 38

2 O Diagnóstico Participativo 45
2.1 Abordagem 46
2.2 Ouvir o Vale 52
2.2.1 Entrevistas semiestruturadas 53
2.2.2 Cartografia participativa 62
2.2.3 Inquérito online 72
2.2.4 Entrevistas institucionais e associativas 81
2.3 Síntese dos resultados 84

3 Master Plan 95
3.1 Princípios 96
3.2 Riscos e Vulnerabilidades 98
3.3 Do diagnóstico à proposta 104
3.3.1 Rede da paisagem e da água 106
3.3.2 Rede de espaços coletivos 110
3.3.3 Práticas, participação e memória 116
3.3.4 Implementação e continuidade 121

Considerações Finais 125
Bibliografia 130
Lista de Figuras 134
Lista de Tabelas 137
Apêndices 139

Resumo

As paisagens culturais rurais resultam de relações prolongadas entre comunidades, território e recursos, encontrando-se em permanente transformação. Processos como o despovoamento, o envelhecimento da população, o abandono agrícola e a alteração das práticas quotidianas colocam, contudo, desafios à continuidade dessas relações e aos valores culturais que lhes estão associados. Esta investigação analisa o Vale da Senhora da Póvoa, no concelho de Penamacor, procurando compreender de que forma a valorização de uma paisagem cultural rural pode articular a leitura do território com os valores, memórias e expectativas das comunidades que com ele se relacionam.

A investigação adota uma abordagem interdisciplinar e participativa, articulando pesquisa histórica e documental, análise territorial e cartográfica, observação direta, entrevistas semiestruturadas, cartografia participativa, um inquérito online e entrevistas a atores institucionais e associativos. O cruzamento destas diferentes formas de conhecimento permitiu identificar atributos, valores, problemas e vulnerabilidades, reconhecendo simultaneamente distintas formas de relação com o território entre residentes, antigos moradores, população sazonal e comunidade não residente.

Os resultados demonstram que a significância cultural do Vale não reside apenas nos seus elementos construídos ou naturais, mas nas relações estabelecidas entre lugares, práticas, memórias e pessoas. A transformação da atividade agrícola, dos sistemas de água e dos espaços de sociabilidade evidencia, deste modo, que a salvaguarda da paisagem não pode ser dissociada das condições que permitem continuar a utilizá-la, mantê-la e reinterpretá-la.

A investigação culmina na proposta de um Master Plan de caráter aberto e progressivo, estruturado através da paisagem e da água, dos espaços coletivos e de ações de participação e memória. A estratégia procura orientar diferentes possibilidades de continuidade e transformação, conciliando os valores reconhecidos no território com os seus usos contemporâneos, vulnerabilidades e capacidades atuais de gestão.

Palavras-chave: paisagem cultural rural; património; participação comunitária; diagnóstico participativo; valorização territorial.

Abstract

Rural cultural landscapes result from long-term relationships between communities, territory, and resources, and are therefore subject to continuous transformation. Processes such as depopulation, population ageing, agricultural abandonment, and changing everyday practices, however, pose challenges to the continuity of these relationships and to the cultural values associated with them. This research examines Vale da Senhora da Póvoa, in the municipality of Penamacor, seeking to understand how the valorisation of a rural cultural landscape can articulate territorial analysis with the values, memories, and expectations of the communities connected to it.

The research adopts an interdisciplinary and participatory approach, combining historical and documentary research, territorial and cartographic analysis, direct observation, semi-structured interviews, participatory mapping, an online survey, and interviews with institutional and community stakeholders. Bringing these different forms of knowledge together made it possible to identify attributes, values, problems, and vulnerabilities, while recognising different relationships with the territory among permanent residents, former residents, seasonal residents, and the non-resident community.

The results show that the cultural significance of the Vale lies not only in its built or natural elements, but also in the relationships established between places, practices, memories, and people. Changes in agricultural activity, water systems, and spaces of sociability therefore demonstrate that safeguarding the landscape cannot be separated from the conditions that allow it to continue to be used, maintained, and reinterpreted.

The research culminates in an open and progressive Master Plan structured around landscape and water, collective spaces, and actions related to participation and memory. The strategy seeks to guide different possibilities for continuity and transformation, reconciling the values recognised within the territory with contemporary uses, vulnerabilities, and management capacities.

Keywords: rural cultural landscape; heritage; community participation; participatory assessment; territorial valorisation.

Introdução

As paisagens rurais resultam de processos prolongados de interação entre comunidades, território e recursos naturais. Esta compreensão aproxima-se da Convenção Europeia da Paisagem, que define paisagem como "uma parte do território, tal como é apreendida pelas populações, cujo carácter resulta da ação e da interação de fatores naturais e/ou humanos"[1]. Nas paisagens rurais, essa construção manifesta-se tanto nas estruturas físicas como nas práticas, memórias e formas de apropriação do território. Contudo, o despovoamento, o envelhecimento da população e a redução das atividades agrícolas têm vindo a alterar estas dinâmicas, afetando os usos quotidianos, os conhecimentos transmitidos entre gerações e as formas de sociabilidade. Como refere Laurajane Smith (2006), o património "não é uma 'coisa'", mas um processo cultural através do qual se constroem relações com o presente[2]. Nesta perspetiva, a valorização da paisagem implica considerar conjuntamente a permanência dos seus vestígios materiais e a continuidade e transformação das práticas que lhes conferem significado.

É neste contexto que se situa o Vale da Senhora da Póvoa, freguesia rural do concelho de Penamacor, na Beira Baixa. Implantada entre a Serra d'Opa e os sistemas hídricos que atravessam o vale, a aldeia conserva uma estrutura territorial marcada pela relação entre o núcleo habitacional, a atividade agrícola, a água e o Santuário de Nossa Senhora da Póvoa. Embora esta estrutura permaneça amplamente reconhecível, a diminuição da população residente, o abandono progressivo das áreas produtivas, a utilização sazonal do edificado e a transformação das práticas comunitárias têm produzido uma crescente dissociação entre a permanência material da paisagem e os usos que historicamente lhe conferiam significado.

A escolha deste território decorre também de uma relação de proximidade construída ao longo dos últimos seis anos. A ligação familiar do meu companheiro ao Vale conduziu a visitas regulares ao lugar, permitindo acompanhar, em diferentes momentos, alterações nos usos, nas práticas e na própria perceção da paisagem. Esta familiaridade, inicialmente de natureza pessoal, encontrou-se progressivamente com um interesse pela história e pelos processos através dos quais as sociedades transformam o território e nele deixam marcas materiais e culturais. A observação continuada do Vale suscitou, deste modo, uma inquietação que viria a orientar a investigação: compreender como uma paisagem permanece reconhecível enquanto se transformam as relações sociais, produtivas e culturais que participaram na sua construção.

Foi precisamente esta tensão entre permanência e transformação que orientou a presente investigação. Em vez de indagar apenas sobre o que deve ser conservado no Vale da Senhora da Póvoa, interessa compreender de que forma a valorização de uma paisagem cultural rural pode articular a leitura do território com os valores, memórias e expectativas das comunidades que com ele se relacionam. Este enfoque desloca a atenção

1. Conselho da Europa. *Convenção Europeia da Paisagem*. Florença: Conselho da Europa, 2000, art. 1.º.

2. Smith, Laurajane. *Uses of heritage*. London: Routledge, 2006, p. 44.

do reconhecimento isolado dos objetos patrimoniais para as relações existentes entre lugares, práticas e pessoas, procurando perceber de que modo esse conhecimento pode informar a transformação futura do território.

Objetivos

A presente dissertação tem como objetivo geral desenvolver uma estratégia de salvaguarda e valorização territorial para o Vale da Senhora da Póvoa, reconhecendo simultaneamente as dimensões materiais e imateriais da sua paisagem e integrando a participação das comunidades na identificação dos valores e das possibilidades de transformação do território.

Para alcançar este objetivo, procura-se compreender a formação e transformação histórica da paisagem do Vale; identificar os elementos, relações e atributos que estruturam o território; reconhecer os valores que lhes são atribuídos pela comunidade; analisar os problemas, riscos e vulnerabilidades que condicionam a sua continuidade; compreender memórias, necessidades e expectativas através de processos de auscultação; e, por fim, traduzir o cruzamento destes conhecimentos numa estratégia territorial que articule salvaguarda, utilização contemporânea e transformação futura.

Metodologia

A investigação adota uma abordagem interdisciplinar articulando investigação histórica e documental, análise territorial e cartográfica, observação direta, métodos qualitativos e instrumentos participativos. O percurso metodológico organiza-se em três dimensões complementares: a compreensão da formação e das transformações da paisagem; o diagnóstico territorial e participativo; e a tradução do conhecimento produzido numa estratégia de valorização e intervenção.

A construção deste percurso foi particularmente informada pela unidade de formação *Património e Paisagem. Gestão, Análise, Projeto*, frequentada na Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto e integrada na Cátedra UNESCO *Património, Cidades e Paisagens. Gestão Sustentável, Conservação, Planeamento e Projeto*. A unidade propõe uma abordagem interdisciplinar que articula investigação histórica e territorial, identificação de atributos e valores patrimoniais, envolvimento das comunidades, avaliação de riscos, gestão e projeto[3]. Esta matriz constituiu uma referência metodológica para a investigação, sendo posteriormente adaptada à escala, às condições e às especificidades de uma paisagem cultural rural.

A aproximação ao Vale desenvolveu-se, por isso, através de diferentes formas de conhecimento. À investigação documental e cartográfica e à observação direta do território juntaram-se entrevistas semiestruturadas, ações de cartografia participativa, um inquérito online e entrevistas a atores institucionais e associativos. Estes instrumentos não procuram produzir uma leitura única da paisagem, mas colocar em relação diferentes maneiras de a conhecer: através da sua materialidade, da memória, da experiência quotidiana, da relação mantida à distância e das possibilidades concretas de gestão e intervenção.

3. Ferreira, Teresa Cunha, et al. "*Património e Paisagem. Gestão, Análise, Projeto*". In Cadernos de Inovação Pedagógica. Vol. 5, Brechas no muro da rotina: caminhos para um ensino centrado no estudante. Porto: U.Porto Press, 2025, pp. 300-305.

A dimensão projetual assume, por isso, a forma de um Master Plan. Esta opção decorre da própria natureza do problema investigado: a valorização da paisagem do Vale não depende de um único objeto ou intervenção arquitetónica, mas da articulação entre sistemas territoriais, espaços coletivos, edifícios existentes, estruturas de água, práticas comunitárias, formas de gestão e ações com diferentes escalas e temporalidades.

Neste sentido, a proposta aproxima-se da distinção estabelecida pela Convenção Europeia da Paisagem entre proteção, gestão e planeamento. Enquanto a proteção procura conservar características significativas, a gestão procura orientar e harmonizar as mudanças decorrentes dos processos sociais, económicos e ambientais, e o planeamento assume uma ação prospetiva dirigida à valorização, recuperação ou criação das paisagens[4]. A escolha de um Master Plan permite atuar precisamente nesta articulação entre permanência e transformação, estabelecendo uma estrutura estratégica capaz de coordenar diferentes ações sem fixar uma solução única ou definitiva para o território.

4. Conselho da Europa. *Convenção Europeia da Paisagem*. Florença: Conselho da Europa, 2000, art. 1.º.

O Master Plan é, assim, entendido nesta investigação não como uma imagem acabada do futuro do Vale, mas como um quadro orientador e progressivo. As propostas físicas são articuladas com estratégias de gestão, participação e ativação comunitária, admitindo diferentes prioridades, agentes responsáveis e possibilidades de implementação ao longo do tempo.

Estrutura da dissertação

A dissertação organiza-se em três momentos complementares. O primeiro, A Paisagem Rural, estabelece o enquadramento conceptual da investigação e desenvolve uma leitura histórica e territorial do Vale da Senhora da Póvoa. Partindo da evolução das noções de património e paisagem cultural, procura-se compreender de que forma se constituiu a paisagem atual e quais os processos que explicam as suas permanências e transformações.

O segundo momento, O Diagnóstico Participativo, aprofunda a relação entre território e comunidade através do cruzamento entre a análise territorial e as diferentes formas de auscultação. Este processo permite reconhecer os atributos e valores associados ao Vale, identificar problemas e necessidades e compreender de que forma diferentes grupos vivem, recordam, valorizam e imaginam o território.

Por fim, o Master Plan reúne a leitura territorial e participativa desenvolvida anteriormente com a análise dos riscos e vulnerabilidades que condicionam a continuidade da

paisagem. A partir deste diagnóstico, estabelece-se uma estratégia aberta e progressiva de valorização territorial, articulando a paisagem e os sistemas de água, os espaços coletivos e o património edificado, as práticas comunitárias, a gestão territorial e os instrumentos de memória e participação. Mais do que propor uma solução definitiva, este último momento procura definir possibilidades de continuidade e transformação da paisagem, conciliando os valores reconhecidos no território com os problemas, riscos e condições identificados ao longo da investigação.

1 A Paisagem Rural

1.1 Património: do objeto à paisagem

A compreensão contemporânea do património é o resultado de um longo processo de alargamento conceptual que transformou profundamente a forma como as sociedades identificam, valorizam e conservam os vestígios do passado. Se durante muito tempo a atenção patrimonial incidiu sobretudo sobre monumentos e obras de reconhecido valor histórico ou artístico, ao longo do século XX esta compreensão foi progressivamente ampliada, incorporando conjuntos, lugares, paisagens, práticas e comunidades. Esta transformação não representa apenas uma extensão daquilo que pode ser considerado património, mas também uma mudança na própria noção de valor, progressivamente entendido não como uma qualidade fixa e inerente aos objetos, mas como algo reconhecido e construído em determinados contextos históricos, culturais e sociais.

No início do século XX, Alois Riegl oferece um importante contributo para esta discussão ao sistematizar, em *O Culto Moderno dos Monumentos*, diferentes formas de atribuição de valor aos vestígios do passado. Ao distinguir os monumentos criados com uma intenção comemorativa daqueles que adquirem posteriormente um valor de memória, o autor demonstra que a condição patrimonial não depende exclusivamente das características originais do objeto, mas também da forma como este é interpretado pelas sociedades em diferentes momentos históricos. O valor de antiguidade, o valor histórico ou o valor de uso podem, assim, coexistir e até entrar em conflito, evidenciando que a conservação não responde a uma qualidade única e imutável do objeto, mas a diferentes formas de o valorar em determinados contextos históricos[5].

Em Riegl, esta discussão desenvolve-se ainda a partir do monumento enquanto objeto de conservação. Em paralelo, no campo da geografia cultural, outra linha de reflexão permitia ampliar o olhar para a relação entre sociedade e território. A paisagem começava a ser interpretada não apenas como cenário natural, mas também como resultado visível da ação humana acumulada ao longo do tempo. É neste contexto que Carl Sauer formula, em *The Morphology of Landscape* (1925), uma das primeiras definições sistemáticas de paisagem cultural:

> *As obras do homem expressam-se na paisagem cultural. Pode haver uma sucessão destas paisagens com uma sucessão de culturas. Elas são derivadas, em cada caso, da paisagem natural, com o homem a expressar o seu lugar na natureza como um agente distinto de modificação. De especial significado é aquele clímax da cultura que chamamos de civilização. A paisagem cultural está, portanto, sujeita a mudanças, seja pelo desenvolvimento de uma cultura, seja pela substituição de culturas*[6].

A contribuição de Sauer não insere ainda a paisagem cultural no campo da conservação patrimonial, mas fornece uma base conceptual fundamental para essa aproximação posterior: a paisagem passa a poder ser lida como expressão material de uma relação histórica entre cultura e território. Se Riegl havia demonstrado que o valor atribuído aos vestígios varia consoante as sociedades e os momentos históricos, Sauer permite reconhecer que essa ação cultural não se manifesta apenas nos objetos isolados, mas também na transformação continuada do território.

A Carta de Veneza, de 1964, representa um primeiro alargamento significativo da escala patrimonial. No seu primeiro artigo, este documento estabeleceu que a noção de monumento histórico:

> *[...] engloba a criação arquitetónica isolada, bem como o sítio, rural ou urbano, que constitua testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Esta noção aplica-se não só às grandes criações, mas também às obras modestas do passado que adquiriram, com a passagem do tempo, um significado cultural*[7].

Embora a escala da conservação se ampliasse do monumento isolado para o sítio e para os conjuntos, a preocupação permanecia ainda fortemente associada à materialidade dos testemunhos físicos. Em 1972, a Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural da UNESCO ampliaria novamente esta escala ao integrar num mesmo instrumento internacional bens culturais e naturais[8]. Estes permaneciam, contudo, definidos como categorias distintas, separação que se revelaria progressivamente insuficiente para compreender territórios cujo significado resulta precisamente da interação prolongada entre processos naturais e ação humana.

Paralelamente, a discussão sobre valor conhecia também um importante desenvolvimento. Adotada inicialmente em 1979 e sucessivamente revista, a Carta de Burra colocou o conceito de significado cultural (*cultural significance*) no centro do processo de conservação. Nas suas formulações posteriores, a importância patrimonial de um lugar passa a poder resultar de valores estéticos, históricos, científicos, sociais e espirituais, não se encontrando exclusivamente no seu tecido físico (*fabric*), mas também no enquadramento (*setting*), nos usos, associações e significados que lhe são atribuídos. A própria noção de lugar (*place)* reforça esta abordagem ao admitir uma realidade composta por elementos, espaços, vistas e dimensões materiais e imateriais. O valor patrimonial começa, assim, a ser pensado não apenas a partir da integridade do objeto, mas através das múltiplas relações que conferem significado ao lugar[9].

O problema da separação entre cultura e natureza encontraria uma resposta mais direta em 1992, quando o Comité do Património Mundial da UNESCO reconheceu formalmente as Paisagens Culturais no âmbito da aplicação da Convenção de 1972. A categoria permitiu enquadrar territórios cuja significação resultava precisamente da interação prolongada entre sociedade e meio, reconhecendo-os como expressão das "obras conjugadas do homem e da natureza"[10]. A noção desenvolvida por Sauer adquiria, deste modo, reconhecimento institucional no campo patrimonial.

O reconhecimento da Paisagem Cultural pela UNESCO abriu igualmente espaço para uma compreensão mais plural dos valores patrimoniais, aprofundada dois anos mais

5. Riegl, Alois. *O culto moderno dos monumentos e outros ensaios estéticos*. Trad. João Tiago Proença. Lisboa: Edições 70, 2013, pp. 34-36.

6. Sauer, Carl Ortwin. "*The Morphology of Landscape*". In Leighly, John, ed. Land and Life: A Selection from the Writings of Carl Ortwin Sauer. Berkeley: University of California Press, 1969, p. 333.

7. ICOMOS. *International Charter for the Conservation and Restoration of Monuments and Sites (The Venice Charter)*. Venice: International Council on Monuments and Sites (ICOMOS), 1964, art. 1.º.

8. UNESCO. *Convention Concerning the Protection of the World Cultural and Natural Heritage*. Paris, 1972, Artigos 1.º–2.º.

9. Australia ICOMOS. *The Burra Charter: The Australia ICOMOS Charter for Places of Cultural Significance*. Burra: Australia ICOMOS, 2013, art. 1.1–1.3 e 1.12.

10. UNESCO World Heritage Centre. *Report of the Expert Group on Cultural Landscapes, La Petite Pierre, 24–26 October 1992*, parágrafos 34–36.

tarde pelo Documento de Nara sobre a Autenticidade. O documento reconhece a diversidade cultural como um aspeto fundamental da herança humana e estabelece que os valores atribuídos ao património, assim como a avaliação da sua autenticidade, devem ser compreendidos em relação aos contextos culturais a que pertencem. Aplicados à paisagem cultural, estes princípios permitem ultrapassar a sua compreensão como mera base geográfica, reconhecendo igualmente as práticas, tradições e relações através das quais o território adquire significado[11].

Este entendimento foi posteriormente reforçado pela Convenção Europeia da Paisagem, adotada em Florença em 2000, primeiro tratado internacional inteiramente dedicado à proteção, gestão e ordenamento da paisagem. A Convenção define a paisagem como "uma parte do território, tal como é apreendida pelas populações, cujo carácter resulta da ação e da interação de fatores naturais e/ou humanos"[12], colocando, pela primeira vez, a perceção das comunidades no centro da sua definição e reconhecendo a paisagem como uma componente essencial do património cultural e natural europeu.

A introdução da perceção das populações na própria definição de paisagem reforça uma compreensão que ultrapassa a sua dimensão estritamente morfológica ou visual. Como sintetiza Laura Lage (2023), a paisagem resulta da interação entre sociedade e meio, constituindo um "constructo social em constante desenvolvimento mediado pela cultura", cuja valoração integra características físicas, espaciais, simbólicas, económicas, sociais e culturais[13]. A paisagem não corresponde, deste modo, apenas àquilo que existe materialmente no território, mas também às relações através das quais este é vivido, interpretado e dotado de significado.

A centralidade da dimensão humana é expressa de forma particularmente clara quando Lage, retomando Graham Fairclough, afirma que "uma paisagem sem a presença humana possui apenas possibilidades, não tem sentido [...] é apenas um ambiente"[14]. Esta relação, porém, não é estática. Para Fairclough, a mudança constitui parte do próprio carácter da paisagem: não é possível interrompê-la sem retirar-lhe a dimensão dinâmica que resulta da ação humana. A conservação da paisagem não deve, portanto, procurar fixar uma imagem ideal do passado, mas compreender e gerir as transformações que continuamente a reconfiguram[15].

A Convenção de Faro, de 2005, consolida esta mudança de paradigma ao definir o património cultural como o "conjunto de recursos herdados do passado que as pessoas identificam […] como um reflexo e expressão dos seus valores, crenças, saberes e tradições em permanente evolução"[16]. A Convenção coloca novamente a atribuição de valor no centro do processo patrimonial. O património não é determinado apenas por aquilo que existe materialmente, mas por aquilo que as pessoas reconhecem como significativo. A introdução do conceito de "comunidade patrimonial" torna esta relação explícita:

> *Uma comunidade patrimonial é composta por pessoas que valorizam determinados aspetos do património cultural que desejam, através da iniciativa pública, manter e transmitir às gerações futuras[17].*

11. ICOMOS. *The Nara Document on Authenticity*. Nara: ICOMOS, 1994, par. 6–7 e 9–13.

12. Conselho da Europa. *Convenção Europeia da Paisagem*, art. 1.º e 2.º.

13. Lage, Laura Beatriz. *Paisagem como modo de entender o mundo.* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2023, pp. 30–31.

14. Ibid., p. 76.

15. Fairclough, Graham. "Cultural Landscape, Sustainability, and Living with Change?" In *Managing Change: Sustainable Approaches to the Conservation of the Built Environment*, ed. Jeanne Marie Teutonico e Frank Matero. Los Angeles: Getty Conservation Institute, 2003, p. 23.

16. Council of Europe. *Convention on the Value of Cultural Heritage for Society (Faro Convention)*. Faro: Council of Europe, 2005, art. 2.º.

17. Ibid., art. 2.º.

18. Ministério da Cultura; Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais; Governo Regional da Madeira. *Carta de Porto Santo: A cultura e a promoção da democracia: para uma cidadania cultural europeia*. Porto Santo: 2021, pp. 5-6.

19. Ibid., recomendação 33.º.

20. Choay, Françoise. *A alegoria do património*. Trad. Teresa Castro. 2.ª ed. Lisboa: Edições 70, 2010, p. 253.

21. Ibid., p. 116.

22. Ibid., p. 253.

23. Smith. Op. cit., pp. 29-32.

24. Ibid., p. 44.

Os princípios estabelecidos pela Convenção de Faro foram posteriormente aprofundados pela Carta do Porto Santo de 2021, que procura operacionalizar este modelo participativo de gestão patrimonial. O documento distingue o paradigma tradicional da "democratização da cultura" — centrado na difusão de uma cultura previamente legitimada pelas instituições — do conceito de "democracia cultural", que reconhece os cidadãos como participantes ativos na produção, interpretação e salvaguarda do património[18]. Este modelo estimula um diálogo aberto entre as expressões locais e universais, instando a comunidade a assumir-se como um "agente cultural que participa no processo de identificação, de salvaguarda, proteção, comunicação, reinterpretação desses patrimónios"[19].

Este progressivo alargamento do património — do objeto aos lugares, às paisagens, aos valores e às comunidades — não está, contudo, isento de contradições. Françoise Choay identifica nas sociedades contemporâneas aquilo a que designa por "complexo de Noé": uma tendência para transformar o património num refúgio face à aceleração das transformações do presente, através da acumulação e preservação defensiva de fragmentos do passado, motivada pelo receio da destruição e do desaparecimento trazidos pelo tempo[20]. Segundo a autora, indivíduos e sociedades "não podem preservar e desenvolver a sua identidade senão na duração e através da memória"[21]. No entanto, para que esta identidade não se torne estática ou meramente musealizada, é necessário que o tratamento dos bens patrimoniais contribua para uma "identidade cultural dinamicamente assumida"[22], enraizada nas práticas, usos e significados atribuídos pelas comunidades, em detrimento de uma conservação puramente contemplativa.

É precisamente sobre esta relação entre património, significado e comunidade que incide a reflexão de Laurajane Smith. Em *Uses of Heritage*, Smith questiona o chamado Discurso Patrimonial Autorizado (*Authorized Heritage Discourse – AHD*), demonstrando que este privilegia uma visão monumental e material do património, legitimada sobretudo pelo conhecimento especializado e pelas instituições. Ao assumir que o valor patrimonial é inerente aos bens e apenas reconhecível pelos especialistas, este discurso reduz as comunidades a um papel passivo na atribuição de significado e na construção da memória coletiva[23]. Como contraponto, Smith afirma:

> *O património não é uma "coisa"; não é um "sítio", um edifício ou qualquer outro objeto material. Embora estes elementos sejam frequentemente importantes, não constituem, por si só, património. [...] O património é um processo cultural que envolve atos de rememoração através dos quais construímos formas de compreender e de nos relacionarmos com o presente, sendo os próprios lugares instrumentos culturais que podem facilitar esse processo, embora não sejam necessariamente indispensáveis para a sua concretização[24].*

Nesta perspetiva, o património deixa definitivamente de ser entendido como um conjunto de objetos cujo valor é intrínseco, afirmando-se antes como um processo social continuamente construído através das práticas, das memórias e dos significados atribuídos

pelas comunidades. Mais do que conservar vestígios materiais, importa compreender as relações culturais que lhes conferem sentido e que permitem a sua permanente reinterpretação.

Esta dimensão processual torna particularmente evidentes os desafios enfrentados pelas paisagens rurais portuguesas. O despovoamento, o envelhecimento da população e o abandono de modos de vida tradicionais conduziram à perda progressiva de muitos dos saberes associados ao quotidiano rural. Como observa Álvaro Domingues (2001), estas mudanças conduziram frequentemente à perceção de uma "crise da paisagem", decorrente da perda das relações sociais e funcionais que sustentavam a coerência das paisagens rurais tradicionais[25]. Mais do que a destruição da paisagem, trata-se da transformação dos processos que historicamente lhe conferiam significado. Compreender estas transformações exige, por isso, uma leitura capaz de relacionar as diferentes dimensões que estruturam o território. Teresa Calix (2021) salienta, neste âmbito, a necessidade de ultrapassar leituras fragmentadas, articulando valores biofísicos e humanos e reconhecendo um continuum de sistemas naturais e artificiais que se interpenetram e influenciam mutuamente[26].

É neste contexto que se enquadra o presente estudo. O Vale da Senhora da Póvoa constitui um exemplo representativo destas dinâmicas, reunindo simultaneamente marcas materiais de longa duração e profundas transformações sociais que alteram as relações através das quais esta paisagem foi historicamente construída e valorizada. Se o valor patrimonial não é inerente aos objetos, mas resulta das relações estabelecidas entre pessoas, lugares e práticas, a valorização de uma paisagem cultural rural não pode limitar-se à conservação da sua materialidade, exige igualmente reconhecer os valores atribuídos ao território, compreender os processos que os sustentam e considerar as comunidades que participam na continuidade e transformação dessa paisagem. A análise da sua evolução territorial permitirá, assim, compreender de que forma os princípios teóricos discutidos ao longo deste capítulo se manifestam numa paisagem rural concreta e quais os desafios que colocam à valorização do seu património cultural.

25. Domingues, Álvaro – "*A paisagem revisitada*". Finisterra. Vol. XXXVI, n.º 72 (2001), pp. 59-60.

26. Calix, Teresa. *"Um novo paradigma de transição para o século XXI"*. Terramaia, n.º 4. Maia: Município da Maia, 2021, p. 12.

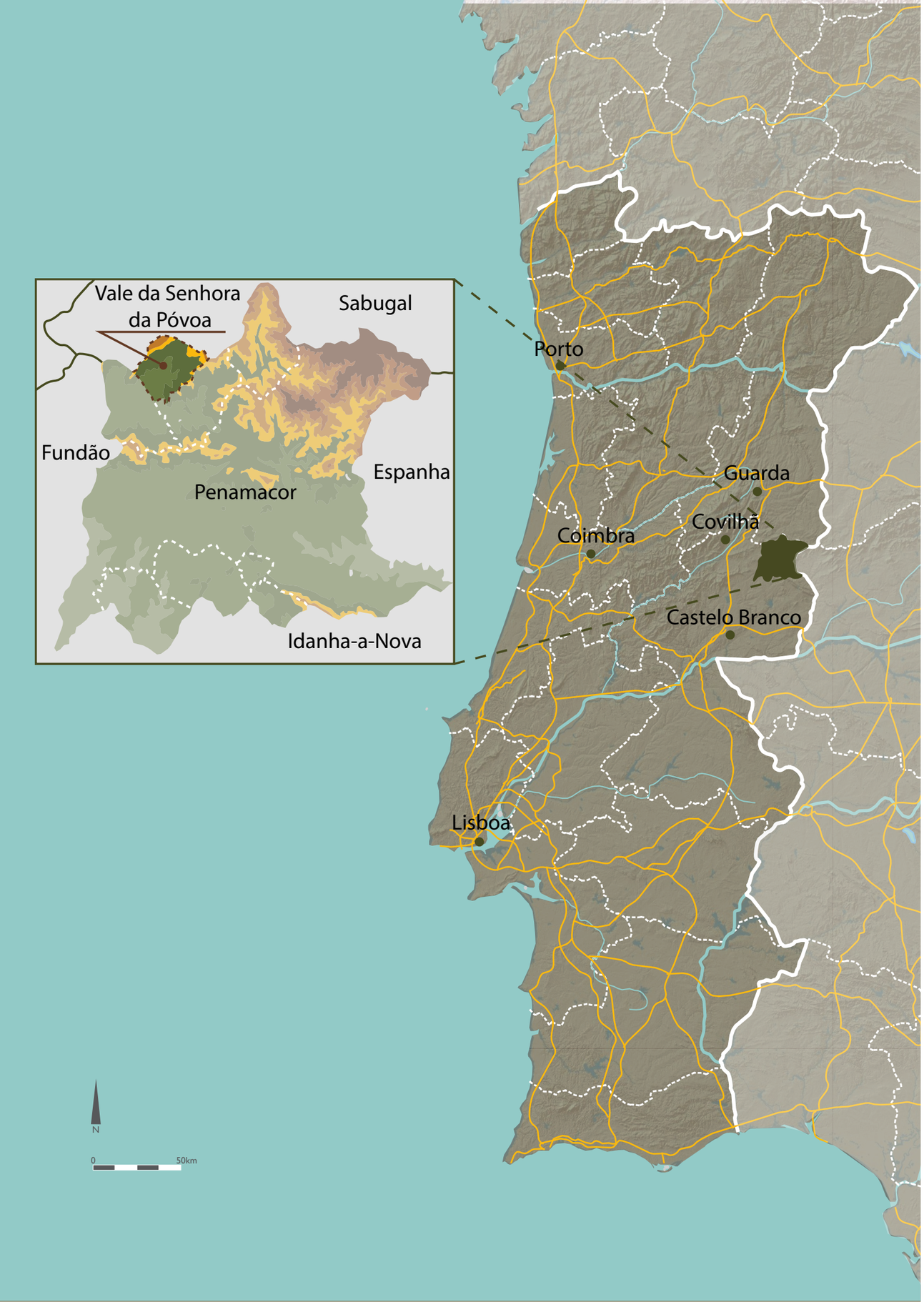


Fig. 01: Enquadramento geográfico do Vale da Senhora da Póvoa no contexto nacional e no concelho de Penamacor. **Fonte:** autora (2026).

1.2 O Vale da Senhora da Póvoa

O enquadramento teórico apresentado na secção anterior demonstrou que a paisagem resulta de um processo contínuo entre fatores naturais, práticas sociais e construções culturais. É nesta perspetiva que se aborda o Vale da Senhora da Póvoa (Fig. 01), procurando compreender de que forma esses processos se materializaram na construção de uma paisagem concreta ao longo do tempo.

Localizado no extremo norte do concelho de Penamacor, no distrito de Castelo Branco, o Vale da Senhora da Póvoa desenvolveu-se ao longo da ribeira de Vale de Lobo, numa encosta protegida entre a Serra d'Opa, a poente, e uma elevação de menor expressão, a nascente (Fig. 02). A aldeia encontra-se inserida num contexto marcadamente rural, onde a proximidade entre o relevo, os recursos hídricos e a atividade agrícola condicionou historicamente as formas de ocupação e utilização do território. Para além destas características físicas, distingue-se ainda pela presença do Santuário de Nossa Senhora da Póvoa, um dos principais centros de peregrinação da Beira Baixa, cuja influência ultrapassou a dimensão religiosa e marcou profundamente a organização espacial e a identidade do lugar.

Esta paisagem resulta, contudo, de um processo de ocupação e transformação de longa duração. Os vestígios proto-históricos e romanos, a consolidação medieval de Vale de Lobo (antigo topónimo da atual aldeia do Vale da Senhora da Póvoa) e a posterior afirmação do culto à Senhora da Póvoa correspondem a diferentes momentos de apropriação do território, cujas marcas permanecem legíveis na paisagem atual.

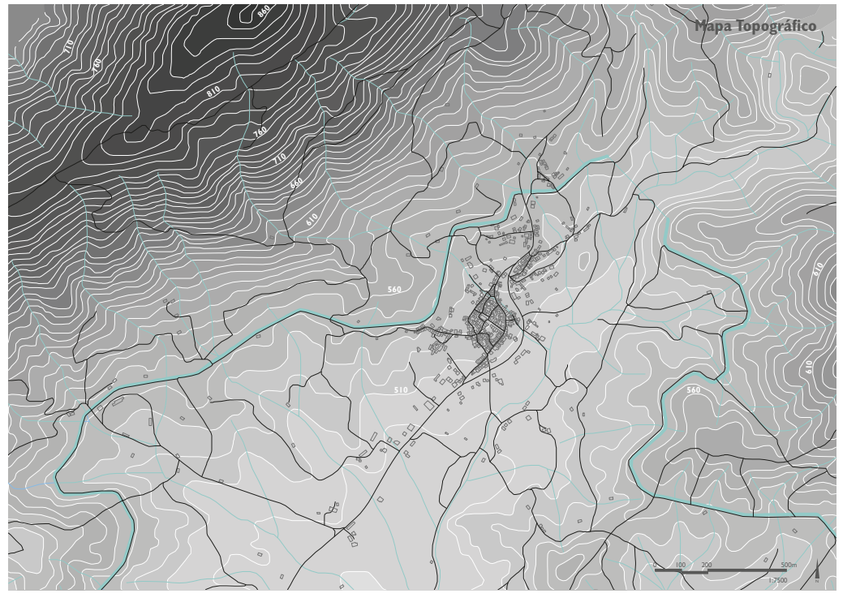


Fig. 02: Mapa Topográfico. **Fonte:** autora (2026). **Nota:** Ver versão ampliada no Apêndice 09.

O Povoamento Proto-Histórico e a Ocupação Lusitana

A origem exata da ocupação humana no Vale da Senhora da Póvoa é desconhecida; contudo, o Vale insere-se num território de grande riqueza arqueológica. Desde a Serra d'Opa até aos esporões vizinhos, apresentam-se numerosos vestígios da presença humana, como castros, muralhas e antigos caminhos. Estes testemunhos permitem recuar a ocupação do território, pelo menos, à Idade do Bronze, com evidências da Idade do Ferro e do período romano[27].

Antes da chegada dos romanos, estas terras de interior eram predominantemente habitadas pelos lusitanos, que se estabeleciam em zonas elevadas e estrategicamente fortificadas, "os castros", muitos dos quais viriam a ser posteriormente romanizados[28]. Na envolvente do Vale da Senhora da Póvoa destacam-se os povoados da Serra d'Opa e de Sortelha-a-Velha (Fig. 03), ambos com vestígios atribuíveis à Idade do Ferro. Na Serra d'Opa permanece visível um cordão de pedra solta caída, interpretado como remanescente de uma antiga estrutura defensiva.[29]

27. Câmara Municipal de Penamacor. *Carta Arqueológica de Penamacor: exposição*. Penamacor: Câmara Municipal de Penamacor, 2016, p. 53.

28. Câmara Municipal de Penamacor. *Plano Diretor Municipal de Penamacor: Análise e Diagnóstico.* Vol. I. Penamacor: CMP, 2003, p. 115.

29. Cabanas, António. *Vale da Senhora da Póvoa e a sua romaria*. Penamacor: Câmara Municipal de Penamacor, 2016, p. 15.

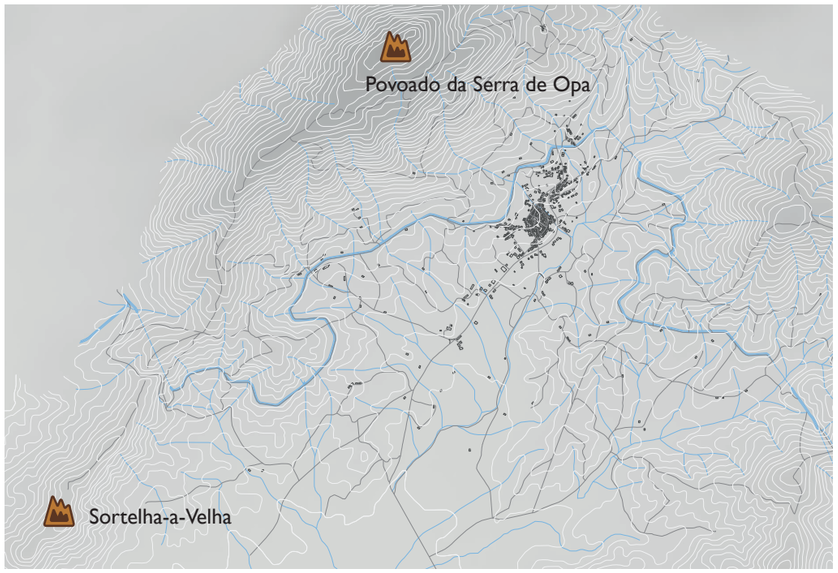


Fig. 03: Localização dos castros próximos do Vale da Senhora da Póvoa. **Fonte:** autora (2026), adaptado de Câmara Municipal de Penamacor (2016), Carta Arqueológica de Penamacor.



a



b



c

Fig. 04: Expressões paisagísticas e morfológicas da Serra d'Opa.
a) Vista panorâmica a partir do cume sobre a paisagem do vale;
b) Afloramentos graníticos e formações rochosas no topo da serra;
c) Percurso pedestre com a Serra da Malcata ao fundo.
Fonte: Câmara Municipal de Penamacor (Rede de Percursos Pedestres, s.d.).

A Romanização

É durante o período romano que se observa uma ocupação mais intensa e sistemática da região, que foi amplamente documentada por vestígios arqueológicos. A leitura cartográfica da Fig. 06 revela uma concentração significativa desses vestígios no vale da ribeira da Meimoa, facto que pode dever-se, por um lado, à realização de um inventário arqueológico aprofundado por Pedro Carvalho em 2007 – no qual são identificadas dezassete estações romanas apenas na freguesia do Vale da Senhora da Póvoa[30] – e, por outro, à existência de condições naturais particularmente favoráveis à fixação humana.

A persistência do povoamento ao longo dos séculos pode ser explicada pela conjugação de recursos naturais estratégicos, nomeadamente a disponibilidade de água, madeira e recursos minerais, aliada à proximidade de importantes minas de explorações auríferas, destacando-se na região a mina da Presa em Penamacor, explorada entre os séculos I e III d.C.[31]

Dos diversos sítios identificados na freguesia, destaca-se o local correspondente ao atual núcleo do Vale da Senhora da Póvoa, frequentemente interpretado como uma possível *villa* romana. Para além desta leitura, Carvalho levanta a hipótese de que o sítio pudesse ter desempenhado uma função mais complexa, eventualmente uma "estação de muda", articulada com um possível eixo viário regional que ligaria Capinha, provável *vicus* romano, à zona das Alagoas e de Santo Estêvão[32].

Ainda em relação às vias de comunicação, o arqueólogo Jorge de Alarcão reforça a hipótese da existência de um percurso viário que atravessaria a encosta da Serra d'Opa, nas proximidades da atual aldeia (Fig. 05). Esta interpretação é sustentada pela descoberta de inscrições latinas nas imediações, bem como pela presença de miliários, que indicam a passagem de uma via romana pelo território[33].

A presença da *villa*, associada a estruturas rurais de menor escala, como casais rústicos e abrigos[34], evidencia um modelo de ocupação dispersa, fortemente ligado à exploração agrícola e aos recursos naturais. A distribuição destes vestígios é apresentada posteriormente no mapa do património arquitetónico e arqueológico (Fig. 24, p. 37), cuja versão ampliada consta do Apêndice 15. Neste contexto, destaca-se a identificação de vestígios de um lagar romano[35] num dos casais rústicos, apontando para a relevância da produção de azeite na economia local. Estas ocupações tendem a localizar-se em colinas aplanadas, próximas de cursos de água[36], reforçando a leitura de um território estruturado em função da produção e da habitação rural.

A ocupação romana evidencia a consolidação de um modelo de povoamento profundamente condicionado pelos recursos naturais, em particular pela água e pela aptidão agrícola dos solos. Esta relação entre assentamento, produção e território estabeleceu algumas das estruturas fundamentais que continuariam a influenciar a organização da paisagem nas épocas seguintes.

30. Silva, Joaquim Candeias da. "*Romarias de Penamacor: um património beirão e transfronteiriço com história*". In Salvado, Pedro; Oliveirinha, André; Villarroel Escalante, Juan, coord. – Atas do II Colóquio de Arqueologia e História do Concelho de Penamacor. Penamacor: Câmara Municipal de Penamacor, 2023, p. 367.

31. Currás, Brais X.; Sánchez-Palencia, F. Javier. *"Landscape Archaeology of Roman Gold Mining in Lusitania: The 'Aurifer Tagus' Project". Antiquity*. Vol. 95, n.º 382, 2021, p. 820.

32. Silva. *Op. cit.*, p. 367.

33. Alarcão, Jorge de. "*Notas de arqueologia, epigrafia e toponímia – VII*". Revista Portuguesa de Arqueologia. Vol. 18 (2015), pp. 149-151.

34. Câmara Municipal de Penamacor. *Carta Arqueológica de Penamacor: exposição*. Penamacor: Câmara Municipal de Penamacor, 2016, p. 53.

35. Direção-Geral do Património Cultural. "Escaravelho". *Portal do Arqueólogo*. Consult. 16 de dez. 2025. Disponível em: <*https://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=2696343*>.

36. Osório, Marcos. "*Mapeando o mundo romano a oriente da Serra da Estrela*". Revista do Museu Arqueológico Municipal José Monteiro. N.º 10 (2019–2020), p. 106.

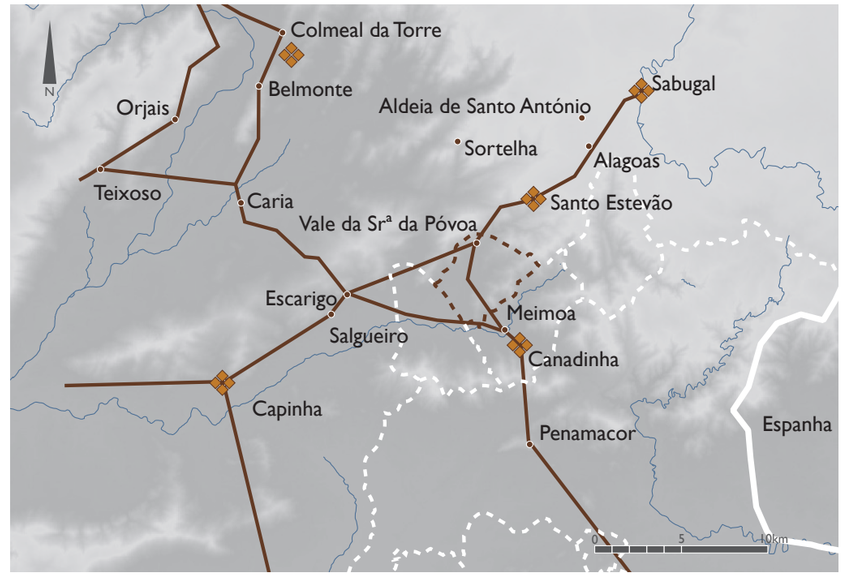


Fig. 05: Traçado provável das vias romanas na área entre Belmonte, Sabugal e Penamacor. **Fonte:** autora (2026), adaptado de Alarcão (2015).

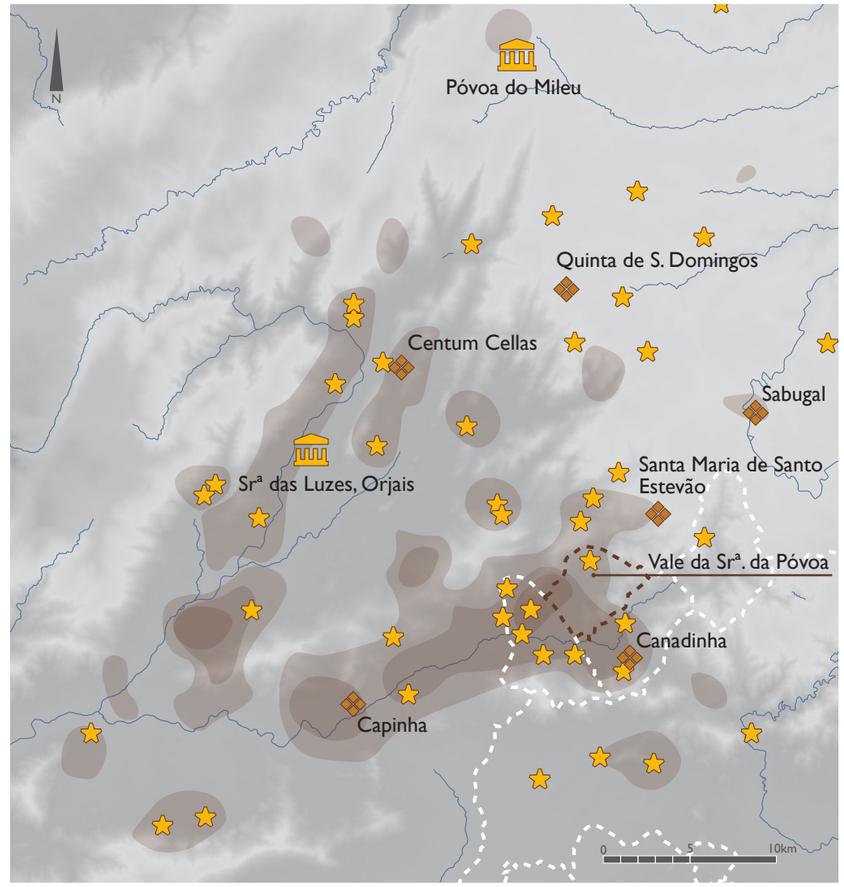


Fig. 06: Densidade de povoamento e distribuição de sítios romanos a oriente da Serra da Estrela. **Fonte:** autora (2026), adaptado de Osório (2019–2020).

As Origens do Santuário da Senhora da Póvoa

Paralelamente à ocupação agrícola e à estruturação do território, a paisagem começou igualmente a adquirir uma dimensão simbólica e religiosa, testemunhada pelos vestígios arqueológicos identificados na envolvente do atual Santuário da Senhora da Póvoa.

A dimensão sagrada do lugar parece, contudo, anteceder largamente a consolidação da devoção cristã no local. Na verdade, poderá estar ligada a práticas culturais de matriz pagã, à semelhança do que se verifica noutras ermidas da região, como as das Senhoras do Almortão, de Mércoles ou da Granja. As pesquisas arqueológicas realizadas ao longo do século XX vieram reforçar a hipótese de uma reocupação e ressignificação de um espaço previamente sacralizado, posteriormente cristianizado e dedicado à Virgem Maria[37].

Um dos dados mais relevantes neste contexto é a descoberta, em 1959, de uma ara dedicada a Júpiter no sítio conhecido como Fonte Santa, com inscrição: I(ovi) O(ptimo) M(aximo) / GALLVS / AMOEN(a)E (filius) / A(nimo) L(ibenter) P(osuit)[38]. Em 1933, foi identificada outra ara, reutilizada numa das paredes do cemitério paroquial, contendo uma dedicatória à saúde e ao regresso – ou sucesso – do imperador Nerva Trajano, que governou o império romano entre 97 e 117 d.C.[39]. A associação explícita entre a ideia de saúde, a presença de água e o local designado como Fonte Santa sugere a existência de práticas com funções terapêuticas ou purificadoras, reforçando o carácter sacralizado do sítio em época romana.

Um levantamento na área envolvente ao santuário revela uma notável concentração de pontos de captação de água, que são utilizados pela comunidade desde os tempos antigos (Fig. 13, p. 28; ver versão ampliada no Apêndice 10). Segundo o historiador Joa-

a b



Fig. 07: a) Ara dedicada a Júpiter, identificada no sítio da Fonte Santa. **Fonte:** Cabanas (2016, p. 24.).
b) Fragmento de uma representação da Ísis, proveniente do Vale da Senhora da Póvoa. **Fonte:** Oliveirinha (2025, p. 36.).

37. Silva. *Op. cit.*, p. 367.

38. Alarcão. *Op. cit.*, p. 150.

39. Silva. *Op. cit.*, p. 367.

40. Ibid., p. 369.

41. Oliveirinha, André. *Senhora da Póvoa: um caso de religiosidade popular numa comunidade da raia portuguesa.* Penamacor: Câmara Municipal de Penamacor, 2025, p. 28.

42. Silva. *Op. cit.*, p. 367.

43. Ibid., p. 368.

quim Candeias da Silva, estas águas eram tradicionalmente recomendadas para problemas intestinais e hepáticos[40]. A continuidade dessas práticas é igualmente documentada em estudos recentes sobre a religiosidade popular local. No âmbito da obra *Senhora da Póvoa: um caso de religiosidade popular numa comunidade da raia portuguesa*, publicada pela Câmara Municipal de Penamacor, são referidos testemunhos orais que confirmam a recolha regular de água na Fonte Santa para fins medicinais, sendo mencionado que anualmente são retirados milhares de litros desse local (testemunho de António Padez, Vale da Senhora da Póvoa, março de 2021)[41].

Para além destes testemunhos epigráficos, existem também indícios materiais relevantes no espaço do atual santuário. Durante obras realizadas no recinto da ermida, nos finais da década de 1930, foram identificadas no subsolo "restos de muralhas com dois metros de espessura"[42]. Embora inicialmente interpretados como vestígios de um antigo castro, estes achados apontam para uma ocupação antiga e estruturada do local.

Esta leitura é reforçada pela identificação, ligeiramente abaixo do santuário, no sítio dos Brejos, de fragmentos de cerâmica de construção romana, o que confirma a presença de substrato romano significativo na envolvente imediata. Neste contexto, a própria invocação da Senhora da Póvoa sugere a possível existência prévia de um pequeno povoado ou "póvoa" nas imediações, posteriormente arruinado ou abandonado, hipótese reforçada pela presença de testemunhos arqueológicos na envolvente do santuário[43].

Antes da Senhora da Póvoa: o Vale de Lobo

Na ausência de fontes documentais que permitam determinar com precisão a data de fundação do antigo "Vale de Lobo" (antigo topónimo do atual Vale da Senhora da Póvoa), a história medieval da aldeia pode ser reconstruída a partir de referências dispersas em documentação régia e eclesiástica. A origem documentada da aldeia remonta ao final do século XII, quando parte das suas terras integravam o vasto termo da Guarda, ao qual fora concedido foral por D. Sancho em 1199.[44]

Um dos mais antigos registos encontra-se num documento de 1260, constante do códice da Biblioteca Nacional de Portugal (BNP, cód. Nº 152, fls. 60-61), relativo à divisão das igrejas e rendas da Guarda, no qual é referido o *Valle Lupi*, presumivelmente já dotado de igreja[45]. Poucos anos depois, em 1264, surge nova citação da povoação, no contexto de uma sentença relativa à divisão dos rendimentos das igrejas entre o cabido e o bispo da Guarda, D. Rodrigo, num momento em que a diocese egitaniense se encontrava em fase de consolidação institucional[46]. A presença de uma estrutura paroquial é igualmente confirmada pelo *Catálogo das igrejas, comendas e mosteiros que havia em Portugal pelos anos de 1320-1321*, onde a igreja de Vale de Lobo surge listada entre as igrejas da Covilhã, sendo taxada em trinta libras[47].

As Inquirições de D. Dinis, em 1321, voltam a mencionar o lugar no âmbito das terras e termos da Covilhã. Nelas se refere que o cavaleiro Ruy Pais possuía cinco casais em

44. "In primeyramente Coa per Porto do Alvacil e per Porto de Pega (…) per cabeça D'Opa, e pelho Peego de Carro, e pelhas quebradas de Meymona", documento medieval citado por Cabanas. *Op. cit.*, p. 79.

45. Silva. *Op. cit.*, p. 367.

46. Cabanas. *Op. cit.*, p. 79.

47. Silva. *Op. cit.*, p. 367.

Vale de Lobo, que transformara em terra honrada, isenta da entrada do mordomo e do pagamento de certas imposições régias[48], o que permite interpretar a existência de uma ocupação agrícola estruturada e juridicamente reconhecida. Ainda durante o reinado de D. Dinis, surgem referências a herdades adquiridas pelo próprio rei na zona do Ribeiro da Póvoa, nos termos de Sortelha, sugerindo uma ligação precoce entre este território e o espaço atualmente ocupado pela aldeia[49].

Durante a Idade Média, Vale de Lobo encontrou-se numa situação administrativa instável, alternando entre diferentes jurisdições. Inicialmente integrada no termo da Covilhã, a aldeia viria a ser transferida para o concelho de Penamacor por determinação de D. Fernando, num contexto marcado pelas Guerras Fernandinas e pelas preocupações estratégicas da Coroa com os territórios raianos. Embora a data exata desta transferência não seja conhecida, sabe-se que ocorreu antes de 1381[50], tendo sido formalizada por carta régia de 27 de outubro de 1377, passada em Trancoso e posteriormente confirmada por D. João I, em 1416[51]. O litígio em torno da posse da aldeia só seria definitivamente resolvido em 1454, com confirmação dos termos municipais por D. Afonso V[52].

Este período foi igualmente marcado por fortes quedas demográficas, resultantes das pestes e dos conflitos armados da segunda metade do século XIV. A integração de Vale de Lobo no termo de Penamacor deve ser entendida também como uma tentativa régia de combater o despovoamento, incentivando a fixação de novos moradores que garantissem a defesa e a exploração agrícola do território[53]. A ligação administrativa ao concelho de Penamacor manter-se-ia, com pequenas alterações, até à atualidade.



Fig. 08: Vista panorâmica do aglomerado do Vale da Senhora da Póvoa. **Fonte:** Câmara Municipal de Penamacor (2017, p. 1).

48. "Item na aldeya que chamam Val de Lobo he provado que soya em todo entrar o mordomo e peitavam ende voz e coima, e des tempo deste Rey ganhou hy Roy Pãez cavaleiro cinquo casaes e fez deles honra que nõ entra hy mordomo nem peitam voz nem coima", Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Direitos Reais*, liv. 9, fls. 33–35, citado por Silva. *Op. cit.*, p. 368.

49. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Direitos Reais*, liv. 2, citado por Silva. *Op. cit.*, p. 368.

50. Cabanas. *Op. cit.*, p. 81.

51. Silva. *Op. cit.*, p. 368.

52. Cabanas. *Op. cit.*, p. 82.

53. Silva. *Op. cit.*, p. 368.

54. Cabanas. *Op. cit.*, p. 89.

55. Silva. *Op. cit.*, p. 366.

56. Ibid., p. 366.

57. Oliveirinha. *Op. cit.*, p. 38.

58. Silva. *Op. cit.*, p. 368.

59. Cabe lembrar que desde os anos 1930, a igreja institui como Padroeira do Brasil a figura de Nossa Senhora Aparecida, imagem fruto de uma "aparição" semelhante no final do século XIX no Vale do Paraíba, em São Paulo.

O topónimo Vale de Lobo manteve-se em uso oficial até meados do século XX. Contudo, a crescente relevância da devoção à Senhora da Póvoa e da respetiva romaria conduziu à progressiva substituição do nome tradicional na prática quotidiana. Em 1957, por decreto publicado no *Diário do Governo*[54], o lugar passou oficialmente a designar-se Vale da Senhora da Póvoa, consagrando administrativamente uma denominação já enraizada no uso popular.

A Lenda da "aparição"

No dizer do etnógrafo Jaime Lopes Dias (1890-1977), natural de Vale de Lobo, a romaria da Senhora da Póvoa era "a maior e mais característica da Beira Baixa"[55]. Esta afirmação refere-se, sobretudo, ao período compreendido entre as duas Guerras Mundiais, sendo corroborada por diversos autores posteriores, bem como por dados estatísticos e testemunhos oficiais que atestam a sua afluência[56]. A relevância alcançada pela romaria foi de tal ordem que acabaria por influenciar a própria identidade toponímica da aldeia, como já referido anteriormente.

Segundo a tradição local, a origem do santuário da Senhora da Póvoa está associada à aparição de uma imagem mariana num silvado, descoberta por crianças que pastoreavam ovelhas nos campos próximos. Conta a lenda que, sempre que a imagem era retirada do local e levada para a igreja paroquial de Vale de Lobo, regressava misteriosamente ao silvado, facto interpretado pela comunidade como sinal da vontade da Virgem em ali permanecer. Perante a repetição do prodígio, os habitantes decidiram edificar uma ermida no local da aparição, dando origem ao santuário[57].

Esta narrativa insere-se num conjunto mais amplo de lendas marianas recorrentes na religiosidade popular portuguesa[58], nas quais a imagem sagrada manifesta uma "vontade própria" quanto ao lugar do culto, funcionando como elemento fundador de devoção e da sacralização do território.

Esta estrutura narrativa encontra paralelos noutros contextos de religiosidade popular. A familiaridade com tradições religiosas brasileiras[59] permite reconhecer motivos semelhantes de aparecimento, sacralização do lugar e construção posterior da devoção. Interessa perceber como determinados motivos religiosos podem permanecer reconhecíveis em diferentes comunidades, ao mesmo tempo que são apropriados e reinterpretados segundo contextos culturais próprios. A lenda da Senhora da Póvoa permite, assim, observar à escala local essa coexistência entre continuidade e transformação dos significados culturais.



Da ermida à romaria: consolidação do culto mariano

Os testamentos constituem uma fonte privilegiada para aferir a antiguidade e a relevância social da ermida da Senhora da Póvoa. A partir dos séculos XVII e XVIII multiplicam-se as doações de bens materiais à Senhora da Póvoa[60], testemunhando a amplitude e a continuidade da devoção popular.

Particularmente significativo é o testamento de Domingues Gonçalves, falecido em 1686. Segundo o respetivo assento de óbito, deixou à Senhora "o quinhão da terra da Pova onde está a casa da mesma Senhora"[61]. Esta referência revela que a ermida, ou "casa da Senhora", já se encontrava edificada nessa data e integrada numa parcela de terra ainda designada como da Póvoa, sugerindo não só a sua anterioridade, mas também a persistência da memória de um antigo povoado associado ao local.

Avançando para meados do século XVIII, as Memórias Paroquiais de 1758 constituem um testemunho oficial fundamental sobre a existência e vitalidade do santuário. O pároco Manuel Martins do Olival refere que o Vale de Lobo "*tem duas ermidas e huma igreja*"[62], identificando explicitamente "*huma capella de N. Sr.ª da Póvoa*"[63]. Na resposta à questão 14, acrescenta que "*tem a Nossa Sr.ª da Póvoa muita gente em romaria em todo o discorrer do anno*"[64], destacando em particular a celebração do Espírito Santo. O mesmo documento sublinha ainda que a capela se localiza "*no fundo da Serra d'Opa*", sendo uma "*igreja de romagem e imagem muito milagrosa*"[65].

Estes testemunhos confirmam que, já em 1758, a ermida se encontrava plenamente instituída como espaço de culto e que a romaria assumia uma dimensão expressiva. A crescente procura por parte dos fiéis acabaria por tornar o edifício primitivo insuficiente, motivando uma reforma da capela em 1784, conforme o cronograma inscrito na fachada[66].

A romaria da Senhora da Póvoa encontra-se associada às festividades do Pentecostes ou do Espírito Santo, celebrações de origem antiga e muito concorridas[67]. O intenso movimento de romeiros ao santuário levou os mordomos da ermida a solicitarem à Coroa autorização para a realização de uma feira franca anual junto à capela, durante os três dias da festa[68].

O pedido fundamentava-se no "grande concurso de gentes de romagem ao dito sítio, pela devoção e piedade dos fiéis e pelos muitos milagres que se viam praticar pela mesma Senhora"[69], bem como na necessidade de assegurar o abastecimento de víveres a tão numerosa multidão. A Câmara Municipal apoiou a pretensão, deliberando em acórdão de 25 de maio que a criação da feira seria de reconhecida utilidade pública[70]. A autorização foi concedida por carta régia de D. Maria I, datada de 3 de setembro de 1792[71].

A partir desse momento, a romaria conheceu um crescimento ainda mais acentuado, consolidando-se como um dos mais importantes centros de devoção regional. Este processo traduziu-se no aumento de romeiros e na difusão da fama dos milagres atribuídos à Senhora, materializado pelos numerosos ex-votos expostos no santuário ao longo do século XIX.

A devoção à Senhora da Póvoa atingiu tal projeção que, segundo Pe. Quelhas Bigotte, a romaria passou a ser considerada a mais concorrida da Beira Baixa, alcançando mesmo, a nível nacional, o terceiro lugar entre as maiores romarias do país.[72] Alguns autores apontam para uma afluência anual entre 40 e 50 mil pessoas nas primeiras décadas do século XX[73], números que confirmam a extraordinária relevância religiosa, social e territorial deste culto.

O crescimento da romaria ultrapassou a dimensão religiosa, tornando-se um fator estruturante da organização territorial. A afluência de milhares de peregrinos justificou a ampliação da ermida, a criação da feira franca e a consolidação do santuário como principal polo simbólico e funcional da paisagem local.

A evolução apresentada não corresponde a uma sucessão de episódios isolados, mas a um processo cumulativo de transformação territorial, sintetizado na linha do tempo da Fig. 10. Cada período acrescentou uma nova camada à paisagem: as condições naturais orientaram as primeiras ocupações; a romanização consolidou formas de povoamento

Fig. 09: a) e b) Registo fotográfico do Santuário da Senhora da Póvoa. **Fonte:** autora (2026).
c) e d) Registo iconográfico da romaria da Srª. da Póvoa.
e) Registo iconográfico da feira na romaria da Srª. da Póvoa.
Fonte: Cabanas (2016, pp. 58, 72 e 29.).

60. Oliveirinha. *Op. cit.*, p. 37.

61. Ibid., p. 37.

62. Ibid., p. 37.

63. Ibid., p. 37.

64. Ibid., p. 37.

65. Ibid., p. 38.

66. Silva. *Op. cit.*, p. 370.

67. Cabanas. *Op. cit.*, p. 24.

68. Silva. *Op. cit.*, p. 370.

69. Ibid., p. 370.

70. Ibid., p. 370.

71. Ibid., p. 370.

72. Ibid., p. 370.

73. Ibid., p. 370.

rural e exploração produtiva; a organização medieval estabilizou o núcleo habitado; e a devoção mariana conferiu ao santuário uma projeção religiosa e territorial crescente. A leitura histórica evidencia, assim, a sobreposição de diferentes camadas de ocupação e uso do território, cuja expressão contemporânea é analisada na secção seguinte.

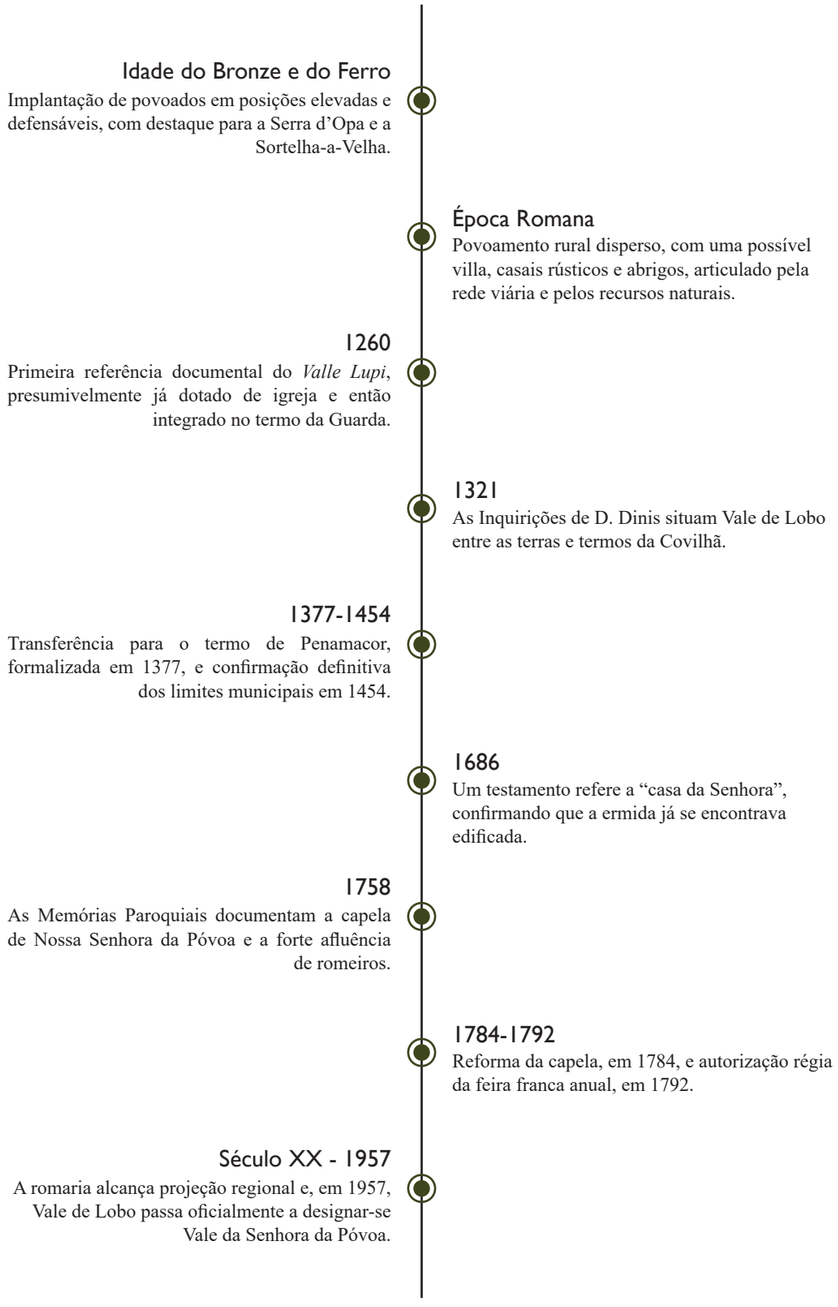


Fig. 10: Síntese cronológica da formação histórica do Vale da Senhora da Póvoa. **Fonte:** autora (2026).

1.3 Estrutura e dinâmicas da paisagem

Estrutura física da paisagem

A compreensão da paisagem do Vale da Senhora da Póvoa exige, numa primeira etapa, a análise do suporte físico que condicionou a sua ocupação. A orografia, a geologia e a hidrografia constituem os elementos estruturantes sobre os quais se desenvolveram o povoamento, as atividades produtivas e a organização territorial.

Segundo Alexandre d'Abreu, Teresa Correia e Rosário Oliveira, uma unidade de paisagem corresponde a uma área em que a paisagem apresenta um padrão específico, ao qual se associa um determinado caráter. Embora não pressuponha uma uniformidade absoluta, distingue-se por uma certa homogeneidade interna, resultante da combinação de fatores como as formas de relevo, a altitude, o uso do solo, a tipologia urbana e as características climáticas[74]. Neste enquadramento, o Vale da Senhora da Póvoa integra a Unidade de Paisagem n.º 49 — Cova da Beira, situando-se muito próximo da transição para a Unidade n.º 50 — Penha Garcia e Serra da Malcata. Segundo o estudo *Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental*, esta unidade corresponde a um amplo território fértil, situado entre os maciços da Serra da Estrela e da Serra da Gardunha, caracterizado pela abundância de água, pela diversidade agrícola e por um mosaico de usos do solo que confere grande riqueza cromática e textural à paisagem[75].

> *A paisagem da Cova da Beira reflecte a fertilidade do solo através de uma divisão em parcelas relativamente pequenas e da intensidade da exploração agrícola, que se multiplica na enorme variedade de usos, passando por algumas matas de pinheiros e carvalhos, até olivais, pomares, vinha, cereais de sequeiro ou regadio, hortícolas, etc. É uma unidade de paisagem extremamente rica e diversificada, quer quanto a texturas como a cores, que contrasta com toda a envolvente. Sente-se a abundância de água em todo o padrão da paisagem.*[76]

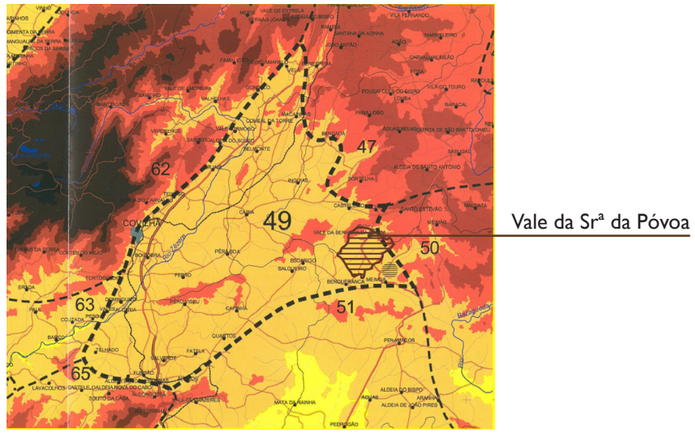


Fig. 11: Unidade de Paisagem 49: Cova da Beira. **Fonte:** Cancela d'Abreu, Pinto Correia e Oliveira (2004).

74. Cancela d'Abreu, Alexandre; Pinto Correia, Teresa; Oliveira, Rosário. *Contributos para a identificação e caracterização da paisagem em Portugal Continental. Volume I.* Lisboa: DGOTDU, 2004, pp. 30-31.

75. Cancela d'Abreu, Alexandre; Pinto Correia, Teresa; Oliveira, Rosário. *Contributos para a identificação e caracterização da paisagem em Portugal Continental. Volume III: Grupos de Unidades de Paisagem F–J (Beira Alta a Pinhal do Centro).* Lisboa: DGOTDU, 2004.

76. Ibid., pp. 97-98.

É neste contexto paisagístico mais amplo que se insere o Vale da Senhora da Póvoa. À escala local (Mapa Topográfico – Fig. 02, p. 15; ver versão ampliada no Apêndice 09) , esta matriz territorial manifesta-se numa configuração morfológica singular. O Vale da Senhora da Póvoa implanta-se numa depressão de encosta, delimitada pela Serra d'Opa, a poente, e por uma elevação de menor expressão, a nascente. Esta disposição confere ao povoamento uma forte sensação de abrigo, reforçando a imagem de uma pequena "cova" inserida na própria Cova da Beira. Para além de definir o cenário, a topografia condiciona a implantação da malha urbana, a exposição solar, o escoamento natural das águas e a relação entre o núcleo edificado e a paisagem agrícola envolvente.

Do ponto de vista geológico, a área apresenta características bem definidas, com predominância de xistos metamórficos, em contacto próximo com formações graníticas porfiróides associadas à Serra d'Opa[77]. Esta constituição litológica também condiciona a cultura construtiva vernacular da aldeia, fornecendo a matéria-prima para o edificado popular, estabelecendo uma relação direta entre o substrato geológico, as técnicas construtivas e a identidade material da paisagem.

A água constitui o principal elemento estruturante da paisagem do Vale da Senhora da Póvoa. A leitura do sistema hidrográfico (Fig. 12) evidencia uma estreita relação entre o povoamento, os recursos hídricos e a organização das atividades agrícolas, demonstrando que a ocupação do território se desenvolveu em função da disponibilidade e do controlo da água.

O principal eixo hidrográfico corresponde à Ribeira de Vale de Lobo, alimentada por diversas nascentes e responsável pela estruturação histórica da economia local, assegurando simultaneamente a irrigação das terras mais férteis e a força motriz necessária ao funcionamento dos antigos moinhos e lagares. Paralelamente, a poente do núcleo urbano desenvolve-se o Canal de Rega, uma infraestrutura hidráulica construída durante o século XX com o objetivo de reforçar o abastecimento de água às parcelas agrícolas. Implantado a meia encosta, o canal introduziu uma nova linha estruturante na paisagem.

Para além destes dois eixos principais, a abundância de água manifesta-se através de uma extensa rede de nascentes, fontes de mergulho, poços, fontanários e chafarizes que pontuam o território. Algumas destas estruturas adquiriram um significado que ultrapassa a sua função utilitária, como acontece com a Fonte Santa, tradicionalmente associada a propriedades terapêuticas e à religiosidade popular[78].

No interior da malha urbana, a água desempenhou igualmente um papel determinante na organização do espaço público e da vida comunitária. O Chafariz da Rua Direita, construído em 1928[79] e implantado no principal eixo urbano da aldeia, constitui ainda hoje um importante elemento estruturador do espaço cívico. De igual modo, o antigo lavadouro público, localizado na periferia norte do aglomerado, conserva um significativo valor patrimonial enquanto testemunho das práticas quotidianas e da memória coletiva, apesar da perda da sua função original.

A leitura conjunta da topografia, da geologia e da hidrografia demonstra que a paisagem do Vale da Senhora da Póvoa resulta de uma estreita articulação entre os condicionantes naturais e a ação humana. O relevo definiu as possibilidades de implantação do povoamento, a geologia forneceu os materiais da construção vernacular e a água estruturou simultaneamente a agricultura, a economia e a vida comunitária. Foi sobre este suporte natural que se consolidaram as atividades agrícolas responsáveis pela transformação da paisagem.

77. Silva. *Op. cit.*, p. 366.

78. Ibid., p. 366.

79. Direção-Geral do Património Cultural. "*Chafariz na Rua Direita*". SIPA. Consult. 16 dez. 2025. Disponível em: <http://monumentos.pt/site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=20796>.

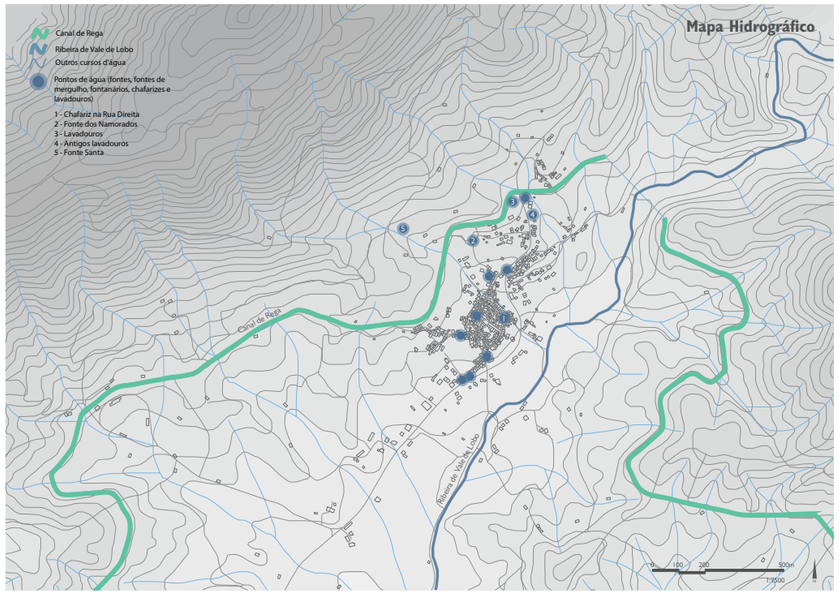


Fig. 12: Mapa Hidrográfico. **Fonte:** autora (2026). **Nota:** Ver versão ampliada no Apêndice 10.

Fig. 13: Registo fotográfico dos elementos da rede hidrográfica e do património hidráulico assinalados no mapa da Fig. 12. As designações e a numeração apresentadas nas imagens correspondem aos elementos identificados no mapa. **Fonte:** autora (2026).

Canal de Rega



Ribeira de Vale de Lobo



1 Chafariz na Rua Direita



2 Fonte dos Namorados



3 Antigos Lavadouros



4 Lavadouro Anterior



Estrutura produtiva

Sobre este suporte biofísico consolidou-se um sistema produtivo profundamente dependente da disponibilidade de água, da fertilidade dos solos e da morfologia do vale. A agricultura constituiu, durante séculos, o principal agente de transformação da paisagem, moldando a organização do território e a economia local.

A fertilidade dos solos, a abundância hídrica e o relevo relativamente suave do fundo do vale favoreceram, desde épocas remotas, uma ocupação predominantemente agrícola. As Memórias Paroquiais de 1758 testemunham a importância desta atividade, referindo a existência de quatro lagares de azeite e quatro moinhos de cereais distribuídos ao longo da Ribeira de Vale de Lobo, evidenciando a centralidade deste curso de água na economia local. Entre as diversas culturas praticadas, destacava-se o olival, sendo o azeite apontado pelo próprio pároco como um dos principais produtos da freguesia, a par do centeio e de outros cereais[80].

A comparação entre os mapas de ocupação agrícola (Fig. 16 e Fig. 18) revela que a principal transformação da paisagem não corresponde ao desaparecimento do olival, mas sim à simplificação do sistema agrícola. No período de 1951–1980 predominava uma estrutura produtiva diversificada, marcada pela extensa presença de *culturas temporárias e/ou pastagens associadas ao olival* — isto é, parcelas de uso misto, nas quais o olival coexistia com outras utilizações agrícolas — na envolvente da aldeia, complementadas por áreas de *sequeiro* que se estendiam ainda pelas áreas mais periféricas e pelas encostas. Esta configuração revelava uma utilização agrícola contínua e intensiva, onde diferentes formas de cultivo coexistiam e ocupavam grande parte da superfície envolvente da aldeia.

80. Memórias Paroquiais. *Memória Paroquial da Freguesia de Vale de Lobo (Penamacor)*. Vol. 38, n.º 32. Lisboa: Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 1758, pp. 165-168.



Fig. 15: Aerofotografia vertical do Vale da Senhora da Póvoa, 1984.
Fonte: Direção-Geral do Território, Fototeca, voo de 1984, fotograma 0189, tratamento gráfico pela autora (2026)



Fig. 14: Vista histórica do Vale da Senhora da Póvoa e da paisagem agrícola envolvente, meados do século XX.
Fonte: Cabanas (2016, p. 80).

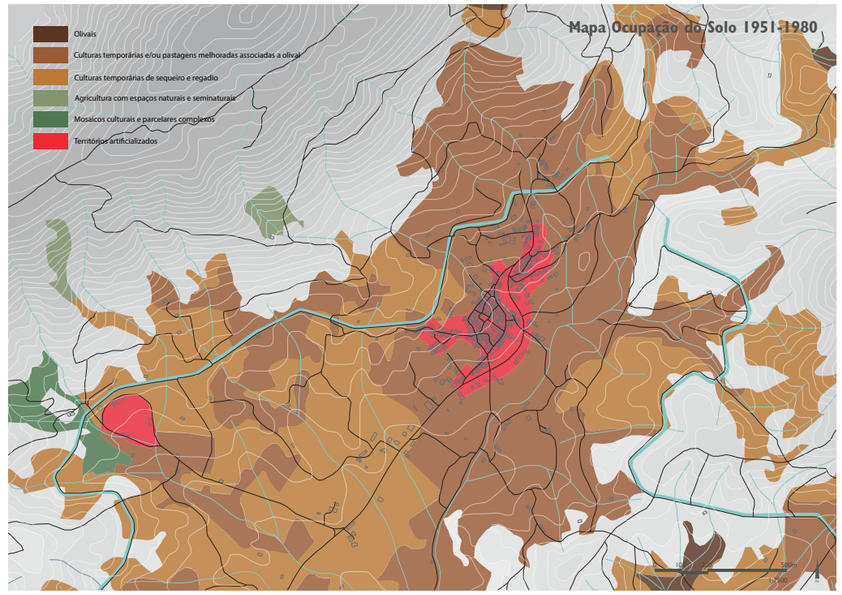


Fig. 16: Ocupação do Solo 1951-1980.
Fonte: Elaborado pela autora com base no MAF1951–80v1.0.
Nota: Ver versão ampliada no Apêndice 11.

Em 2018 observa-se uma redução significativa da superfície agrícola e uma crescente fragmentação das áreas cultivadas. As antigas parcelas agrícolas mistas são, em muitos casos, substituídas por olivais, enquanto grande parte das culturas de sequeiro desaparece. A agricultura torna-se menos diversificada e concentra-se nas parcelas mais produtivas, ao passo que numerosas áreas deixam de ser cultivadas. Esta transformação acompanha o progressivo abandono das atividades agrícolas tradicionais, associado ao envelhecimento da população residente, à diminuição da mão de obra disponível e à perda de importância económica do setor primário[81].

Estas transformações refletem-se igualmente na expressão paisagística do território. Se a Cova da Beira é tradicionalmente caracterizada pela diversidade de culturas, pelo mosaico de pequenas parcelas agrícolas e pela riqueza de texturas e cores resultante da intensa exploração agrícola, a realidade atual do Vale da Senhora da Póvoa evidencia uma atenuação local dessas características. A simplificação dos sistemas de cultivo, o abandono de numerosas parcelas e a concentração da atividade agrícola no olival conduziram a uma paisagem menos diversa, onde a complexidade produtiva que historicamente caracterizava este território se encontra progressivamente reduzida.

Apesar desta retração da atividade agrícola, o olival permanece como o elemento produtivo mais resistente da paisagem. A sua permanência explica-se não apenas pela adaptação da oliveira às condições naturais da região, mas também pela continuidade das práticas sociais que lhe estão associadas. A campanha anual da apanha da azeitona continua a mobilizar não apenas os residentes permanentes, mas também muitos antigos habitantes que regressam sazonalmente à aldeia para participar na colheita familiar[82], preservando vínculos afetivos, económicos e culturais com o território. O olival assume, deste modo, uma dupla dimensão: permanece como estrutura produtiva, mas também como um importante elemento de continuidade da memória coletiva.

A persistência desta tradição manifesta-se igualmente nas infraestruturas de transformação. Enquanto muitos lagares do concelho de Penamacor encerraram ao longo das últimas décadas, em consequência das transformações económicas, da mecanização da produção e das exigências legais impostas ao setor, o Vale da Senhora da Póvoa conserva atualmente dois lagares de azeite em funcionamento, constituindo a única freguesia do concelho onde subsiste mais do que uma unidade ativa[83]. Embora operem apenas durante a campanha oleícola e mantenham uma produção de carácter essencialmente artesanal[84], estas estruturas continuam a servir produtores locais e de povoações vizinhas, testemunhando a continuidade de uma atividade que marcou profundamente a construção da paisagem local.

Embora o abandono agrícola tenha reduzido a diversidade dos sistemas de cultivo e alterado profundamente a ocupação do território, elementos como o olival e os lagares continuam a materializar a continuidade de práticas, saberes e formas de apropriação da paisagem construídas ao longo de séculos.

81. Câmara Municipal de Penamacor. *Área de Reabilitação Urbana do Vale da Senhora da Póvoa*. Penamacor: CMP, 2017, p. 14.

82. Cabanas. *Op. cit.*, p. 115.

83. Câmara Municipal de Penamacor. *Penamacor: Terra do Azeite*. Penamacor: CMP, 2020, p. 72.

84. Cabanas. *Op. cit.*, p. 115.



Fig. 17: Ortofotografia do Vale da Senhora da Póvoa e da paisagem envolvente, 2025. **Fonte:** Direção-Geral do Território, Ortofotos 25 cm — Portugal Continental — 2025, folha 236-2.

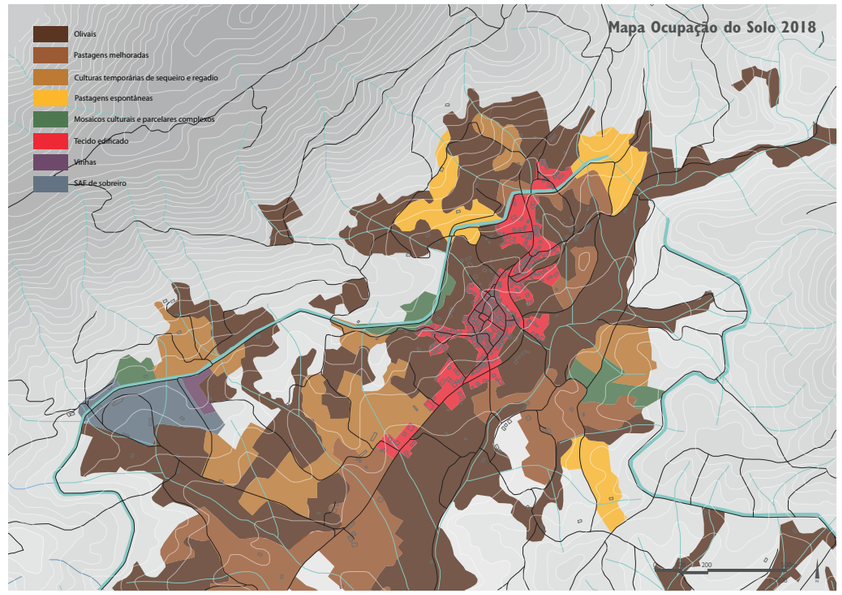


Fig. 18: Ocupação do Solo 2018. **Fonte:** Elaborado pela autora com base na COS2018v2 — Série 1 (DGT). **Nota:** Ver versão ampliada no Apêndice 12.

Estrutura territorial

A organização territorial do Vale da Senhora da Póvoa resulta da forma como as comunidades adaptaram o povoamento às condições naturais e às necessidades produtivas. A implantação do núcleo urbano, a rede de caminhos e a distribuição do património revelam um processo contínuo de apropriação da paisagem ao longo do tempo.

A leitura da malha edificada (Mapa Cheios e Vazios – Fig. 19) evidencia um povoamento compacto implantado na encosta, cuja forma acompanha as curvas de nível e evita as zonas de maior declive. A concentração do edificado no núcleo central contrasta com a dispersão das construções agrícolas existentes na envolvente, evidenciando uma clara separação entre o espaço residencial e o espaço produtivo, sem, contudo, comprometer a proximidade funcional entre ambos.

O tecido urbano desenvolve-se de forma orgânica em torno da Rua Direita, principal eixo histórico da aldeia, a partir do qual se ramifica uma rede de ruas estreitas e sinuosas que acompanha diretamente a morfologia da encosta. A adaptação do traçado às curvas de nível, a implantação desalinhada dos edifícios e a formação de pequenos largos irregulares evidenciam um crescimento progressivo, diretamente condicionado pela topografia e pelas necessidades de expansão do povoamento, em vez de resultar de um traçado previamente planeado. Ao longo da Rua Direita concentram-se igualmente os principais espaços públicos da aldeia como a Alameda dos Balcões e diversos pequenos largos que estruturam os locais de encontro e convivência da comunidade.

A análise da rede viária (Mapa Hierarquia Viária – Fig. 21) demonstra igualmente a coexistência de diferentes escalas de circulação, correspondentes a distintos momentos da evolução territorial. A Rua Direita mantém-se como o principal eixo estruturador do núcleo histórico, articulando os principais equipamentos e espaços públicos. A partir deste eixo desenvolve-se uma rede de caminhos secundários que assegura a ligação entre as diferentes áreas da aldeia e o território envolvente. Para além desta estrutura urbana, uma extensa malha de caminhos rurais percorre todo o vale, garantindo o acesso às parcelas agrícolas, aos olivais e às restantes infraestruturas ligadas à exploração do território, constituindo uma das expressões mais evidentes da estrutura produtiva anteriormente analisada. Finalmente, a atual EN233 assegura a ligação regional do Vale da Senhora da Póvoa às povoações vizinhas, correspondendo à evolução de um percurso de circulação já existente em meados do século XX e que continua a desempenhar a função de principal eixo de acessibilidade da aldeia.

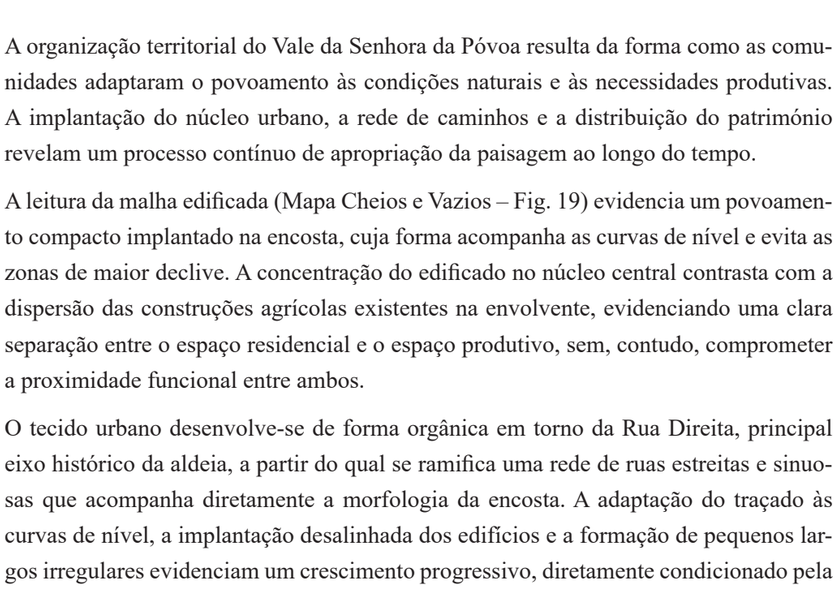


Fig. 19: Mapa Cheios e Vazios. **Fonte:** autora (2026). **Nota:** Ver versão ampliada no Apêndice 13.



Fig. 20: Registo fotográfico das diferentes categorias da rede viária do Vale da Senhora da Póvoa, representadas cartograficamente na Fig. 21. As cores e designações apresentadas nas imagens correspondem à classificação utilizada no mapa. **Fonte:** autora (2026).

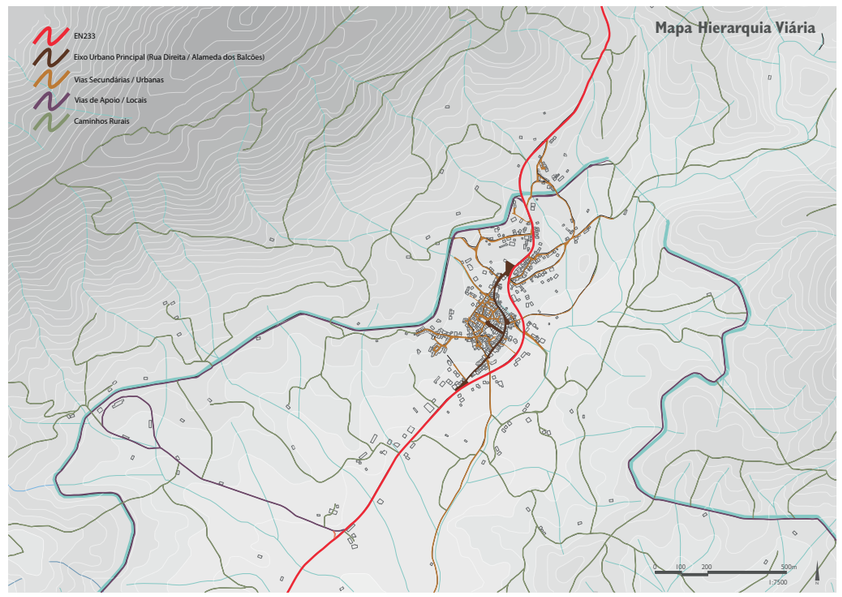


Fig. 21: Mapa Hierarquia Viária. **Fonte:** autora (2026). **Nota:** Ver versão ampliada no Apêndice 14.

A distribuição do património arquitetónico e arqueológico (Fig. 24 – Património Arquitetónico e Arqueológico) revela igualmente diferentes camadas de ocupação do território. Os vestígios arqueológicos distribuem-se sobretudo pelas áreas periféricas e pelas cotas mais elevadas, destacando-se o Castro da Serra d'Opa e diversos sítios de cronologia romana dispersos pelo vale. A sua distribuição evidencia que a ocupação humana do território antecede largamente a formação da aldeia atual, revelando diferentes momentos de apropriação e utilização da paisagem.

O património arquitetónico apresenta uma distribuição mais concentrada no núcleo urbano, reforçando a importância histórica da Rua Direita na estruturação da aldeia. É ao longo deste eixo que se localizam os principais imóveis de interesse patrimonial, exemplares de arquitetura maneirista e barroca, bem como diversos elementos que qualificam e pontuam o espaço público, como fontes, alminhas e o Cruzeiro dos Centenários. Esta concentração reforça o papel histórico da Rua Direita enquanto principal eixo cívico, religioso e representativo do núcleo urbano. Para além destes exemplares, a arquitetura vernacular constitui outra expressão relevante do património construído da aldeia, destacando-se o conjunto habitacional da Alameda dos Balcões, cuja unidade construtiva preserva de forma mais evidente as características da arquitetura popular local.

Para além do núcleo urbano, destaca-se ainda o Santuário da Senhora da Póvoa, implantado de forma isolada no sopé da Serra d'Opa e envolvido por uma área arborizada. Embora espacialmente afastado da aldeia, constitui um elemento patrimonial de referência, associado à devoção à Senhora da Póvoa e às práticas coletivas, festivas e de romaria que se desenvolvem no território.

A estrutura territorial permanece, portanto, amplamente legível. A implantação compacta do núcleo urbano, a hierarquia dos caminhos, a relação entre os espaços públicos e a distribuição do património demonstram uma organização espacial profundamente enraizada nas características físicas do lugar e nas práticas sociais desenvolvidas ao longo dos séculos. O que se altera de forma mais intensa nas últimas décadas é a utilização destas estruturas.

Povoado da Serra de Opa



6 Cruzeiro dos Centenários



Fig. 22: Registo fotográfico de elementos do património arqueológico e arquitetónico assinalados no mapa da Fig. 24. **Fonte:** imagem do povoado da Serra de Opa — Cabanas (2016, p. 19); imagem do Cruzeiro dos Centenários — autora (2026).

1 Ermida da Senhora da Póvoa



2 Igreja Matriz



C1 - Alameda dos Balcões



3 Casa Solarenga



4 Casa Solarenga



5 Casa Solarenga



Fig. 23: Registo fotográfico dos principais elementos do património arquitetónico assinalados no mapa da Fig. 24. As designações, a numeração e as cores apresentadas nas imagens correspondem à identificação utilizada no mapa. **Fonte:** autora (2026).

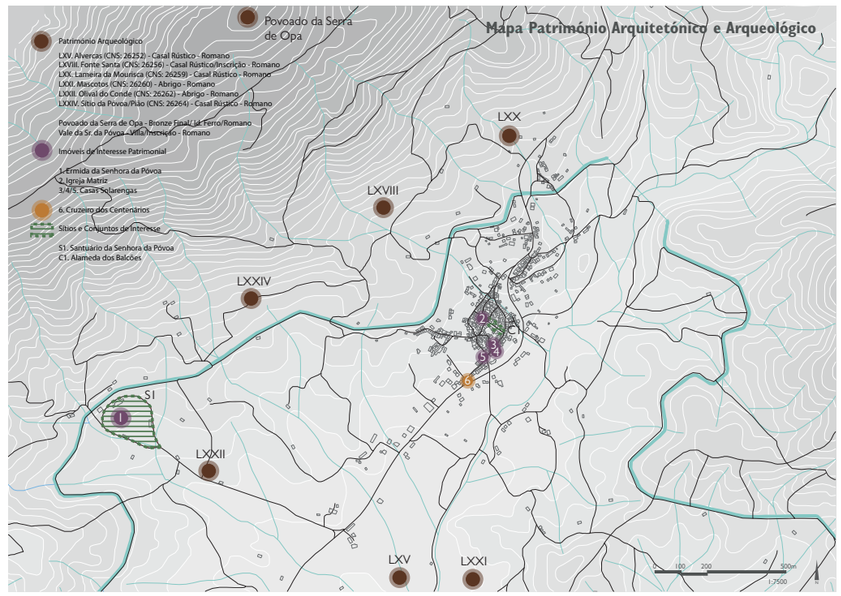


Fig. 24: Mapa Património Arquitetónico e Arqueológico. **Fonte:** Elaborado pela autora com base no Plano Diretor Municipal de Penamacor (Câmara Municipal de Penamacor, 2011) e na Carta Arqueológica de Penamacor (Câmara Municipal de Penamacor, 2016). **Nota:** Ver versão ampliada no Apêndice 15.

1.4 O esvaziamento da paisagem rural

Apesar da permanência das principais estruturas físicas e territoriais, a paisagem do Vale da Senhora da Póvoa encontra-se hoje marcada por profundas transformações demográficas, económicas e sociais, responsáveis pela alteração da intensidade de utilização do território.

O Vale da Senhora da Póvoa integra o conjunto de aldeias do concelho de Penamacor profundamente marcadas pelo despovoamento e pelo envelhecimento demográfico. A evolução da população evidencia um processo contínuo de perda de habitantes, particularmente acentuado a partir da década de 1960, após o máximo populacional registado em 1950, quando a freguesia atingia 1094 habitantes. Segundo os dados do Censo de 2021, residem atualmente na freguesia apenas 222 habitantes.

A análise da estrutura etária confirma igualmente esta tendência. Entre 2001 e 2021 verifica-se uma redução significativa da população jovem e da população em idade ativa, enquanto o grupo etário com mais de 65 anos permanece largamente dominante. Em 2021, registavam-se apenas sete residentes com menos de quinze anos, contrastando com os 144 habitantes com mais de 65 anos. Esta inversão demográfica compromete a renovação geracional da aldeia e traduz-se numa crescente dificuldade em assegurar a continuidade das atividades económicas e dos saberes tradicionalmente associados ao território.

Estas transformações demográficas refletem-se diretamente na organização económica e funcional da aldeia. A redução da população ativa e o envelhecimento dos proprietários contribuíram para o abandono progressivo de muitas parcelas agrícolas, fenómeno já identificado na análise da estrutura produtiva. Paralelamente, o setor primário perdeu a centralidade que historicamente desempenhava na economia local, assumindo atualmente um peso residual quando comparado com o setor terciário, enquanto uma parte significativa da população residente é constituída por reformados e pensionistas[85].



Fig. 25: Moradores na Rua Direita em 1938.
Fonte: Cabanas (2016, p. 98).

85. Instituto Nacional de Estatística. *"População residente com 15 e mais anos de idade (N.º) por Local de residência à data dos Censos [2021] (NUTS - 2013), Sexo, Condição perante o trabalho e Fonte de rendimento"*. Censos 2021, indicador 0011636. Lisboa: INE, 2022.

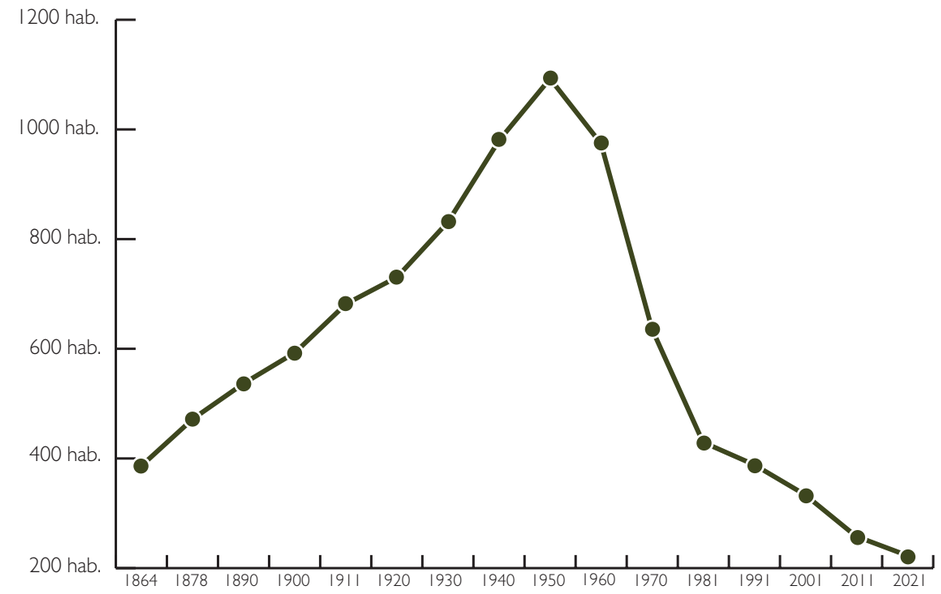


Fig. 26: Evolução da população residente na freguesia do Vale da Senhora da Póvoa (1864–2021). **Fonte:** Elaborado pela autora com base em dados do INE (Censos 1864–2021).

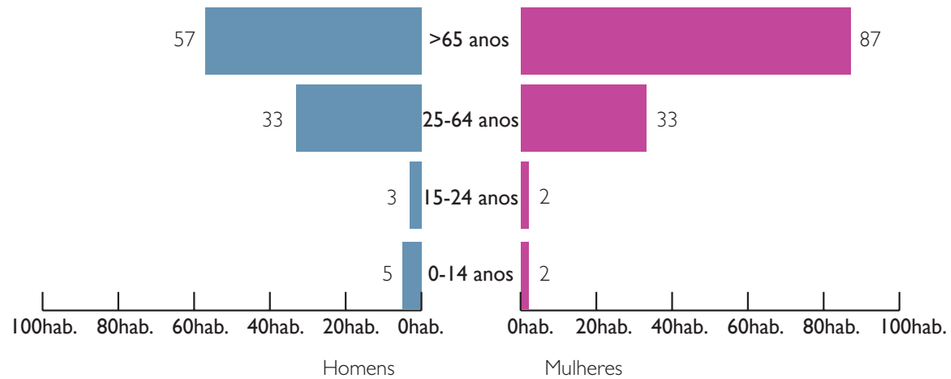


Fig. 27: Distribuição da população por grupos etários e género no Vale da Senhora da Póvoa (2021). **Fonte:** Elaborado pela autora com base em dados do INE (Censos 2021).

Mercearia





O despovoamento repercute-se igualmente na oferta de equipamentos, comércio e serviços. Ao longo do século XX, o Vale da Senhora da Póvoa possuía uma rede diversificada de tabernas, pequenos comércios, fornos, lagares e outros estabelecimentos que asseguravam o quotidiano da população e dinamizavam a vida comunitária[86]. Atualmente, a maioria destes espaços encontra-se encerrada, subsistindo apenas uma mercearia e um café/restaurante, cuja sucessiva abertura e encerramento evidencia a fragilidade da atividade económica local (Fig. 29 – Mapa Equipamentos e Serviços). A oferta comercial fixa é ainda complementada pontualmente por comércio ambulante, que assegura alguns bens de consumo à população residente. A escassez de serviços obriga os residentes a deslocações frequentes para Penamacor, Sabugal e outras localidades vizinhas para aceder a cuidados de saúde, serviços administrativos e bens de consumo corrente. Neste contexto, o encerramento da escola primária, em 2007, assume um forte valor simbólico, representando o desaparecimento da população escolar e a progressiva quebra da renovação geracional.

Fig. 28: Formas atuais de abastecimento local: mercearia e serviço ambulante Carinha do Pão. **Fonte:** autora (2026).

86. Cabanas. *Op. cit.*, p. 121.

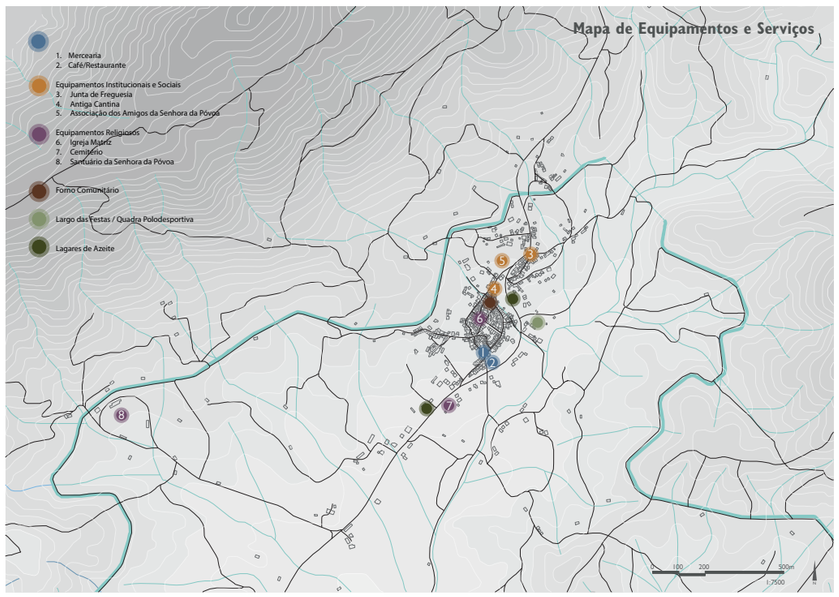


Fig. 29: Mapa Equipamentos e Serviços. **Fonte:** autora (2026). **Nota:** Ver versão ampliada no Apêndice 16.





Fig. 30: Edifício devoluto no núcleo urbano do Vale da Senhora da Póvoa, evidenciando a perda de uso e a degradação do edificado tradicional. **Fonte:** autora (2026).

87. Câmara Municipal de Penamacor. *Área de Reabilitação Urbana do Vale da Senhora da Póvoa*, p. 17.

As alterações demográficas manifestam-se igualmente na estrutura habitacional da aldeia. De acordo com o documento da Área de Reabilitação Urbana de Vale da Senhora da Póvoa, uma parte significativa do edificado foi construída ou profundamente intervencionada durante as décadas de 1970 e 1980, período associado ao investimento realizado pela comunidade emigrante. Contudo, observa-se atualmente uma crescente dualidade no parque habitacional. Por um lado, muitas destas habitações permanecem em bom estado de conservação, mas apresentam uma ocupação predominantemente sazonal, sendo utilizadas sobretudo durante o verão e nas festividades religiosas[87]. Por outro, uma parte importante do núcleo histórico, constituído por habitações vernaculares em xisto e granito, encontra-se devoluta ou em estado avançado de degradação, consequência da perda de população residente e da dificuldade de adaptação destas construções às atuais exigências de habitabilidade.

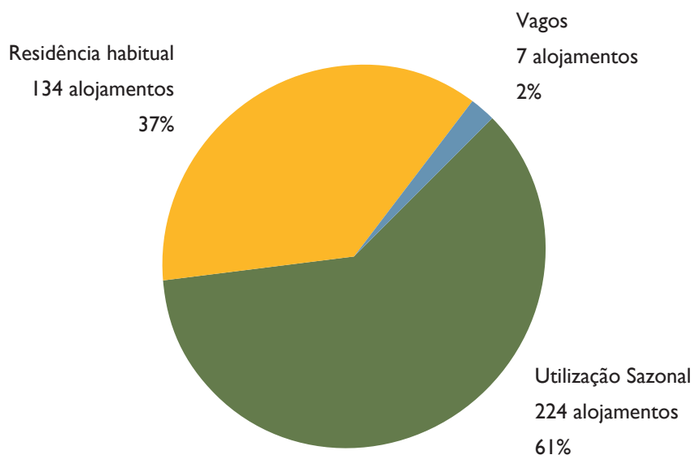


Fig. 31: Tipologia de ocupação dos alojamentos familiares clássicos na freguesia do Vale da Senhora da Póvoa. **Fonte:** Elaborado pela autora com base em dados do INE (Censos).

A leitura integrada destas dinâmicas demonstra que as principais transformações contemporâneas da paisagem do Vale da Senhora da Póvoa não decorrem de alterações significativas da sua estrutura física ou territorial, mas da diminuição da intensidade da sua utilização. O abandono agrícola, a retração dos serviços, a ocupação sazonal do edificado e o envelhecimento da população conduzem progressivamente à perda de funções que durante séculos sustentaram esta paisagem rural. Embora a organização espacial da aldeia permaneça amplamente legível, observa-se uma crescente dissociação entre a permanência das estruturas materiais e a redução das práticas sociais que lhes conferiam significado.

É neste contexto que se torna necessário complementar a leitura morfológica da paisagem com a compreensão das vivências, memórias e expectativas da comunidade. Se a paisagem constitui uma construção social em permanente transformação, a definição de estratégias de valorização territorial não poderá assentar exclusivamente na conservação física dos seus elementos, exigindo igualmente a participação daqueles que continuam a atribuir significado a este território. Neste sentido, e em consonância com os princípios da Carta de Burra, da Convenção de Faro e da Carta do Porto Santo, o capítulo seguinte apresenta o diagnóstico participativo desenvolvido no âmbito desta investigação, procurando compreender de que forma a comunidade identifica, valoriza e projeta o futuro da sua paisagem cultural.



Fig. 32: Moradores na Rua Direita. **Fonte:** Cabanas (2016, p. 139).

2 O Diagnóstico Participativo

2.1 Abordagem

Se o património é entendido como uma construção social continuamente reinterpretada pelas comunidades, então os seus processos de diagnóstico e valorização não podem limitar-se à análise dos elementos materiais da paisagem. Devem igualmente integrar os conhecimentos, memórias e expectativas daqueles que lhe atribuem significado. É neste enquadramento que se desenvolve o diagnóstico participativo apresentado nesta investigação.

A compreensão desta dimensão social e imaterial da paisagem exige ferramentas capazes de captar não apenas os seus atributos físicos, mas também as vivências, os valores e as relações quotidianas estabelecidas pela comunidade com o território. Neste sentido, a investigação adota uma metodologia de base qualitativa e aplicada, que articula a análise territorial, a investigação documental e a auscultação direta da população.

O trabalho ancora-se conceptualmente nos princípios da *Investigação-Ação Participativa (IAP*), tomando como principal referência a abordagem apresentada por Sara Kindon, Rachel Pain e Mike Kesby (2007)[88]. Ao contrário das abordagens clássicas, em que o investigador assume uma postura de neutralidade e exterioridade em relação ao objeto de estudo, a IAP pressupõe um envolvimento ativo e uma construção partilhada do conhecimento entre o investigador e os sujeitos do território. Na sua essência, a Investigação-Ação Participativa constitui um quadro metodológico abrangente que engloba diferentes abordagens de investigação participativa orientadas para a ação, envolvendo investigadores e participantes que trabalham em conjunto para examinar uma situação problemática com o objetivo de a transformar para o melhor[89].

Como sublinham os autores, este processo é intrinsecamente cíclico e dinâmico: os investigadores e os participantes identificam uma questão ou situação que necessita de mudança, iniciam uma investigação que se apoia nas capacidades e recursos locais para precipitar uma ação relevante, e avançam progressivamente para novos ciclos sistemáticos de investigação, ação e reflexão[90]. No plano específico da arquitetura e do ordenamento, a aplicação desta metodologia permite conectar diretamente as pessoas, a participação e o lugar, transformando o espaço não num mero cenário estático de recolha de dados, mas num veículo de empoderamento, transformação social e coesão[91].

Ao trazer este referencial para o Vale da Senhora da Póvoa, reconhece-se que os habitantes locais não são informantes passivos, mas sim os detentores de um conhecimento vernáculo indispensável para mapear as fraturas e as potencialidades da paisagem cultural. A concretização desta abordagem exigiu, contudo, a adaptação dos instrumentos de auscultação às diferentes formas de relação com o território e às características dos públicos envolvidos.

A estrutura demográfica do Vale da Senhora da Póvoa, marcada pelo envelhecimento da população residente e pela reduzida representatividade dos grupos etários mais jovens,

88. Kindon, Sara; Pain, Rachel; Kesby, Mike. *Participatory Action Research Approaches and Methods: Connecting people, participation and place.* London: Routledge, 2007.

89. Wadsworth, Yoland. "*What is Participatory Action Research?*" *1998*, citado por Kindon; Pain; Kesby. *Participatory Action Research Approaches and Methods*, p. 1.

90. Kindon; Pain; Kesby. *Participatory Action Research Approaches and Methods*, p. 1.

91. Ibid., pp. 3-5.

constituiu um dos fatores considerados na definição das estratégias de participação. Paralelamente, a existência de uma comunidade emigrante e de outros membros da comunidade que, embora mantenham uma relação significativa com o Vale, não residem atualmente na aldeia, tornou necessário recorrer a instrumentos capazes de ultrapassar os limites da participação presencial.

Neste contexto, a investigação combinou metodologias de proximidade, assentes no contacto direto com a população e na realização presencial de ações de diagnóstico, com um inquérito online, desenvolvido como forma de ampliar a participação a emigrantes e a outros membros da comunidade patrimonial não residentes. A utilização destes diferentes instrumentos permitiu alcançar participantes com diferentes formas de relação e presença no território.

Como ferramenta central de auscultação comunitária, adota-se e adapta-se a metodologia proposta pelo projeto *Ballarat Imagine*. Desenvolvido originalmente na Austrália como um instrumento de apoio à aplicação da Recomendação sobre a Paisagem Histórica Urbana da UNESCO (2011), este modelo participativo baseia-se na premissa de que os verdadeiros peritos na atribuição de significado cultural a um lugar são os cidadãos que o habitam e o transformam no seu quotidiano. O método estrutura-se a partir de um questionamento aberto e prospetivo: o que a comunidade **ama** no lugar, e, portanto, o que deseja **manter/reter**, o que identifica como necessário **mudar** e o que **imagina** para o futuro do território[92].

92. City of Ballarat. *Ballarat Imagine: What You Said*. Ballarat: City of Ballarat, 2013.

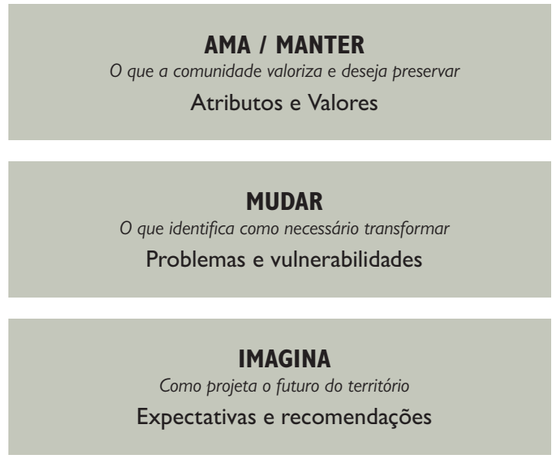


Fig. 33: Esquema metodológico do método Ballarat Imagine.
Fonte: Elaborado pela autora com base no método proposto pelo projeto Ballarat Imagine (City of Ballarat, 2013).

As diferentes ações de auscultação permitirão identificar os elementos da paisagem reconhecidos pela comunidade e compreender os significados que lhes são atribuídos. Para cada atributo referido, serão interpretados os valores patrimoniais implícitos nos testemunhos recolhidos, reconhecendo que um mesmo elemento pode concentrar diferentes significados consoante a experiência, a memória e a relação estabelecida por cada participante com o território.

Valoração

A identificação e a valoração finais dos atributos não resultam exclusivamente da auscultação comunitária. Constituem antes um processo de triangulação entre três fontes de conhecimento: (i) as perceções e os significados expressos pela comunidade durante o diagnóstico participativo; (ii) a análise territorial desenvolvida através da observação direta e da investigação documental; e (iii) a leitura institucional do património, expressa nos instrumentos de inventário, classificação e proteção existentes. O cruzamento destas três perspetivas permitirá consolidar a matriz de atributos patrimoniais considerada nesta investigação.

Para sistematizar este processo de interpretação, adota-se como referencial a Metodologia de Avaliação do Valor Patrimonial proposta por Ana Tarrafa Silva e Ana Pereira Roders (2021)[93]. Segundo as autoras, o significado cultural de um bem patrimonial emerge precisamente da sobreposição indissociável entre os seus atributos (as características materiais ou imateriais; **"o quê"**) e os seus valores culturais (as razões explícitas ou interpretadas para a sua conservação e salvaguarda; **"porquê"**)[94].

A taxonomia de Silva e Roders organiza os valores patrimoniais em oito categorias: *social, económico, político, histórico, estético, científico, de antiguidade e ecológico*. Esta classificação permite sistematizar os significados associados aos atributos identificados e comparar as diferentes dimensões patrimoniais da paisagem.

93. Silva, Ana Tarrafa; Roders, Ana Pereira. "*Taxonomias do significado cultural do património: valores e atributos*". In Marado, Catarina Almeida; Valente, Teresa; Bernardes, João Pedro, eds. – Gestão do Património Cultural: experiências e desafios. Faro: Universidade do Algarve, 2021, pp. 10-31.

94. Ibid., pp. 11-13.

Social	Expressa a identidade e a memória individual ou coletiva; abrange o sentimento de pertença, o orgulho comunitário, as crenças, tradições e o significado imaterial do lugar.
Histórico	Constitui testemunho de eventos, correntes ou memórias do passado; evidencia marcos de transformação civilizacional, raridade documental, valor pedagógico e vestígios arqueológicos.
Estético	Manifesta-se nas qualidades visuais, formais e percetivas; traduz a intenção artística, a autoria, a linguagem de movimentos arquitetónicos e o valor compositivo do elemento.
Científico	Reflete o conhecimento técnico e construtivo; manifesta o engenho das soluções de engenharia, a inovação tecnológica e a mestria das técnicas e saberes artesanais.
Económico	Mede a utilidade e o impacto financeiro; reflete a função/uso ativo ou passado, o potencial de dinamização local, o entretenimento e o valor de mercado ou não-uso.
Político	Representa a dimensão da governação e da coesão social; atua como instrumento de gestão urbana, didática cidadã, representação simbólica do poder e afirmação institucional.
Antiguidade	Evidencia a passagem do tempo e a autenticidade material; traduz-se na pátina das superfícies, nas marcas de uso acumuladas por sucessivas gerações e na maturidade do edificado.
Ecológico	Diz respeito à relação com o meio natural e à eficiência ambiental; abrange a harmonia com a paisagem, a sustentabilidade do desenho, a reutilização de materiais e a gestão de recursos.

Tabela 1: Taxonomia de valores culturais. **Fonte:** Adaptado de Silva e Roders (2021, p. 15–17).

Deste modo, o enquadramento metodológico organiza-se numa sequência integrada de etapas. As fontes documentais e a observação direta em campo fornecem a leitura física do território; a Investigação-Ação garante a flexibilidade e a adequação na abordagem humana; o *Ballarat Imagine* possibilitou a identificação participada dos atributos patrimoniais; e a taxonomia de Tarrafa Silva e Pereira Roders forneceu o referencial para a respetiva valoração. O cruzamento destas diferentes dimensões sustenta o diagnóstico crítico do Vale da Senhora da Póvoa e fundamenta as estratégias de valorização territorial desenvolvidas no capítulo seguinte.

Identificação e Classificação das Partes Interessadas

A operacionalização da *Investigação-Ação Participativa (IAP)* numa paisagem cultural rural exige a identificação sistemática e a classificação dos múltiplos atores que intervêm, direta ou indiretamente, na gestão, transformação e vivência do território. Afastando-se das práticas tradicionais e do planeamento *top-down,* em que as decisões são tomadas de forma centralizada e sem auscultação local, a abordagem contemporânea baseada em valores preconiza que a salvaguarda patrimonial só é sustentável quando envolve uma rede articulada de agentes a diferentes escalas e com diferentes níveis de interesse e poder de decisão. Como afirma a Convenção de Faro, o reconhecimento do património como um recurso estratégico para a sociedade pressupõe uma responsabilidade partilhada, exigindo mecanismos de governança colaborativa que integrem as instituições públicas, as organizações privadas e os cidadãos[95].

95. Council of Europe. *Faro Convention*, art. 11.º.

Para estruturar esta rede de agentes no Vale da Senhora da Póvoa, adotou-se e adaptou-se a matriz metodológica multiescalar e intersetorial proposta por Teresa Ferreira, Pedro Freitas e Tiago Cruz (2024)[96], e que, por sua vez, é resultante de diferentes recomendações e da análise de boas práticas de gestão. A identificação dos atores baseou-se num cruzamento entre consulta da documentação oficial, pesquisa em fontes institucionais e auscultação exploratória no terreno, realizada através de contactos informais com moradores e interlocutores locais. Este procedimento permitiu reconhecer não apenas as entidades formais de tutela e gestão, mas também as dinâmicas associativas e comunitárias que intervêm no quotidiano da aldeia, incluindo organizações não governamentais.

96. Ferreira, Teresa Cunha; Freitas, Pedro Murilo; Cruz, Tiago Trindade. "*Engaging multiple stakeholders in World Heritage serial nominations: the case of Álvaro Siza's Architectural Works*". Manuscrito submetido para publicação na FCIC '24: Faro Convention International Conference, 2024, pp. 5-6.

Com base neste levantamento, as partes interessadas foram classificadas em quatro grupos, de acordo com a sua escala de atuação e capacidade de influência sobre a paisagem e sobre as futuras ações de valorização. Esta classificação não pretende fixar papéis rígidos, mas antes construir uma base operativa capaz de orientar a mediação entre diferentes níveis de decisão, de participação e de uso do território.

Escala Nacional e Regional		
Tutela e Salvaguarda Institucional	Património Cultural, I.P.	Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)
	CCDR Centro (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional)	CIMBB (Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa)
Escala Municipal e Local		
Entidades de Gestão Local e Administração	Câmara Municipal de Penamacor	Diocese da Guarda (tutela e propriedade do Santuário)
	Junta de Freguesia do Vale da Senhora da Póvoa	Proprietários de parcelas e edificado
Sociedade Civil		
Organizações Não-Governamentais e Coletividades	Associação de Amigos do Vale da Senhora da Póvoa	Meimoa Coop
	Associação Desportiva e Cultural de Caça e Pesca da Sra. da Póvoa	
Utilizadores, Visitantes e Comunidade Patrimonial	Moradores residentes permanentes	Emigrantes e residentes sazonais
	Visitantes familiares e de lazer	Peregrinos e romeiros

Tabela 2: Matriz de Classificação de partes interessadas do Vale da Senhora da Póvoa. **Fonte:** autora (2026).

Esta classificação assume uma relevância crítica antes do avanço para as dinâmicas de auscultação no terreno. Ao mapear explicitamente as esferas de atuação, a investigação ganha a capacidade de antecipar e categorizar as visões que coexistem no território. O desenho do espaço público e a reabilitação da arquitetura popular em cenários de declínio demográfico não podem ficar subordinados a fins meramente burocráticos ou cenográficos; devem antes resultar da articulação contínua entre as exigências técnicas e regulamentares das instâncias de gestão e as aspirações de proximidade expressas pela própria comunidade patrimonial.

Neste sentido, a matriz permite reconhecer não apenas quem intervém no território, mas também como os diferentes atores se relacionam com ele. Moradores, emigrantes e residentes sazonais, peregrinos, associações, proprietários e entidades públicas possuem formas distintas de conhecimento, experiência e capacidade de atuação. Desta forma, a matriz das partes interessadas não só apoia a definição das estratégias de valorização territorial, como também estabelece as condições para, numa fase seguinte, promover maior fixação, continuidade e revitalização da aldeia.

2.2 Ouvir o Vale

O processo de diagnóstico participativo no Vale da Senhora da Póvoa desenvolveu-se através de ações de aproximação direta ao território, estruturadas sob a designação de "Ouvir o Vale". A recolha de dados qualitativos e a auscultação pública foram divididas em diversos momentos distintos ao longo de 2026, combinando séries de entrevistas semiestruturadas com dinâmicas de cartografia participativa abertas e controladas, além de um inquérito online.

A auscultação comunitária estruturou-se em quatro séries complementares, organizadas de modo a abranger diferentes perfis de participantes e distintos momentos de contacto com a aldeia. Cada etapa recorreu a técnicas e instrumentos específicos, ajustados ao público-alvo e ao objetivo da recolha de informação.

2.2.1 **Entrevistas semiestruturadas**

Diagnóstico inicial e auscultação exploratória (7 março 2026)
6 participantes

Auscultação a residentes sazonais (4 junho 2026)
5 participantes

2.2.2 **Cartografia participativa**

Romaria da Senhora da Póvoa (24 maio 2026)
≈18 participantes

Oficina com população sénior (16 junho 2026)
6 participantes

2.2.3 **Inquérito online**

5 a 12 agosto 2026
30 participantes

2.2.4 **Entrevistas institucionais e associativas**

agosto 2026
4 participantes

2.2.1 Entrevistas semiestruturadas

As entrevistas semiestruturadas constituíram o primeiro momento de auscultação direta da comunidade, permitindo estabelecer um diagnóstico exploratório que orientou as etapas participativas subsequentes. Foram realizadas 11 entrevistas, distribuídas por dois momentos distintos. A primeira fase ocorreu em março de 2026, durante uma visita inicial de campo, e contou com seis participantes. A segunda fase realizou-se em junho de 2026, aproveitando a maior presença de residentes sazonais e emigrantes na aldeia durante o período de verão, e contou com cinco participantes, permitindo incorporar diferentes formas de relação e permanência no território.

Fase	Data	Participantes
Diagnóstico inicial e auscultação exploratória	7 março 2026	6
Auscultação a residentes sazonais	4 junho 2026	5

Tabela 3: Fases e distribuição das entrevistas semiestruturadas.
Fonte: autora (2026).

O guião adotado tomou como ponto de partida a metodologia *Ballarat Imagine*, mas foi adaptado às condições específicas da investigação. A estas foram acrescentadas quatro questões complementares destinadas a aprofundar as respostas e facilitar o desenvolvimento da conversa. A decisão apoiou-se também nas discussões e experiências desenvolvidas no âmbito da unidade curricular *Património e Paisagem. Gestão, Análise, Projeto*, na qual se observou que perguntas muito abrangentes nem sempre conduzem, de imediato, a respostas desenvolvidas. As questões adicionais funcionaram, assim, como estímulos de esclarecimento e aprofundamento quando necessário.

1. O que mais Gosta no Vale?

2. O que gostaria de Mudar no Vale?

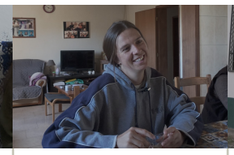
3. Como Imagina o Vale no futuro?

4. O que já não há que desapareceu e gostava/sente falta?

5. Quais os espaços que considera mais significativos?

6. O que é mais antigo que considera "típico" do Vale?

7. Quais memórias tem do Vale?

	Maria Amélia Cameira	Ana Campos	João Pires	Maria dos Prazeres	Claudina Hipólito	Isabel	Marta Cameira Simões	Fernanda	Maria José	Joaquim	Teresa
											
Vínculo	• Natural do Vale • Residente • Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia.	• Natural do Vale • Antiga residente • Reside em Castelo Branco • Regressa regularmente	• Natural do Vale • Antigo residente • Reside em Castelo Branco • Regressa regularmente	• Natural do Vale • Residente permanente • Reformada	• Natural do Vale • Residente permanente • Reformada	• Nova residente • Vive no Vale há cerca de 2 anos e meio • Inglesa	• Nova residente • Vive no Vale desde 2020 • Dona da mercearia da aldeia	• Reside atualmente no Vale há alguns anos	• Natural do Vale • Residente sazonal • Vive em Caneças	• Natural do Vale • Residente sazonal • Vive em Caneças	• Natural do Vale • Residente sazonal • Vive em Sintra
Gosta	• Pessoas e convívio • Luminosidade • Mercearia • Atividades sénior	• Família • Igreja Matriz • Alameda dos Balcões • Ermida da Srª. da Póvoa • Canal d'Água	• Família • Serra d'Opa • Paisagens • Caminhadas	• Festas • Convívio • Caminhadas • Canal d'Água • Ribeira • Forno Comunitário	• Festas • Tudo que é do Vale	• Tranquilidade • Paisagens / Vistas • Presença da água • Pessoas / vizinhos	• Tranquilidade • Ausência de trânsito • Pessoas • Paisagens • Vistas da Serra d'Opa • Santuário	• Ambiente	• Clima • Ermida da Sr.ª da Póvoa • Largo das Festas • Igreja Matriz	• Café / tasca	• Clima
Mudar	• Falta de espaços de permanência	• Falta de uma praia fluvial	• Falta de espaços para atrair jovens e famílias	• Falta de uma praia fluvial • Aproveitamento da água	• Falta de espaços de lazer / dança	• Nada específico	• Transportes /Acessibilidade • Emprego qualificado • Falta de Investimento	• Falta de piscina / praia fluvial	• Piscina / praia fluvial • Atração de jovens	• Piscina / praia fluvial • Atrair mais visitantes	• Falta de piscina / praia fluvial
Imagina	• Regresso de antigos residentes e fixação de novas famílias • Criação de espaços de permanência para jovens e idosos	• Criação de uma praia fluvial. • Declínio demográfico contínuo.	•Envelhecimento e perda de população • Ausência de emprego	• Novos residentes estrangeiros	•Preocupação com o desaparecimento da população	• Mais residentes • Mais comunidade • Mais mercados e festas	• Mais residentes • Mais casas ocupadas • Investimento • Melhores acessibilidades	• Novos residentes	• Mais população • Retorno das novas gerações • Recuperação das terras	• Novos residentes • Regresso após a reforma	• Mais população • Preocupação com o desaparecimento da aldeia
Sente Falta	• Chafarizes antigos • Maior convivência entre moradores • Antiga vitalidade da aldeia • Bailaricos e jogos tradicionais	• Café • Convívio com as pessoas • Família reunida	• Café • Convívio com as pessoas • Família reunida	• Festa de maior duração • Lavadouros • Escola primária • Bailaricos • Antigas atividades comunitárias	• Festa de Santiago • Rancho • Antigos costumes • Vida comunitária	• Sem resposta	• Sem resposta	• Antigas formas de convívio	• Antigas práticas comunitárias • Jogos tradicionais •Antigos lavadouros	• Serenatas • Antigas atividades comunitárias • Vida rural	• Jogos tradicionais • Forno comunitário • Antigos lavadouros
Espaços	• Santuário • Igreja Matriz • Largo das Festas • Canal d'Água • Serra d'Opa • Fonte dos Namorados	• Ermida da Srª. da Póvoa • Igreja Matriz • Alameda dos Balcões • Canal d'Água • Antiga Escola	• Serra d'Opa • Antiga Escola	• Ribeira • Canal d'Água • Forno comunitário • Lavadouros • Escola primária	• Santuário • Espaços de convívio	• Serra d'Opa • Largo da Associação • Santuário	• Serra d'Opa •Santuário	• Forno comunitário	• Ermida da Sr.ª da Póvoa • Igreja Matriz • Largo das Festas • Antigos lavadouros	• Café / tasca • Ribeira	• Forno comunitário • Tanques • Ribeira

Atributos e Valores Reconhecidos (GOSTA)	Social	Económico	Político	Histórico	Estético	Científico	Antiguidade	Ecológico
Património religioso e a centralidade do Santuário da Senhora da Póvoa O Santuário da Senhora da Póvoa surge de forma recorrente como o principal elemento identitário do Vale, associado simultaneamente à paisagem, à memória familiar e às celebrações religiosas. A Igreja Matriz e outros espaços associados às festividades reforçam esta dimensão, evidenciando a articulação entre o património religioso e a dimensão simbólica e afetiva do território.	◎			◎	◎		●	●
Espaços de convivência e memória comunitária O café, os largos, a escola, o forno comunitário e os antigos espaços de encontro surgem associados a memórias de uma aldeia mais povoada e socialmente ativa. Mais do que os espaços físicos em si, os testemunhos valorizam as relações que neles aconteciam: encontros familiares, bailes, festas, jogos tradicionais e outras formas de sociabilidade. Estes elementos evidenciam a importância das relações sociais na construção da memória coletiva do território.	◎			◎				
Património vernacular e práticas do quotidiano rural Os antigos lavadouros, chafarizes e forno comunitário são recordados sobretudo através das práticas que lhes estavam associadas. As entrevistas recuperam memórias de lavar roupa, cozer pão, preparar alimentos, cultivar a terra e utilizar coletivamente os recursos hídricos, revelando um património cujo significado resulta da relação entre materialidade, saber-fazer e experiência quotidiana.	◎			◎				◎
Paisagem, água e tranquilidade A Serra d'Opa, as vistas panorâmicas, a presença da água e os percursos junto ao canal e à ribeira são frequentemente associados à qualidade ambiental e ao bem-estar proporcionado pelo território. Para os residentes e novos habitantes, a tranquilidade, a ausência de trânsito e a proximidade com a natureza constituem elementos centrais da experiência contemporânea do Vale.					◎			◎
Festas, tradições e gastronomia As festas religiosas, o Madeiro, o Carnaval, os bailes, os jogos tradicionais e práticas como as matanças, as ceifas e a desfolhada constituem importantes referências de memória. A gastronomia aparece igualmente associada a estas práticas, através das sopas, do cabrito, dos enchidos e dos doces tradicionais. Estes elementos revelam um património imaterial profundamente ligado às formas de sociabilidade e à transmissão de memórias entre gerações.	◎			◎				●

◎ Valor Predominante ◎ Valor Secundário ● Valor Terciário

Fig. 34: Matriz de correlação entre atributos identificados nas Entrevistas Semiestruturadas.
Fonte: autora (2026).

Os principais atributos identificados durante as entrevistas e os respetivos valores patrimoniais encontram-se sintetizados na tabela seguinte.

Atributo	Quant.	Valores
Pessoas e/ou Família	11	Social
Festas tradicionais	7	Social, Histórico
Romaria da Srª. da Póvoa	6	Social, Histórico
Santuário da Senhora da Póvoa	6	Social, Histórico, Estético, Ecológico, Antiguidade
Antiga Escola	4	Social
Canal d'Água	4	Ecológico
Serra d'Opa	4	Ecológico, Estético
Antigos Lavadouros	3	Social, Histórico
Ambiente/Clima	3	Ecológico
Forno Comunitário	3	Social
Igreja Matriz	3	Histórico, Social, Estético
Paisagem Natural/Vistas	3	Ecológico, Estético
Largo das Festas	2	Social
Ribeira de Vale de Lobo	2	Ecológico
Tranquilidade	2	Ecológico
Alameda dos Balcões	1	Histórico, Social, Estético
Fonte dos Namorados	1	Ecológico, Histórico
Largo / Sede da Associação	1	Social
Luminosidade	1	Ecológico

Tabela 4: Matriz de Frequência de Atributos Identificados e Valores Culturais Associados das Entrevistas Semiestruturadas.
Fonte: autora (2026).

A distribuição dos valores evidencia o predomínio da dimensão social, articulada sobretudo com os valores histórico e ecológico. Os atributos identificados são, assim, valorizados não apenas pela sua materialidade, mas também pelas práticas, memórias e relações que lhes conferem significado. O valor estético surge associado principalmente à experiência da paisagem, às vistas e ao património edificado.

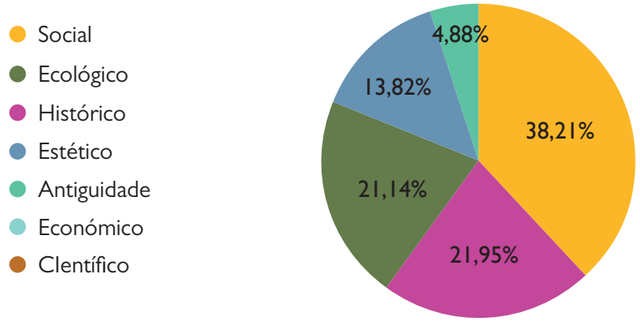


Fig. 35: Distribuição dos Valores Culturais das Entrevistas Semiestruturadas.
Fonte: autora (2026).

As respostas às questões foram posteriormente submetidas a uma análise temática, agrupando formulações individuais em núcleos recorrentes, procurando preservar o sentido dos testemunhos e tornar comparáveis preocupações expressas de formas distintas. As categorias apresentadas a seguir não correspondem, portanto, a opções previamente definidas, mas a uma síntese interpretativa dos problemas que emergiram ao longo das entrevistas, cujas transcrições integrais se encontram nos Apêndices A01–A08. Esta análise considerou não apenas as respostas às questões, mas também temas surgidos nas questões complementares e no desenvolvimento da conversa, uma vez que determinadas preocupações se tornaram mais explícitas à medida que o diálogo se aprofundava.

Problemas Identificados (MUDAR)

Despovoamento e envelhecimento da população

O envelhecimento e a diminuição da população constituem a preocupação mais transversal entre os entrevistados. A redução do número de habitantes é associada ao encerramento da escola, à existência de casas vazias e à diminuição das atividades e relações quotidianas. Alguns testemunhos projetam inclusivamente um futuro de maior abandono caso não se consiga atrair população mais jovem.

Perda dos espaços de convivência e das atividades comunitárias

O encerramento do café surge repetidamente como símbolo da perda de um espaço de encontro e sociabilidade. A redução das festas, o desaparecimento do rancho e o enfraquecimento dos bailes e jogos tradicionais são igualmente percecionados como sinais da diminuição da vida comunitária. A perda destes espaços e práticas é entendida não apenas como uma alteração funcional, mas como uma transformação da própria identidade social da aldeia.

Diminuição do património e práticas associadas ao modo de vida rural

Os entrevistados recordam diversos elementos que desapareceram ou perderam a sua função original, como os antigos chafarizes, lavadouros, fornos comunitários e determinadas festividades. A transformação do território agrícola e o abandono das práticas de cultivo são igualmente associados à perda gradual de um modo de vida que estruturava a paisagem e as relações sociais.

Falta de emprego, serviços e acessibilidades

Para além da dimensão demográfica, são identificadas limitações estruturais à permanência de população ativa, nomeadamente a escassez de emprego, a reduzida oferta de serviços e as dificuldades de acesso e transporte. Esta condição é particularmente salientada pelos novos residentes, que identificam a dificuldade de trabalhar no território sem criar o próprio emprego e defendem maior investimento e valorização das competências existentes.

Propostas e Visão de Futuro (IMAGINA)

Criação de uma praia fluvial ou espaço balnear

A criação de uma praia fluvial ou piscina surge como a proposta mais recorrente entre os entrevistados, sendo entendida como uma forma de criar uma nova atividade de lazer e, simultaneamente, atrair jovens e famílias. A proposta parte da perceção de que a existência de água e espaços naturais constitui uma oportunidade ainda pouco aproveitada pelo território.

Reforço dos espaços de encontro e das atividades comunitárias

A recuperação da vida social surge como uma aspiração transversal, seja através da reabertura de espaços de convívio, seja através do reforço de festas, mercados, atividades culturais e iniciativas comunitárias. A antiga cantina escolar é já apontada como uma oportunidade para acolher atividades e criar um espaço de utilização partilhada.

Atração e fixação de novos residentes

A capacidade de atrair novos habitantes é apresentada como condição essencial para a continuidade do Vale. Alguns entrevistados identificam sinais positivos na chegada de novos residentes, incluindo famílias jovens e estrangeiros, enquanto outros defendem a criação de condições que permitam aos descendentes regressar ou instalar-se no território. A manutenção e reabilitação das casas existentes é entendida como um recurso importante para esse processo.

Melhoria das condições de emprego e acessibilidade

A criação de oportunidades de emprego e o reforço das acessibilidades são apontados como condições fundamentais para transformar o interesse pelo Vale em permanência efetiva. A atração de investimento e de novas atividades económicas é particularmente valorizada pelos residentes mais recentes, que identificam no território potencial para acolher novas formas de trabalho e de empreendedorismo.

Valorização das festas, tradições e património local

A recuperação ou dinamização das festas e tradições é também entendida como uma forma de reforçar a identidade e a atratividade do Vale. A memória de antigos bailes, procissões, jogos e atividades comunitárias demonstra que estas práticas tiveram um papel importante na construção da vida social da aldeia e podem constituir recursos para a sua reativação.

Discussão

O caráter aberto das entrevistas revelou-se particularmente relevante na fase inicial da investigação. Por terem constituído um dos primeiros momentos de contacto direto com a comunidade, permitiram construir um diagnóstico exploratório sem limitar antecipadamente as respostas a categorias demasiado definidas. Embora o guião partisse dos eixos Gosta, Mudar e Imagina, o desenvolvimento da conversa fez emergir memórias, relações familiares, espaços de sociabilidade, práticas desaparecidas e formas quotidianas de relação com a paisagem. Esta abertura permitiu reconhecer dimensões imateriais e significados sociais que poderiam permanecer menos evidentes numa leitura exclusivamente físico-patrimonial e forneceu pistas para orientar as etapas participativas posteriores.

A mesma flexibilidade introduziu, contudo, limites à comparabilidade das respostas e exigiu um trabalho interpretativo posterior. Nem todos os participantes compreenderam ou desenvolveram as questões segundo a mesma lógica, e vários temas surgiram em perguntas diferentes daquelas a que, analiticamente, acabaram associados. Em particular, Mudar conduziu frequentemente à formulação de intervenções desejadas, aproximando-se do campo das propostas, enquanto Imagina, quando interpretado como uma previsão do futuro, fez emergir também diagnósticos pessimistas relacionados com o despovoamento e a perda de vitalidade. Por esse motivo, os resultados não foram classificados exclusivamente de acordo com a pergunta em que surgiram, mas segundo o conteúdo dos testemunhos, permitindo que problemas e propostas identificados em diferentes momentos da conversa fossem posteriormente reorganizados nas respetivas categorias.

Procurou-se, durante as entrevistas, interferir o mínimo possível na formulação inicial das respostas, permitindo que cada participante interpretasse livremente as questões e desenvolvesse o diálogo a partir das suas próprias associações. Quando necessário, algumas perguntas foram posteriormente reformuladas para clarificar o seu sentido — nomeadamente Mudar, aproximada de formulações como aquilo de que o participante não gostava ou gostaria de ver transformado. Esta mediação demonstra que a entrevista semiestruturada não constitui um instrumento neutro: a forma de perguntar, reformular e organizar posteriormente os testemunhos participa também na construção dos resultados. A natureza qualitativa e o número reduzido de entrevistas não permitem, por isso, uma generalização estatística; o seu contributo reside sobretudo na profundidade dos testemunhos e na identificação de temas, relações e questões posteriormente explorados através de outros instrumentos participativos.

2.2.2 Cartografia participativa

A cartografia participativa foi desenvolvida em dois momentos distintos, procurando alcançar diferentes segmentos da comunidade patrimonial e explorar diferentes formas de relação com o território. A primeira ação ocorreu durante a Romaria de Nossa Senhora da Póvoa, a 24 de maio de 2026, num contexto de elevada concentração e circulação de pessoas, tendo como objetivo identificar, de forma aberta e espontânea, os elementos considerados mais importantes no Vale. A segunda correspondeu a uma oficina realizada a 16 de junho de 2026, dirigida maioritariamente à população sénior residente, na qual a cartografia foi articulada com uma conversa aberta sobre memórias, transformações, problemas e possibilidades futuras para a aldeia.

Ação	Data	Participantes	Dinâmica
Romaria da Senhora da Póvoa	24 maio 2026	≈18	Cartografia aberta + pergunta orientadora
Oficina com população sénior	16 junho 2026	6	Cartografia + conversa aberta

Tabela 5: Fases e distribuição da Cartografia Participativa. **Fonte:** autora (2026).

Ação 1 — Cartografia participativa durante a Romaria

A realização da ação durante a Romaria permitiu ampliar o universo de participantes para além dos residentes permanentes, envolvendo residentes sazonais, emigrantes em visita, peregrinos, visitantes e habitantes de localidades vizinhas. Entre os participantes encontravam-se também representantes de estruturas locais, nomeadamente o Presidente da Junta de Freguesia e o Presidente da Associação de Caça.

A dinâmica adotou uma metodologia de cartografia participativa aberta, utilizando um mapa/aerofoto do Vale da Senhora da Póvoa sobre o qual os participantes eram convidados a responder à pergunta:

"O que é mais importante no Vale da Senhora da Póvoa para você?"

À medida que eram identificados os elementos considerados mais significativos, estes eram assinalados no mapa através de post-its, permitindo simultaneamente recolher a informação e localizar espacialmente os atributos referidos.







Fig. 36: Imagens da dinâmica de Cartografia participativa na Romaria da Srª. da Póvoa. **Fonte:** autora (2026).

A atividade decorreu em dois locais distintos do recinto da romaria. Numa primeira fase, o mapa foi colocado junto ao acesso ao Santuário; posteriormente, foi transferido para a zona do café/bar da aldeia, onde se verificava maior permanência e interação entre a comunidade. Como complemento, foi produzido um *flyer* com a mesma pergunta e um breve formulário demográfico, permitindo recolher quatro respostas adicionais nos casos em que não era possível realizar a interação diretamente junto ao mapa.

Participaram aproximadamente 18 pessoas. Por se tratar de um contexto festivo e de elevada circulação, não foi possível registar sistematicamente os dados demográficos de todos os participantes. A pedido da organização religiosa, a atividade não decorreu durante os momentos de celebração litúrgica, o que condicionou parcialmente o perfil etário dos participantes, verificando-se menor representação da população mais idosa.

Os contributos recolhidos permitiram identificar os seguintes atributos e respetivos valores patrimoniais:

Atributo	Quant.	Valores
Pessoas/Família	6	Social
Santuário da Senhora da Póvoa	5	Histórico, Social, Estético, Ecológico, Antiguidade
Antiga Escola	2	Social
Convívio e sentido comunitário	2	Social
Largo das Festas	2	Social
Alameda dos Balcões	1	Histórico, Social, Estético
Arquitetura medieval	1	Histórico, Social, Estético
Antigos Lavadouros	1	Histórico, Social
Associação dos Amigos da Srª da Póvoa	1	Social
Antiga Cantina	1	Social
Espaços de convívio	1	Social
Espírito	1	Social
Festas	1	Social
Igreja Matriz	1	Histórico, Social, Estético
Lagares de Azeite	1	Histórico, Económico, Científico
Largo da Associação	1	Social
Qualidade de vida	1	Ecológico, Social
Tradição e costumes	1	Histórico, Social

Tabela 6: Matriz de Frequência de Atributos Identificados e Valores Culturais Associados da Cartografia Participativa. **Fonte:** autora (2026).

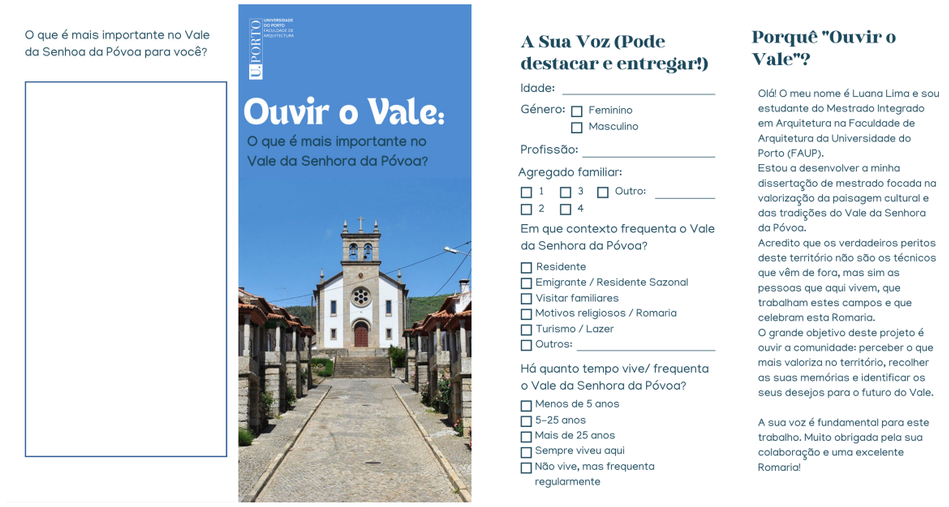


Fig. 37: Flyer distribuído durante a Romaria da Srª. da Póvoa. **Fonte:** autora (2026).

Ação 2 — Oficina cartográfica com população sénior

A segunda ação procurou reforçar a participação da população sénior, particularmente relevante no contexto demográfico do Vale, através de uma dinâmica cartográfica realizada em ambiente fechado e controlado. A sessão decorreu a 16 de junho de 2026, em articulação com a Junta de Freguesia, aproveitando o momento que antecedia as atividades semanais do programa municipal de envelhecimento ativo EnvelheSER ATIVO.

A oficina reuniu seis participantes: quatro idosas residentes, a secretária da Junta de Freguesia (residente no Vale, embora não natural) e uma funcionária local (natural e residente no Vale), cuja presença enriqueceu a discussão com a perspetiva de quem gere e vivencia o quotidiano funcional da aldeia.

A atividade baseou-se na colocação de um mapa sobre a mesa, adotando-se uma dinâmica de conversação aberta e pouco estruturada. Em vez de um questionário rígido, as participantes foram convidadas a falar sobre os elementos de que mais gostavam, as memórias associadas ao território e aquilo que gostariam de transformar na aldeia. O mapa funcionou, assim, como suporte à localização dos elementos mencionados e como estímulo à evocação de memórias e experiências relacionadas com o território.

A dinâmica revelou-se particularmente relevante para a recuperação de informações sobre a evolução da paisagem. As participantes recordaram elementos construídos entretanto desaparecidos ou transformados, usos antigos dos espaços e práticas quotidianas associadas a diferentes lugares da aldeia. Paralelamente, foram identificadas preocupações relativas à configuração atual do espaço público e propostas relacionadas com a introdução de árvores, canteiros, mobiliário urbano e locais de permanência.







Fig. 38: Imagens da oficina cartográfica. **Fonte:** autora (2026).

Os principais atributos identificados durante a oficina e os respetivos valores patrimoniais encontram-se sintetizados na tabela seguinte.

Tabela 7: Matriz de Atributos Identificados e Valores Culturais Associados da Cartografia Participativa. **Fonte:** autora (2026).

Atributos Identificados	Valores
Alameda dos Balcões	Histórico, Social, Estético
Antigos Lavadouros	Histórico, Social
Casas	Social
Festas	Social
Fonte dos Namorados	Ecológico, Social
Fontes	Ecológico
Igreja Matriz	Histórico, Social, Estético
Lagares de Azeite	Histórico, Económico, Científico
Largo das Festas	Social
Núcleo Habitacional	Social, Histórico, Antiguidade
Pessoas	Social
Romaria da Senhora da Póvoa	Histórico, Social
Santuário da Senhora da Póvoa	Histórico, Social, Estético, Ecológico, Antiguidade

O predomínio do valor social reforça a importância das relações comunitárias, das práticas coletivas e das memórias associadas aos lugares identificados. A cartografia evidencia, assim, que a valorização desses elementos ultrapassa a sua localização física, articulando-os com diferentes significados históricos, ambientais e paisagísticos.

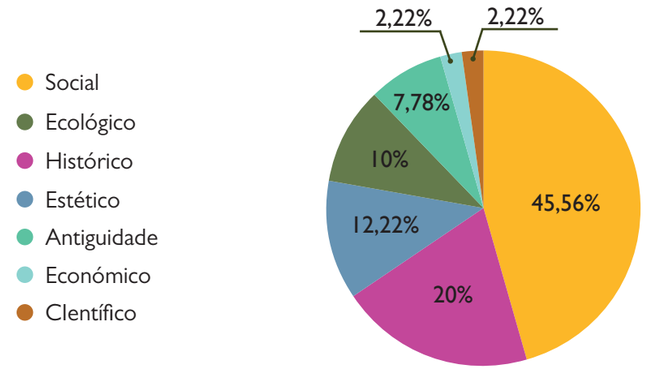


Fig. 39: Distribuição dos Valores Culturais da Cartografia Participativa. **Fonte:** autora (2026).

Atributos e Valores Reconhecidos (GOSTA)



Centralidade do Santuário da Senhora da Póvoa

O Santuário da Senhora da Póvoa constitui a principal referência patrimonial identificada nas duas ações, sendo recorrentemente associado à identidade do Vale. A sua importância ultrapassa a dimensão arquitetónica, articulando-se com as dimensões religiosa e festiva associadas à Romaria.

Espaços de convivência e memória comunitária

Pessoas, família, convívio, festas e Romaria constituem referências recorrentes, associadas também aos espaços onde essas relações se materializam, como os largos, a Antiga Cantina, a Associação dos Amigos e a antiga escola. Estes elementos evidenciam uma perceção do património fortemente ligada às relações sociais, às práticas coletivas e às memórias construídas em torno dos lugares.

Arquitetura tradicional e património edificado

A Igreja Matriz, a Alameda dos Balcões, as casas e o núcleo habitacional evidenciam o reconhecimento da arquitetura tradicional como componente da identidade do Vale. A sua valorização relaciona-se tanto com as características históricas e arquitetónicas como com o papel destes elementos na definição da imagem da aldeia.

Água e espaços associados às práticas quotidianas

As fontes e os antigos lavadouros constituem um conjunto particular de referências, associado simultaneamente à paisagem, às práticas quotidianas e à memória coletiva. A Fonte dos Namorados assume especial relevância nas memórias da população sénior, sobretudo pelas transformações que sofreu, enquanto os lavadouros permanecem associados às antigas práticas comunitárias.

Património produtivo e memória do trabalho

Os lagares de azeite constituem uma referência específica ao património produtivo do Vale, evidenciando o reconhecimento da importância da atividade agrícola e da produção de azeite na história local.

Fig. 40: Matriz de correlação entre atributos identificados na Cartografia Participativa. **Fonte:** autora (2026).

As duas ações de cartografia participativa decorreram em condições distintas e produziram níveis diferentes de aprofundamento. Durante a Romaria, o contexto de elevada circulação e a brevidade das interações favoreceram uma dinâmica centrada sobretudo na identificação dos elementos considerados mais importantes no Vale. Já na oficina com a população sénior, realizada com um grupo reduzido e num ambiente mais controlado, o maior tempo disponível e o caráter aberto da conversa permitiram aprofundar memórias, dificuldades quotidianas e possibilidades de transformação. Por esse motivo, os problemas e propostas agrupados a seguir resultam especificamente da segunda ação.

Problemas Identificados (MUDAR)

Perda e transformação de elementos identitários

As participantes manifestaram um forte sentimento de perda relativamente a elementos que integravam a memória da aldeia, nomeadamente a Fonte dos Namorados, os antigos lavadouros e outras estruturas entretanto demolidas ou transformadas. Para além da perda física, estas alterações são percecionadas como uma perda de espaços associados à convivência e, consequentemente, como um enfraquecimento da identidade do lugar.

Qualidade insuficiente e desconforto do espaço público

A avenida e outros espaços de circulação são considerados insuficientemente qualificados para a permanência e utilização quotidiana. Foram apontadas carências relacionadas com bancos, sombra, vegetação, jardins e condições de descanso, sendo particularmente significativa a referência à necessidade de algumas pessoas transportarem as próprias cadeiras para poderem permanecer no espaço público.

Perda de vitalidade e dificuldade de atração de novos habitantes

Os contributos revelam também uma preocupação mais ampla com a capacidade do Vale de manter e atrair população, particularmente os mais jovens. As participantes reconhecem a necessidade de criar oportunidades e atividades, mas salientam que estas deverão responder efetivamente às necessidades da comunidade e apresentar características capazes de diferenciar o Vale, evitando simplesmente reproduzir soluções existentes noutros lugares.

Propostas e Visão de Futuro (IMAGINA)

Criação de espaços de permanência e descanso

A necessidade identificada de melhorar as condições de permanência traduziu-se em propostas concretas de bancos, zonas de descanso e espaços com sombra, particularmente ao longo da avenida e dos percursos utilizados para chegar à igreja. A proposta procura responder simultaneamente às necessidades quotidianas da população e à criação de espaços de encontro e convivência.

Valorização dos lagares e criação de um núcleo museológico

A existência de equipamentos e peças associadas aos antigos lagares levou à proposta de criação de um pequeno núcleo museológico, capaz de preservar os objetos existentes e transmitir a memória da produção de azeite no Vale. Esta proposta articula a conservação do património material com a valorização dos saberes e da história produtiva local.

Discussão

A comparação entre as duas ações evidencia que a cartografia participativa não constitui um instrumento neutro. Embora não fosse solicitado aos participantes que localizassem obrigatoriamente as suas respostas, a presença do mapa como suporte visual parece ter favorecido referências a elementos espacialmente reconhecíveis e a intervenções de caráter mais tangível. Ainda assim, esta tendência não excluiu a dimensão imaterial: na ação da Romaria, Pessoas/Família constituiu a referência mais frequente, demonstrando que as relações sociais permaneceram centrais mesmo perante um suporte predominantemente espacial.

Na Romaria, os resultados foram também condicionados pelas circunstâncias específicas da ação. A proximidade física e simbólica do Santuário e o caráter religioso do evento podem ter contribuído para a sua recorrência nas respostas. Observou-se ainda que a visualização dos post-its já colocados no mapa podia influenciar as participações seguintes: quando determinado lugar já se encontrava assinalado, alguns participantes procuravam acrescentar outro elemento, o que poderá ajudar a explicar a dispersão das restantes referências, muitas delas mencionadas apenas uma vez. O Santuário, contudo, continuou a ser referido repetidamente e, em vários casos, surgia como uma das primeiras associações ao Vale. A elevada circulação de pessoas, a rapidez das interações, o registo demográfico incompleto e a menor participação da população idosa constituem igualmente limitações desta ação.

Na oficina sénior, o contexto mais controlado e a permanência prolongada em torno do mapa permitiram uma utilização diferente do suporte cartográfico. Os elementos físicos funcionaram frequentemente como estímulos à evocação de práticas, memórias e formas de convivência, tornando a materialidade uma porta de entrada para conteúdos sociais e imateriais. O próprio perfil do grupo influenciou os temas que emergiram: sendo maioritariamente constituído por mulheres idosas residentes, ganharam particular expressão questões relacionadas com o conforto, a acessibilidade, os percursos quotidianos, os lugares de permanência e as transformações do espaço público. O lugar, o público e as condições de cada ação devem, assim, ser considerados não apenas como condicionantes metodológicas, mas também como parte da informação produzida, uma vez que revelam diferentes formas de experienciar e atribuir significado ao Vale.

2.2.3 Inquérito online

Como complemento às metodologias participativas desenvolvidas no território, foi realizado um inquérito online com o objetivo de alargar a participação a partes interessadas que, embora não residam atualmente no Vale da Senhora da Póvoa, mantêm diferentes formas de relação, vínculo e interesse no território. Esta dimensão é particularmente relevante num território marcado pela saída de população e pela existência de uma comunidade não residente que mantém relações familiares, afetivas e identitárias com o lugar.

O inquérito procurou compreender o perfil sociodemográfico destes participantes, a natureza da sua ligação ao lugar e as suas perceções relativamente a três eixos fundamentais: os valores a preservar (Gosta), os problemas a transformar (Mudar) e as propostas para o futuro (Imagina).

O questionário esteve ativo entre 5 e 12 de agosto de 2026, tendo sido divulgado através da página oficial de Facebook da Junta de Freguesia do Vale da Senhora da Póvoa. Obteve-se uma amostra de 30 participantes, correspondendo a uma adesão voluntária.



Fig. 41: Inquérito Online via Google Forms.
Fonte: autora (2026).

Perfil Sociodemográfico e Relação com o Território

A amostra é predominantemente constituída por adultos entre os 46 e os 65 anos (66,7%), com reduzida representação das faixas etárias mais jovens. Destaca-se também um nível de escolaridade elevado, com dois terços dos participantes a possuírem ensino superior ou pós-graduação (66,7%), e uma diversidade profissional significativa, abrangendo áreas como administração pública, educação, saúde, gestão, direito, engenharia e tecnologia.

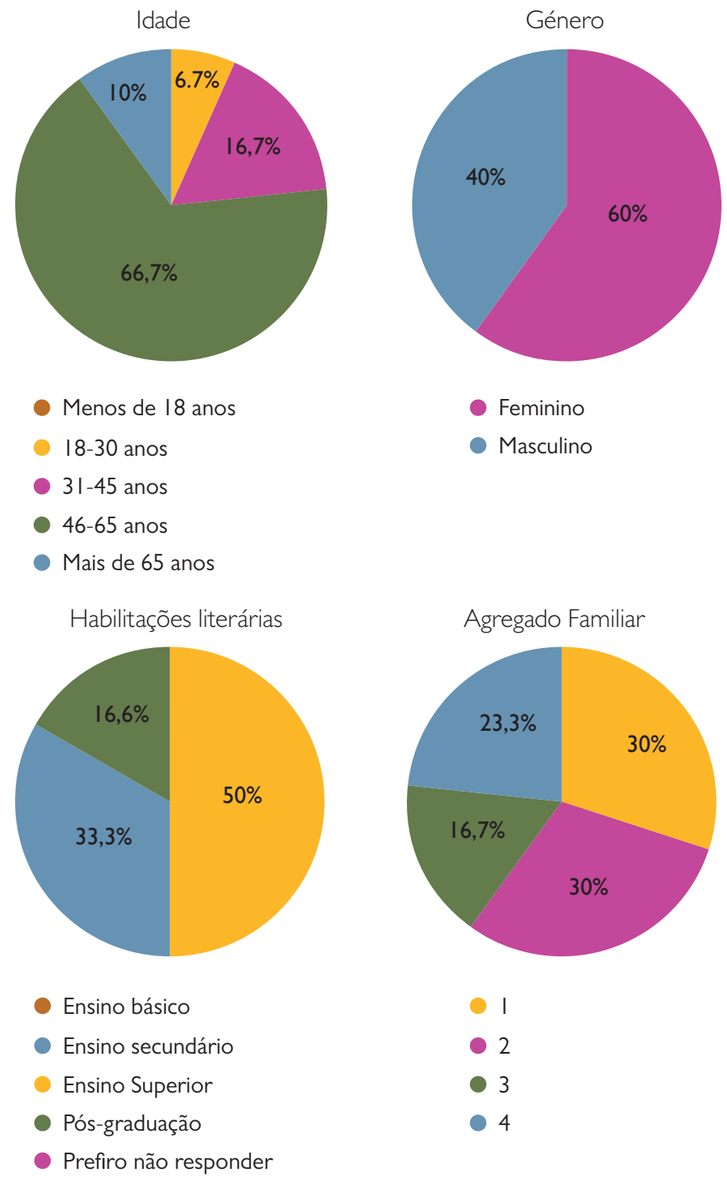


Fig. 42: Perfil sociodemográfico dos participantes do inquérito online (idade, género, habilitações literárias e agregado familiar).
Fonte: Elaborado pela autora com base no inquérito online (2026).

Profissão		Nº
Administração Pública	Funcionário Público (2), Assistente Técnico / Técnico (2), Escriturária (1), Técnico Superior (1)	6
Gestão, Serviços e Comunicação	Consultora, Empresária, Financeiro, Escriturária, Designer de Comunicação	5
Educação	Professor (a)	4
Saúde e Ação Social	Farmacêutica, Gerontóloga, Ajudante de ação direta, Tripulante de Ambulância	4
Engenharia, tecnologia e áreas técnicas	Diretor de obra, Geólogo, Programador informático, System architect	4
Direito e justiça	Jurista, Magistrada do Ministério Público	2
Reformados		2

Tabela 8: Distribuição profissional dos participantes do inquérito online.
Fonte: Elaborado pela autora com base no inquérito online (2026).

A distribuição territorial evidencia que a relação com o Vale ultrapassa a população residente: apenas 4 participantes vivem atualmente na aldeia, enquanto 26 residem noutros locais, dos quais 18 na Área Metropolitana de Lisboa (60% do total). Apesar da distância, o vínculo ao território mantém-se significativo: entre os não residentes, 10 são antigos residentes e 10 têm familiares no Vale, enquanto os restantes mantêm relações através de visitas, nascimento ou residência de férias.

Vínculo	Nº
Residentes	**4**
Não Residentes	**26**
Antigos Residentes	10
Familiares no Vale	10
Visitantes regulares	4
Nascidos no Vale	1
Residência de férias	1

Tabela 9: Tipologia de vínculo dos inquiridos ao Vale da Senhora da Póvoa.
Fonte: Elaborado pela autora com base no inquérito online (2026).

Local de Residência	Nº	%
Lisboa e Área Metropolitana	18	60%
Vale da Senhora da Póvoa	4	13,3%
Belmonte	1	3,3%
Abrantes	1	3,3%
Castelo Branco	1	3,3%
Macau	1	3,3%
Monção	1	3,3%
Peniche	1	3,3%
Porto	1	3,3%
Vila Nova de Santo André	1	3,3%

Tabela 10: Distribuição dos participantes por local de residência.
Fonte: Elaborado pela autora com base no inquérito online (2026).

Atributos e Valores Reconhecidos (GOSTA)

As respostas evidenciam uma valorização conjunta do património, da paisagem e das relações afetivas associadas ao Vale. O Santuário da Senhora da Póvoa destaca-se como o elemento mais reconhecido, referido por 76,7% dos participantes, seguido da Alameda dos Balcões (66,7%), da paisagem natural e das pessoas e/ou família (63,3% cada). A Igreja Matriz e a Serra d'Opa apresentam também valores elevados (60%), enquanto a Romaria da Senhora da Póvoa é identificada por metade dos participantes.

Para além dos atributos materiais, os resultados evidenciam a importância da dimensão vivencial do território, expressa pela qualidade de vida (53,3%), tranquilidade e luminosidade (40%) e, sobretudo, pelas relações familiares e afetivas. Os comentários reforçam esta dimensão, associando o Vale às raízes pessoais, às memórias e a uma vida mais calma. O conjunto dos resultados sugere, assim, que o valor atribuído ao território não se limita aos seus elementos físicos ou patrimoniais, estando também associado às experiências e relações que estes participantes mantêm com o lugar.

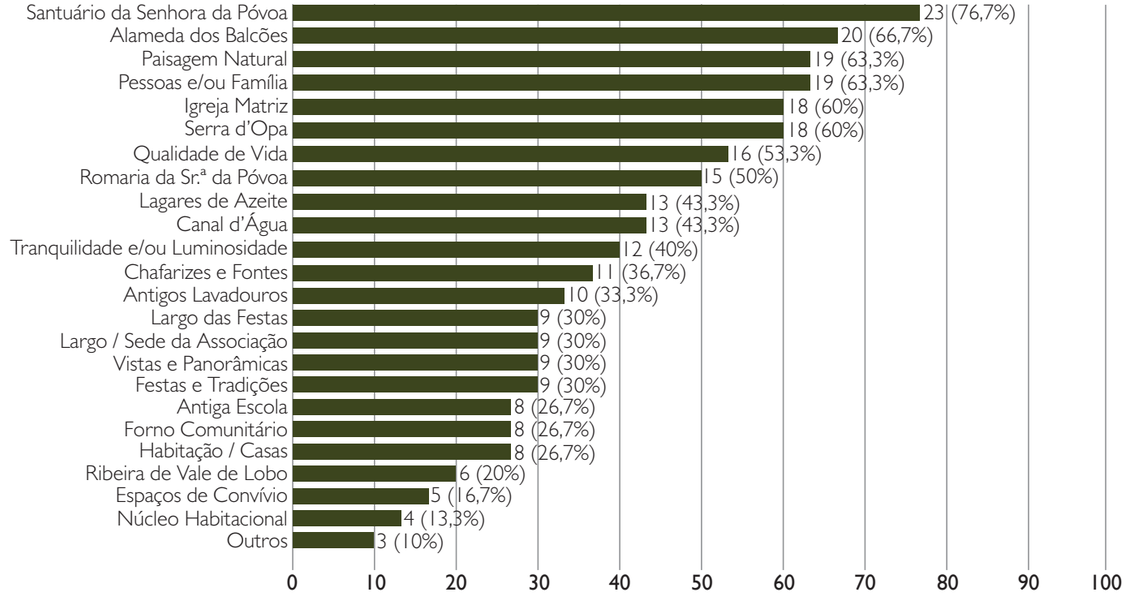


Fig. 43: Frequência dos atributos e valores reconhecidos no Vale da Senhora da Póvoa (O que mais Gosta no Vale?).
Fonte: Elaborado pela autora com base no inquérito online (2026).

Outros:
- Gosto de tudo no Vale, é onde tenho as minhas raízes, onde sempre fui feliz
- Ginásio exterior no largo das Festas
- Sepultura dos meus antepassados

Atributo	Quant.	Valores
Santuário da Senhora da Póvoa	23	Social, Histórico, Estético, Ecológico, Antiguidade
Alameda dos Balcões	20	Histórico, Social, Estético
Paisagem Natural	19	Ecológico, Estético
Pessoas e/ou Família	19	Social
Igreja Matriz	18	Histórico, Social, Estético
Serra d'Opa	18	Ecológico, Estético
Qualidade de Vida	16	Ecológico, Social
Romaria da Srª. da Póvoa	15	Social, Histórico
Lagares de Azeite	13	Histórico, Económico, Científico
Canal d'Água	13	Ecológico
Tranquilidade e/ou Luminosidade	12	Ecológico
Chafarizes e Fontes	11	Social, Ecológico, Histórico
Antigos Lavadouros	10	Social, Histórico
Largo das Festas	9	Social
Largo / Sede da Associação	9	Social
Vistas e Panorâmicas	9	Ecológico, Estético
Festas e Tradições	9	Social, Histórico
Antiga Escola	8	Social
Forno Comunitário	8	Social
Habitação / Casas	8	Social
Ribeira de Vale de Lobo	6	Ecológico
Espaços de Convívio	5	Social
Núcleo Habitacional	4	Social, Histórico, Antiguidade

Tabela 11: Matriz de Frequência de Atributos Identificados e Valores Culturais Associados do Inquérito Online. **Fonte:** autora (2026).

A ponderação dos atributos segundo a frequência com que foram selecionados pelos participantes evidencia o predomínio do valor Social (31,9%), seguido dos valores Ecológico (21,1%), Histórico (20,4%) e Estético (17,8%). Em conjunto, estes valores representam cerca de 91% da valorização atribuída, evidenciando uma perceção do Vale assente sobretudo nas suas dimensões sociais, paisagísticas e patrimoniais.

Os valores de Antiguidade (4,5%), Económico (2,2%) e Científico/Técnico (2,2%) apresentam uma expressão mais reduzida, associados a atributos mais específicos. No conjunto, os resultados reforçam a importância da dimensão social e afetiva do território, articulada com a valorização da paisagem e da sua memória histórica.

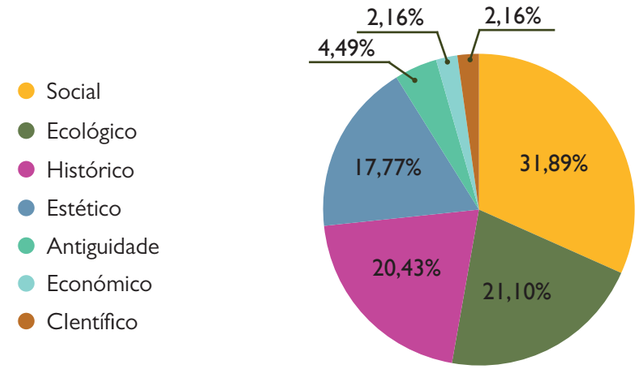


Fig. 44: Distribuição dos Valores Culturais do Inquérito Online. **Fonte:** autora (2026).

Problemas Identificados (MUDAR)

Na categoria Mudar, os participantes identificam com clareza as principais fragilidades e desafios do território. O despovoamento e o envelhecimento da população surgem como a preocupação central (83,3%), acompanhados pela escassez de transportes públicos (70%) e pela falta de serviços de proximidade (56,7%).

Estes problemas associam-se ainda a processos de abandono do espaço físico, identificados através do abandono de habitações e propriedades (50%) e da atividade agrícola e das terras (43,3%), bem como à falta de oportunidades de emprego (46,7%). Nas respostas de texto livre, sobressaem ainda alertas para o desgaste das relações comunitárias e a perda do sentimento de solidariedade, mostrando que o esvaziamento da aldeia tem também impacto na dinâmica social local.

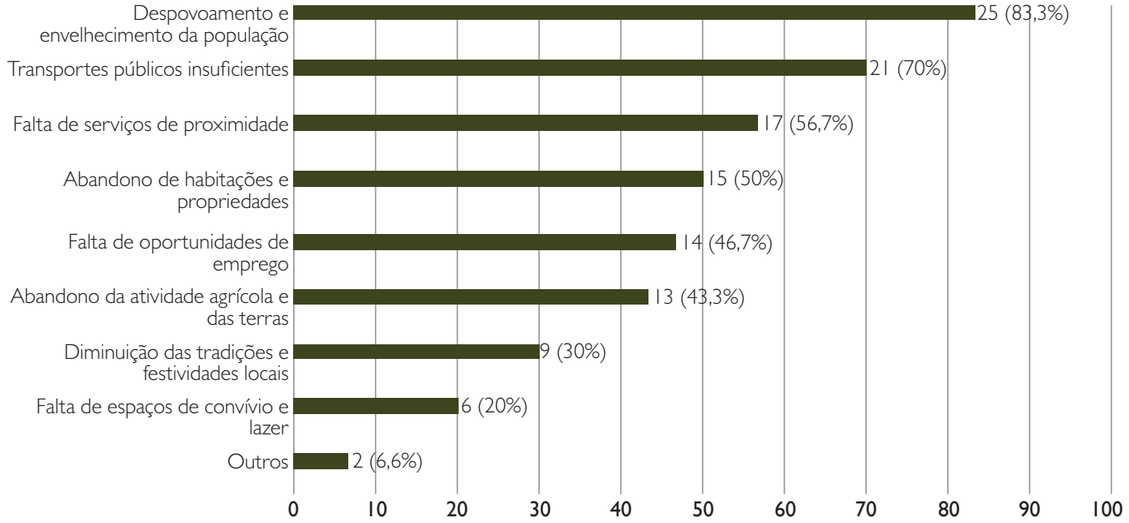


Fig. 45: Frequência dos problemas identificados no Vale da Senhora da Póvoa (O que gostaria de Mudar no Vale?).
Fonte: Elaborado pela autora com base no inquérito online (2026).

Outros:

- Gostaria de mudar a maneira egoísta em que as pessoas do Vale se tornaram, deixaram de ser simples e genuínas, o que muito me entristece

- A maneira de estar e pensar das pessoas, mais solidariedade

Propostas e Visão de Futuro (IMAGINA)

As propostas apresentadas respondem diretamente às principais fragilidades identificadas, destacando-se as medidas de apoio à fixação de novos residentes (83,3%), que correspondem precisamente ao problema mais referido, o despovoamento e envelhecimento da população. Seguem-se a promoção do turismo rural e percursos de natureza e a melhoria das acessibilidades, da rede viária e dos transportes públicos (60% cada), evidenciando uma preocupação simultânea com a dinamização económica e turística e com as condições de mobilidade.

A agricultura local (50%) e a reabilitação das habitações e do património edificado (46,7%) surgem igualmente como áreas relevantes de intervenção, acompanhadas pelo reforço das atividades culturais, feiras e festividades (43,3%). Os contributos abertos trazem sugestões bastante concretas para o projeto, tais como a criação de um centro interpretativo no Santuário com a recuperação das Casas dos Peregrinos, a valorização de produtos sazonais (como figos, marmelos e azeitonas), a instalação de fibra ótica para internet e a criação de redes de apoio ao lar de idosos. Surgem, assim, propostas que articulam a valorização do património e da paisagem com a criação de condições para habitar, trabalhar e dinamizar economicamente o território.

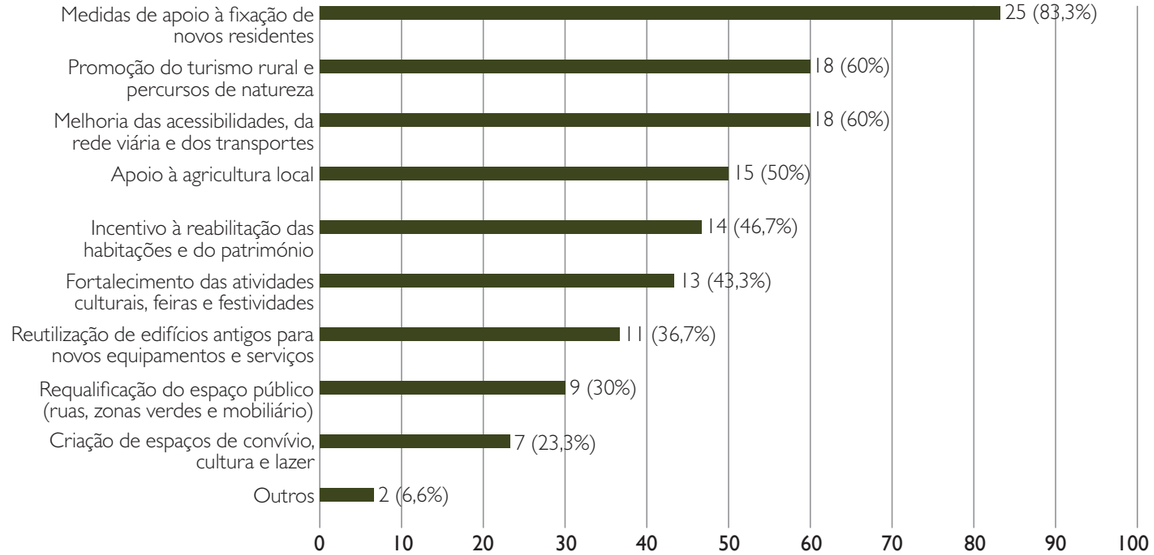


Fig. 46: Frequência das propostas para o Vale da Senhora da Póvoa (Como Imagina o Vale?).
Fonte: Elaborado pela autora com base no inquérito online (2026).

Outros:

- Criação de espaços de lazer

- Instalação de fibra para internet rápida

Outros comentários e sugestões

- Medidas de apoio para a fixação de novos residentes, melhorias na assisténcia medica, transports publicos, parque de lazer... etc

- Criação de um centro interpretativo sobre o Santuário da Senhora da Póvoa; Recuperação das casa dos peregrinos no Santuário ;Criação de micro empresas relacionadas com alguns produtos sazonais que são desperdiçados em grandes quantidades, exemplo:figos, marmelos, azeitonas - com festival anual; Estabelecer ligação com o Lar de idosos com a visita semanal dos utentes à aldeia em transporte da Junta de Freguesia...

- A reflorestação e o emparcelamento da maior parte da propriedade rústica.

- Maior interação com a câmara municipal de modo à obtenção e instalação de mais serviços, no que respeita à comunicação, acessibilidade, mobilidade e sáude.

Em conjunto, os resultados revelam uma forte valorização dos elementos patrimoniais, paisagísticos e afetivos do Vale, acompanhada pela preocupação com o despovoamento, a perda de serviços e as dificuldades de mobilidade. As propostas apresentadas respondem, em grande medida, a estas fragilidades, privilegiando a fixação de população, a melhoria das acessibilidades e a dinamização económica, agrícola, turística e patrimonial. A perspetiva dos não residentes evidencia, assim, um território valorizado pela sua identidade e qualidade de vida, mas cuja continuidade depende da criação de condições para a sua permanência e revitalização.

Discussão

O inquérito online complementou o conhecimento produzido nas ações anteriores, permitindo ampliar e testar junto de um universo mais alargado os atributos, problemas e propostas já identificados nas entrevistas e na cartografia participativa. A estrutura do questionário procurou, assim, testar a recorrência desses temas e tornar possível a comparação dos resultados, mantendo simultaneamente campos abertos para a introdução de questões não previstas pelas categorias existentes.

Contudo, foi introduzido um perfil específico de participação. A adesão voluntária e a predominância de não residentes significam que os resultados não constituem uma representação estatística da população residente, devendo ser entendidos como uma leitura complementar. Neste caso, essa característica é também metodologicamente relevante, pois permite observar como o vínculo ao património pode permanecer ativo apesar da distância física e incorporar no diagnóstico pessoas que continuam a relacionar-se com o Vale através da família, da memória, das visitas ou da residência sazonal.

O principal contributo desta etapa reside, assim, menos na produção de uma imagem estatística representativa e mais na capacidade de promover um envolvimento comunitário amplo e plural. No contexto da gestão patrimonial esta mobilização ultrapassa a mera validação de dados: trata-se de fortalecer o sentido de pertença e a corresponsabilização partilhada por uma "comunidade patrimonial" que transcende as fronteiras geográficas do Vale[97]. Ao alargar a auscultação, o inquérito permitiu testar recorrências identificadas anteriormente e reconhecer convergências ou divergências entre diferentes modos de relação com o território, fomentando um sentimento de cuidado face à paisagem local, mesmo entre aqueles que a vivem à distância.

97. Council of Europe. *Convention on the Value of Cultural Heritage for Society (Faro Convention)*. Faro: Council of Europe, 2005, arts. 2.º e 12.º.

2.2.4 Entrevistas institucionais e associativas

Como etapa complementar do processo de auscultação pública, realizaram-se, em agosto de 2026, quatro entrevistas a representantes dos órgãos de gestão local e do tecido associativo do Vale da Senhora da Póvoa. Diferentemente das entrevistas semiestruturadas, estas conversas procuraram aprofundar problemas identificados nas etapas anteriores e conhecer iniciativas, projetos e possibilidades de intervenção no território.

António Pires

Presidente da Associação de Amigos do Vale da Sr.ª da Póvoa

Atributos: valoriza a Alameda dos Balcões, o Chafariz, a Fonte dos Namorados, a paisagem natural e a tranquilidade.

Problemas: identifica a necessidade de reforçar a união entre os habitantes e reduzir as divisões internas.

Respostas e iniciativas: a Associação tem vindo a dinamizar atividades culturais e comunitárias, em articulação com a Junta de Freguesia, incluindo a organização e financiamento conjunto de celebrações locais, como a Festa de Santiago. Prevê ainda a realização de dois passeios anuais, um de caráter cultural e outro religioso, e a recuperação de práticas comunitárias tradicionais, como o Magusto e a Volta da Matança do Porco. Entre as iniciativas de promoção dos produtos e atividades locais encontra-se também o Mercadinho do Vale (evento para promoção de produtos regionais, artesanato e velharias, incentivando a economia de proximidade).

Carlos Fonseca

Presidente da Associação de Caça

Atributos: destaca as relações de proximidade e a convivência entre as pessoas como um dos principais valores do Vale.

Problemas:

- Identifica a reduzida oferta de serviços como uma das principais carências.
- Aponta o reduzido aproveitamento da água e os problemas associados ao funcionamento do Canal d'Água e à reduzida disponibilidade de água na ribeira, sobretudo durante o verão.
- Manifesta preocupação com o despovoamento do interior e com a aquisição crescente de habitações por pessoas externas ao território, sem correspondente rejuvenescimento da população.

Sérgio Adelino

Presidente da Mesa da Assembleia da Associação de Caça

Atributos: identifica as relações familiares e entre as pessoas como elementos centrais da qualidade de vida no Vale.

Problemas: recorda a passagem histórica de grandes propriedades para uma estrutura fundiária muito fragmentada e manifesta preocupação com uma possível concentração futura das terras, associada ao envelhecimento dos proprietários e à aquisição de parcelas por pessoas de fora.

Perspetivas:

- Considera que intervenções pontuais de infraestrutura são importantes, mas insuficientes para responder aos problemas estruturais do interior português. Defende uma maior descentralização das políticas nacionais.
- Aponta a melhoria das acessibilidades e a criação de emprego como condições fundamentais para a atração e permanência de jovens.

Renato Robalo da Silva

Presidente da Junta de Freguesia do Vale da Senhora da Póvoa

Problemas:

- **População e serviços:** identifica o envelhecimento, a insuficiência da rede de transportes e a dificuldade de fixação de jovens como os principais desafios. Na saúde, destaca a falta de médicos de família.
- **Habitação:** estima a existência de 8 a 9 fogos em estado de degradação ou ruína, estando previsto um levantamento da situação habitacional pela Câmara Municipal de Penamacor. As restantes casas desocupadas correspondem sobretudo a segundas residências de uso sazonal; as habitações colocadas à venda são rapidamente adquiridas, embora maioritariamente por população mais velha.

Respostas e Iniciativas: estão previstas ou em desenvolvimento várias medidas:

- **Recursos hídricos e lazer:** a gestão do Canal d'Água pertence à Associação de Beneficiários da Cova da Beira. A avaria da comporta impede atualmente a libertação do caudal previsto para a ribeira, que apresenta uma forte redução de água durante o verão. Esta condicionante inviabiliza, nas condições atuais, a criação de uma praia fluvial. Como alternativa, a Junta estuda a criação de um espaço de piscinas e lazer, com duas possíveis localizações: uma próxima da ribeira e outra numa posição mais elevada, com vista panorâmica sobre o Vale.
- **Património e espaço público:** reestruturação da Alameda dos Balcões, incluindo a retirada de fios e postes e a renovação da calçada; conservação de fontes e estátuas;

programa de valorização do Santuário da Senhora da Póvoa.

- **Fixação e apoio à população:** apoios à fixação de jovens com emprego próximo e residência no Vale e apoio à natalidade; criação de um programa de acompanhamento da população idosa mais isolada.
- **Dinamização comunitária:** apoio às iniciativas associativas e culturais, incluindo eventos tradicionais, passeios e o Mercadinho do Vale.
- **Equipamentos:** ampliação do cemitério.

As entrevistas a atores institucionais e associativos confirmaram várias das preocupações identificadas nas etapas anteriores, sobretudo o envelhecimento da população, a dificuldade de fixação de jovens, o emprego, a mobilidade e a perda de vitalidade comunitária. Ao mesmo tempo, acrescentaram uma dimensão de resposta e capacidade de intervenção, permitindo identificar iniciativas associativas, medidas da Junta de Freguesia e projetos em estudo nas áreas do património, lazer, apoio social e dinamização comunitária.

Evidenciaram também que parte dos desafios ultrapassa a escala local, particularmente nas questões do emprego, mobilidade e renovação demográfica. A leitura institucional permitiu, assim, confrontar as aspirações e problemas identificados pela comunidade com competências administrativas, recursos disponíveis e limitações concretas de atuação.

Discussão

A realização destas entrevistas numa fase posterior introduziu uma lógica ascendente no desenho da investigação. Antes do contacto com os atores com maior capacidade formal de decisão, foram desenvolvidas a leitura territorial e as principais etapas de auscultação comunitária, permitindo construir previamente um conhecimento do lugar a partir das experiências, valores e preocupações expressos pela população. Esta sequência reduziu o risco de o diagnóstico inicial ser condicionado pelas prioridades institucionais e permitiu formular questões mais específicas e informadas nas entrevistas finais.

Deste modo, o contacto com os atores institucionais não serviu para definir previamente os problemas do território, mas para confrontar uma leitura já construída com as possibilidades efetivas de resposta, os projetos existentes e os limites técnicos ou administrativos. Esta opção reforçou o caráter progressivo do método: o conhecimento produzido nas etapas anteriores orientou as seguintes, permitindo aproximar valores locais, experiência quotidiana e capacidade institucional de intervenção.

2.3 Síntese dos resultados

A leitura conjunta dos resultados das diferentes metodologias evidencia uma elevada convergência na valorização das relações comunitárias, do património religioso, da paisagem e das práticas e memórias associadas ao Vale. As diferenças observadas relacionam-se sobretudo com os perfis dos participantes e com a natureza de cada instrumento, que tornam visíveis diferentes dimensões da relação com o território.

2.2.1 - Entrevistas semiestruturadas

Revelaram com maior profundidade as relações entre memória, identidade e transformação, tornando particularmente evidente a perceção de perda associada ao despovoamento, ao desaparecimento de práticas comunitárias e ao abandono do modo de vida rural. A diversidade de entrevistados permitiu ainda distinguir entre a leitura de quem vive quotidianamente no Vale, de quem regressa regularmente e de quem se instalou mais recentemente.

2.2.2 - Cartografia participativa

Introduziu a dimensão espacial da memória e da pertença, permitindo localizar os elementos reconhecidos como significativos. Enquanto a dinâmica realizada durante a Romaria favoreceu referências patrimoniais e identitárias de reconhecimento mais imediato, a oficina sénior aprofundou a memória da transformação da paisagem e dos usos quotidianos desaparecidos.

2.2.3 - Inquérito online

Ampliou a participação para uma comunidade maioritariamente não residente, permitindo identificar tendências de valorização e preocupação para além da experiência quotidiana do território. Os resultados reforçam a importância do património, da paisagem e dos vínculos familiares, mas evidenciam também a preocupação com o despovoamento, a mobilidade e a falta de serviços.

2.2.4 - Entrevistas institucionais e associativas

Acrescentaram uma dimensão de capacidade de resposta, permitindo confrontar os problemas identificados pela população com iniciativas, projetos e limitações existentes à escala local. Confirmam a centralidade do despovoamento, emprego, mobilidade e perda de vitalidade comunitária, mas mostram também que algumas respostas já se encontram em desenvolvimento.

Assim, as metodologias não produzem representações concorrentes do Vale, mas leituras complementares de um mesmo território: vivido no quotidiano, recordado através da memória, representado espacialmente, valorizado à distância e, por fim, interpretado também a partir das possibilidades concretas de intervenção.

Esta diversidade de perspetivas é particularmente relevante porque o significado atribuído aos elementos da paisagem não é necessariamente uniforme. Um mesmo lugar, prática ou elemento patrimonial pode ser associado à memória e à identidade por alguns participantes, responder a uma necessidade quotidiana para outros ou ainda ser entendido como recurso territorial e oportunidade de intervenção. As diferenças observadas entre os resultados não diminuem, assim, a sua validade, mas permitem compreender a pluralidade das relações estabelecidas com o território e reconhecer que a significância cultural não depende de uma experiência única ou consensual.

A articulação entre os diferentes métodos é, neste sentido, entendida como um processo transversal, sem transformar a frequência num critério exclusivo de importância. Referências menos frequentes podem igualmente revelar experiências particulares, necessidades específicas ou aspetos que determinados instrumentos e públicos tornam mais visíveis do que outros. A síntese procura, deste modo, integrar conhecimento vivido, memória, leitura espacial e perspetiva institucional, estabelecendo o enquadramento para a identificação e interpretação dos atributos culturais apresentada na secção seguinte.

Atributos identificados

O cruzamento dos resultados das diferentes ações participativas permitiu consolidar um conjunto de atributos que sintetiza os elementos materiais e imateriais mais significativos para a comunidade. A sua identificação resulta da recorrência das referências nas diferentes metodologias e da sua posterior valoração segundo as dimensões de valor reconhecidas pelos participantes.

Tabela 12: Matriz Síntese de Frequência de Atributos Identificados e Valores Culturais. **Fonte:** autora (2026).

Atributo	Material / Imaterial	Frequência	Social	Económico	Político	Histórico	Estético	Científico	Antiguidade	Ecológico
Pessoas e/ou Família	I	37	●							
Santuário da Senhora da Póvoa	M	35	●			●	●		●	●
Paisagem Natural/Vistas	I	31					●			●
Alameda dos Balcões	M	23	●			●	●			
Igreja Matriz	M	23	●			●	●			
Serra d'Opa	M	22					●			●
Romaria da Srª. da Póvoa	I	22	●			●				
Festas e Tradições	I	19	●			●				
Tranquilidade e Luminosidade	I	18								●
Canal d'Água	M	17								●
Qualidade de Vida	I	17	●							●
Antigos Lavadouros	M	15	●			●				
Lagares de Azeite	M	15		●		●		●		
Chafarizes e Fontes	M	14	●			●				●
Antiga Escola	M	14	●							
Largo das Festas	M	14	●							
Largo/Sede Associação	M	12	●							
Forno Comunitário	M	11	●							
Habitação/Casas	M	9	●							
Espaços de Convívio	M	9	●							
Ribeira de Vale de Lobo	M	8								●
Núcleo Habitacional	M	6	●			●			●	
Antiga Cantina	M	2	●							

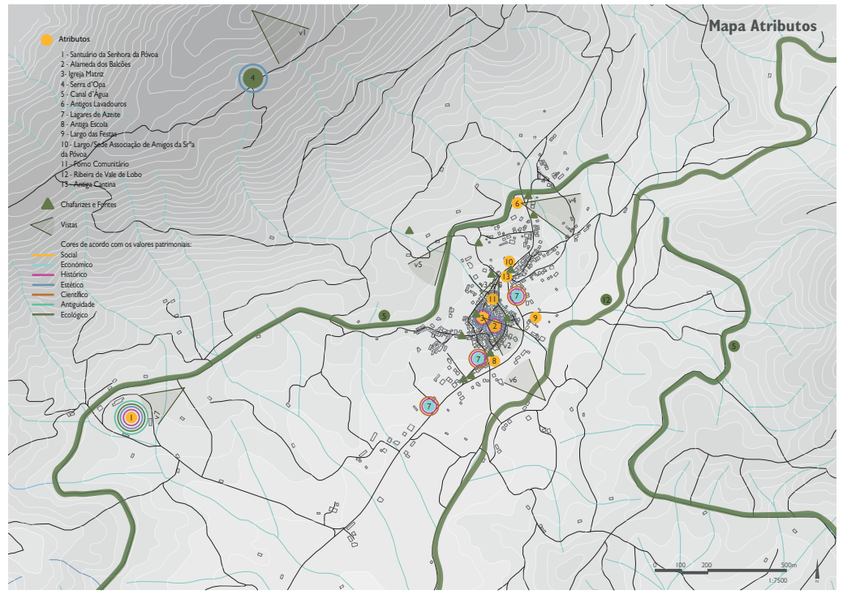


Fig. 47: Mapa de Atributos. **Fonte:** autora (2026). **Nota:** Ver versão ampliada no Apêndice 20.



Fig. 48: Vistas:
v1) Vista panorâmica a partir do cume da Serra d'Opa; **Fonte:** Câmara Municipal de Penamacor (Rede de Percursos Pedestres, s.d.).
v2) Vista do adro da Igreja Matriz;
v3) Vista da Rua Direita para a Igreja Matriz;
v4) Vista a partir dos Antigos Lavadouros;
v5) Vista do Canal d'Água;
v6) Vista da aldeia a partir de áreas próximas à Ribeira;
v7) Vista da saída do canal d'Água para o Santuário
Fonte: autora (2026).

Os atributos identificados foram agrupados em cinco temas a partir das relações de significado, uso e experiência territorial evidenciadas ao longo das diferentes etapas participativas. O agrupamento procura ultrapassar uma leitura isolada dos elementos, relacionando atributos materiais, naturais e imateriais que participam de uma mesma dimensão da paisagem cultural. Alguns atributos assumem, naturalmente, um caráter transversal, por articularem diferentes dimensões do território.

A síntese que se segue aproxima-se, na sua lógica, de uma Declaração de Significância. Na Carta de Burra, a compreensão do significado cultural antecede a definição das políticas e a gestão do lugar, devendo essa compreensão ser formalizada em declarações de significado cultural justificadas e acompanhadas por evidências. A Carta prevê ainda a participação dos grupos e indivíduos associados ao lugar na identificação e compreensão desse significado[98]. No presente trabalho, estes princípios são adaptados à escala da paisagem cultural e à natureza participativa da investigação: não se pretende produzir uma declaração formal, mas sintetizar, de forma interpretativa, o que é reconhecido como significativo no Vale e por que razão.

Os cinco temas articulam dimensões materiais e imateriais: reúnem lugares, edifícios e elementos da paisagem, mas também práticas, memórias, relações sociais e conhecimentos que lhes atribuem significado. A partir desta leitura, o significado cultural do Vale organiza-se nos seguintes temas:

98. Australia ICOMOS. *The Burra Charter: The Australia ICOMOS Charter for Places of Cultural Significance.* Australia ICOMOS Incorporated, 2013, arts. 6.1-6.2 e 26.2-26.3, pp. 5 e 9.

1. Património religioso e identidade coletiva

2. Paisagem, água e qualidade de vida

3. Memória comunitária e vida local

4. Património rural e memória do trabalho

5. Arquitetura, tecido urbano e identidade

1. Património religioso e identidade coletiva

Atributos: *Santuário da Senhora da Póvoa · Igreja Matriz · Romaria · Festas e tradições*

O património religioso constitui uma das principais referências identitárias do Vale, articulando o Santuário da Senhora da Póvoa, a Igreja Matriz e as práticas festivas associadas à Romaria e festas tradicionais. O seu significado ultrapassa os elementos construídos, estando fortemente associado à reunião da comunidade e à continuidade das relações entre residentes, antigos moradores e visitantes. O envelhecimento e a redução da população colocam, contudo, desafios à continuidade destas práticas. A manutenção das festividades e a sua capacidade de reunir diferentes gerações constituem, assim, simultaneamente uma questão de preservação e uma oportunidade de reforçar a ligação e a atratividade do território.

Fig. 49: a) Ermida da Srª. da Póvoa;
b) Igreja Matriz;
c) Procissão durante Festa de Santiago.
Fonte: autora (2026).
d) Procissão durante Romaria.
Fonte: Junta de Freguesia (Facebook, 2026).

a



b



c



d



2. Paisagem, água e qualidade de vida

Atributos: *Serra d'Opa · Paisagem natural/vistas · Canal d'água · Ribeira de Vale de Lobo · Tranquilidade, luminosidade e clima · Qualidade de vida*

A paisagem e os elementos naturais constituem um dos principais recursos reconhecidos pelos participantes, associados à tranquilidade, qualidade ambiental e qualidade de vida. A Serra d'Opa, as vistas sobre o vale e os percursos junto ao canal e à ribeira estruturam esta perceção, embora o abandono agrícola revele a transformação dos usos que historicamente sustentavam esta paisagem. A água assume igualmente uma dimensão de memória e de fruição, associada tanto às antigas práticas quotidianas como à possibilidade de criar formas de lazer e utilização das margens. A valorização dos percursos, da paisagem e dos recursos hídricos surge, assim, como uma oportunidade de reforçar um dos principais valores contemporâneos do Vale.

Fig. 50: a) Vista do Canal d'Água;
b) Vista de trás da aldeia por caminho rural;
b) Vista para a Serra d'Opa por caminhos rurais;
d) Vista do Canal d'Água.
Fonte: autora (2026).

a



b



c



d



3. Memória comunitária e vida local

Atributos: *Pessoas e/ou família · Espaços de convívio · Largo da Associação · Largo das Festas · Antiga Escola · Antiga Cantina · Festas e tradições*

Este conjunto evidencia que parte significativa do valor atribuído ao Vale reside nas relações que acontecem nos lugares, mais do que nos espaços considerados isoladamente. Os largos, a antiga escola, a Antiga Cantina e outros espaços de encontro são associados a festas, jogos, bailes, convívios e memórias de uma aldeia mais povoada e ativa. A redução da população, o encerramento de equipamentos e serviços e a perda de atividades comunitárias fragilizam essa rede de sociabilidade, contribuindo para uma perceção de perda de vitalidade. As aspirações identificadas apontam para o reforço dos espaços de encontro, das atividades comunitárias e das condições capazes de atrair ou fixar novos residentes, procurando recuperar funções coletivas sem reproduzir necessariamente as formas do passado.

Fig. 51: a) Antiga Escola;
b) Largo das Festas;
c) Largo/Sede Associação;
d) Antiga Cantina.
Fonte: autora (2026).

a



b



c



d



4. Património rural e memória do trabalho

Atributos: *Lagares de azeite · Antigos lavadouros · Chafarizes e fontes · Forno comunitário · Práticas agrícolas · Festas e tradições*

Os elementos associados ao trabalho e ao quotidiano rural são valorizados através das memórias e práticas que lhes conferiam significado. Lagares, lavadouros, fontes e forno comunitário remetem para formas coletivas de produção, abastecimento, transformação e sociabilidade, enquanto as memórias das matanças, ceifas, desfolhadas e práticas agrícolas revelam um património imaterial associado ao modo de vida rural. O abandono de estruturas e a redução das atividades agrícolas ameaçam a continuidade deste património, tornando relevante não apenas a sua conservação, mas também a transmissão dos saberes e a criação de novas formas de interpretação e utilização. O apoio à atividade agrícola e a valorização dos espaços produtivos podem contribuir simultaneamente para a manutenção da paisagem e para a continuidade desta dimensão do património local.

Fig. 52: a) Lagar de Azeite;
b) Antigos Lavadouros;
c) Forno Comunitário;
d) Fonte dos Namorados;
e) Lavadouros.
Fonte: autora (2026).

a



b



c



d



e



5. Arquitetura, tecido urbano e identidade

Atributos: *Alameda dos Balcões · Igreja Matriz · Habitação/Casas · Núcleo habitacional · Antiga Escola · Largos e estrutura urbana*

A imagem do Vale é também construída pela relação entre a arquitetura tradicional, a morfologia urbana e a paisagem envolvente. A Alameda dos Balcões, o núcleo habitacional, a Igreja Matriz e a sequência de ruas e largos constituem referências que permitem reconhecer a estrutura histórica da aldeia. Esta dimensão encontra-se, contudo, particularmente vulnerável ao abandono e à perda de uso do edificado, sobretudo no núcleo histórico, onde a ocupação sazonal e os imóveis devolutos coexistem com problemas de conservação. As possibilidades de intervenção passam, assim, pela reabilitação e reutilização do edificado, qualificação dos espaços públicos e melhoria das condições de circulação e ligação entre as diferentes partes da aldeia.

Fig. 53: a) Vista de cima do Núcleo habitacional;
Fonte: BeiraJÁ (2026).
b) Largo do Chafariz na Rua Direita;
c) Alameda dos Balcões
Fonte: autora (2026).

a



b



c



3 Master Plan

3.1 Princípios

Com o objetivo de oferecer propostas palpáveis e orientar futuras ações de salvaguarda e valorização do Vale da Senhora da Póvoa, este capítulo traduz o conhecimento produzido ao longo da investigação numa estratégia de intervenção territorial. A passagem para o projeto apoia-se no cruzamento entre a leitura histórica e territorial, os atributos e valores reconhecidos, os problemas e expectativas identificados através do diagnóstico participativo e as condições físicas observadas no território. Estes conhecimentos constituem, assim, a base para avaliar onde e de que forma a intervenção pode contribuir para a continuidade das relações consideradas significativas.

Importa, contudo, clarificar que o Master Plan constitui um exercício estratégico e projetual com enfoque no espaço público, procurando dar resposta a algumas das necessidades mais imediatas identificadas no diagnóstico. Embora considere as relações entre o núcleo habitacional, a paisagem envolvente, os sistemas de água e as práticas comunitárias, as propostas desenvolvidas incidem sobretudo na qualificação dos espaços coletivos. Outras dimensões da salvaguarda e valorização da paisagem cultural, como a reabilitação do edificado e a gestão integrada do património, exigem um aprofundamento que ultrapassa o âmbito deste exercício.

Neste enquadramento, o reconhecimento dos valores existentes não conduz, por si só, a uma indicação direta sobre aquilo que deve ser conservado ou transformado. Um atributo pode permanecer significativo mesmo quando os seus usos se alteram, enquanto a conservação física de determinado elemento não assegura necessariamente a continuidade das práticas e relações que lhe conferem sentido. A intervenção é, por isso, entendida como uma ponderação entre permanência e transformação, na qual conservação, adaptação, reutilização e novos usos podem constituir respostas distintas às condições encontradas. Procura-se, deste modo, criar condições para que os valores reconhecidos mantenham relevância perante necessidades e formas de utilização contemporâneas.

Os problemas identificados no Vale apresentam naturezas e escalas distintas. Alguns relacionam-se com processos territoriais mais amplos, como o abandono da atividade agrícola, a perda de população ou as alterações nos sistemas de água; outros manifestam-se em situações concretas do núcleo urbano, nos percursos, nos espaços de encontro ou nas condições de acessibilidade e utilização quotidiana. As expectativas recolhidas durante a auscultação refletem igualmente esta diversidade, reunindo necessidades imediatas e aspirações relacionadas com a paisagem, a vida comunitária e a continuidade do território.

Antes da formulação das propostas, torna-se necessário acrescentar ao diagnóstico uma leitura das condições que podem comprometer os valores identificados ou condicionar as possibilidades de intervenção. É neste sentido que o capítulo se inicia pela análise dos riscos e vulnerabilidades. Incêndio rural, condicionantes associadas aos sistemas hídricos, acessibilidade e fragilidades do tecido urbano são considerados enquanto fatores que interferem na paisagem e na sua utilização. Esta leitura permite confrontar aquilo que é reconhecido como significativo com as condições concretas da sua permanência, introduzindo uma dimensão preventiva na passagem do diagnóstico para a intervenção.

A partir deste enquadramento, o capítulo avança para a definição do Master Plan, no qual o diagnóstico territorial, participativo e de riscos é traduzido em orientações de intervenção. A proposta articula ações de diferentes naturezas, escalas e temporalidades, assumindo um caráter progressivo e reconhecendo que a sua concretização dependerá das condições de implementação, gestão e apropriação que se estabeleçam ao longo do tempo.

3.2 Riscos e Vulnerabilidades

A análise dos riscos procura compreender de que forma as características físicas e a estrutura territorial do Vale da Senhora da Póvoa condicionam a exposição e a vulnerabilidade do território perante diferentes situações de perigo. Neste contexto, o risco não depende apenas da ocorrência de um determinado fenómeno, mas também das condições dos lugares, dos elementos expostos e da capacidade de resposta existente.

No contexto da paisagem cultural, os seus efeitos podem incidir tanto sobre os elementos construídos e naturais como sobre as práticas e modos de vida que lhes atribuem significado. O manual *Managing Disaster Risks for World Heritage* salienta, neste sentido, a importância de integrar a prevenção na conservação e manutenção corrente dos lugares[99].

Para o Vale da Senhora da Póvoa, foi desenvolvida uma leitura qualitativa que cruza a cartografia de riscos do PDM de Penamacor com a observação direta realizada em campo e, sempre que pertinente, com os testemunhos recolhidos no diagnóstico participativo. Esta abordagem permite relacionar as condicionantes identificadas à escala territorial com situações concretas observadas no aglomerado, organizando a análise em três dimensões principais: incêndio rural, condicionantes hídricas e vulnerabilidade urbana e acessibilidade.

99. UNESCO, et al. – *Managing Disaster Risks for World Heritage*. Paris: UNESCO, 2010, pp. 13 e 18.

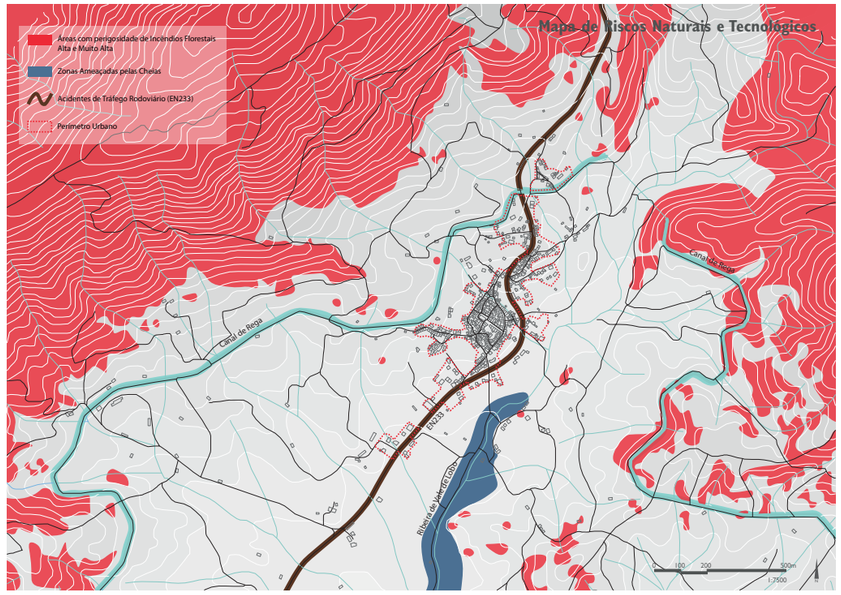


Fig. 54: Mapa de Riscos Naturais e Tecnológicos.
Fonte: Elaborado pela autora com base no Plano Diretor Municipal de Penamacor (Câmara Municipal de Penamacor, 2011).
Nota: Ver versão ampliada no Apêndice 17.

Condicionantes hídricas

A rede hidrográfica constitui uma condicionante localizada nas áreas de menor cota do vale. As zonas ameaçadas pelas cheias apresentam reduzida proximidade ao núcleo edificado e, segundo o PDM, a pequena dimensão e o caráter sazonal dos cursos de água tornam pouco frequentes estas ocorrências, embora episódios de precipitação intensa possam originar cheias localizadas[100].

Em sentido inverso, durante os meses mais quentes a Ribeira de Vale de Lobo apresenta períodos de reduzida disponibilidade de água. Segundo o Presidente da Junta de Freguesia, esta situação é atualmente agravada por uma avaria na comporta do Canal de Rega, que impede a libertação do caudal ecológico previsto (secção 2.2.4).

A rede hídrica assume, assim, uma dupla condição: por um lado, constitui uma condicionante territorial associada a episódios localizados de cheia; por outro, a sua disponibilidade sazonal condiciona a continuidade ecológica e as possibilidades de utilização das margens. Esta relação torna-se particularmente relevante considerando o papel anteriormente identificado da água enquanto elemento estruturante da paisagem e das atividades agrícolas do Vale.

100. Câmara Municipal de Penamacor – *Plano Diretor Municipal de Penamacor*, p. 70.



Fig. 55: Trecho da Ribeira de Vale de Lobo, evidenciando a vegetação ripícola e a reduzida disponibilidade de água no período seco.
Fonte: autora (2026).

Incêndio rural

A envolvente do Vale apresenta áreas de elevada perigosidade de incêndio rural, particularmente nas vertentes da Serra d'Opa, onde o contacto entre a vegetação das encostas e o aglomerado cria uma extensa interface urbano-rural. Esta condição relaciona-se com as transformações anteriormente identificadas na estrutura produtiva da paisagem: o abandono de parcelas agrícolas e a redução da sua manutenção favorecem a continuidade da vegetação e aumentam a exposição do núcleo e dos terrenos envolventes. A proximidade entre estas áreas e o tecido construído torna particularmente relevante a gestão da faixa de transição entre a aldeia e a paisagem rural.

A cartografia das áreas ardidas entre 1975 e 2025 demonstra que esta exposição não corresponde apenas a uma condição potencial. Ao longo das últimas décadas, diferentes áreas das encostas da Serra d'Opa foram afetadas pelo fogo, evidenciando a recorrência do fenómeno na envolvente do Vale[101]. A distribuição das ocorrências por diferentes períodos permite reconhecer o incêndio como um processo que participa repetidamente na transformação desta paisagem, afetando a cobertura vegetal, os terrenos produtivos e a relação entre o núcleo e a serra. O incêndio de agosto de 2025 constitui o episódio mais recente, com particular expressão na área em análise. O incêndio de Sortelha, iniciado a 18 de agosto, progrediu para o concelho de Penamacor e levou o Município a realizar um levantamento dos prejuízos nas freguesias afetadas, incluindo o Vale da Senhora da Póvoa[102]. Para além das habitações e terrenos produtivos, estes episódios podem comprometer elementos patrimoniais, estruturas ecológicas e práticas associadas à utilização da paisagem.

A esta condição soma-se uma dimensão futura de vulnerabilidade associada às alterações climáticas. Os cenários do RNA 2100 apontam para um aumento do número de dias com perigo meteorológico extremo de incêndio, com projeções particularmente preocupantes para meados e finais do século[103]. Esta tendência reforça a necessidade de considerar o incêndio não apenas como uma ocorrência de emergência, mas como uma condicionante permanente do planeamento e da gestão futura da paisagem.

A prevenção deve, por isso, ser entendida como parte integrante da gestão da paisagem rural. A gestão da vegetação combustível, sobretudo nas faixas próximas dos aglomerados, e a manutenção da rede viária florestal contribuem para reduzir a propagação do fogo e assegurar melhores condições de acesso e combate. Estas medidas integram o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Penamacor e envolvem diferentes entidades e proprietários[104]. A sua continuidade é particularmente importante num território onde a redução da atividade agrícola diminuiu formas de manutenção anteriormente associadas ao uso produtivo do solo. A valorização da paisagem não pode, assim, ser dissociada da sua manutenção continuada.

101. ICNF — Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas. *Cartografia Nacional de Áreas Ardidas, 1975–2025*. GeoCatálogo ICNF. Consult. 10 set. 2026.

102. Município de Penamacor. *Edital n.º 36/2025 — Aviso à população: levantamento de prejuízos provocados por incêndio*. Penamacor, 28 ago. 2025.

103. Agência Portuguesa do Ambiente. *RNA 2100 — Avaliação da Vulnerabilidade do Território Português às Alterações Climáticas no Século XXI*. Lisboa: APA. Consult. 10 set. 2026.

104. Câmara Municipal de Penamacor. *Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios. Caderno II — Plano de ação*. Penamacor: CMP, 2021, pp. 10–12, 16 e 19–21.



Fig. 56: Incêndio de agosto de 2025 observado a partir do Vale da Senhora da Póvoa.
Fonte: Junta de Freguesia (Facebook, 2025).

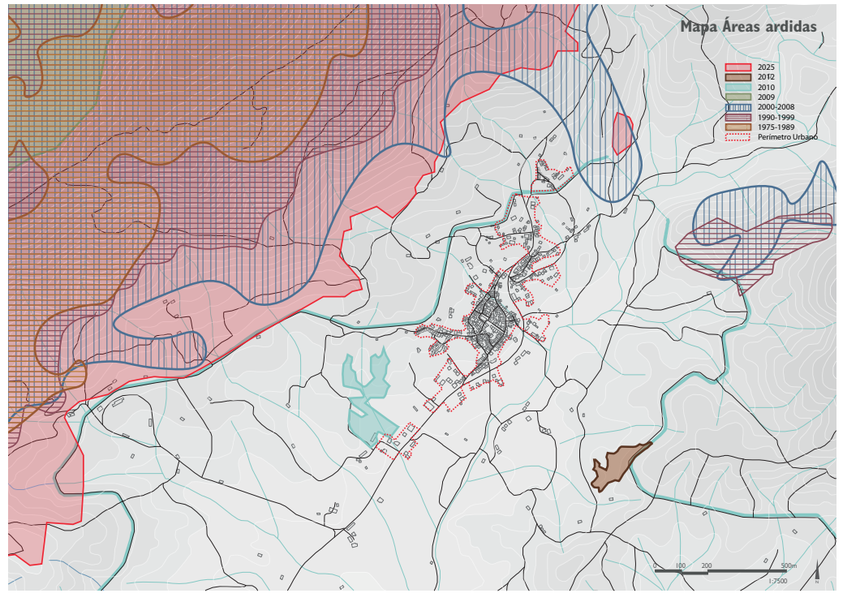


Fig. 57: Áreas ardidas na envolvente do Vale da Senhora da Póvoa (1975-2025).
Fonte: autora, com base na cartografia do ICNF (2026).
Nota: Ver versão ampliada no Apêndice 18.

Vulnerabilidade urbana e acessibilidade

No interior do aglomerado, a vulnerabilidade decorre sobretudo da morfologia do núcleo antigo, das condições de circulação e do estado de conservação do edificado. A reduzida largura e irregularidade de vários arruamentos, associadas a desníveis e escadarias, condicionam a acessibilidade dos veículos de emergência e a mobilidade pedonal. A análise da largura útil das vias, tendo como referência o mínimo de 3,5 m previsto no RT-SCIE para vias de acesso de veículos de socorro[105], evidencia que apenas a Rua Direita e a Alameda dos Balcões apresentam, no núcleo histórico, largura compatível com esse parâmetro. A Alameda, contudo, é interrompida por uma escadaria no seu extremo, limitando a continuidade do acesso.

A EN233 constitui um ponto de conflito entre a circulação automóvel e a circulação pedonal. Embora existam percursos laterais pontuais, estes são descontínuos e de reduzida dimensão, não garantindo uma separação contínua entre peões e veículos ao longo do atravessamento do aglomerado. A situação é particularmente sensível na entrada do núcleo, onde a EN233 converge em curva com o acesso à malha antiga, concentrando movimentos automóveis e pedonais num espaço de transição entre a estrada de atravessamento e a estrutura viária mais condicionada da aldeia.

A concentração de edifícios degradados, devolutos e em ruína, sobretudo no núcleo antigo, acrescenta outra dimensão de vulnerabilidade. Para além da perda patrimonial, a falta de manutenção pode comprometer a estabilidade das construções, aumentar o risco de queda de elementos sobre o espaço público e dificultar a intervenção em emergências.

105. Portaria n.º 1532/2008, de 29 de dezembro. *Regulamento Técnico de Segurança contra Incêndio em Edifícios (RT-SCIE). Diário da República.* Consult. 10 ago. 2026. Disponível em: <https://diariodarepublica.pt/dr/legislacao-consolidada/portaria/2008-135056016>

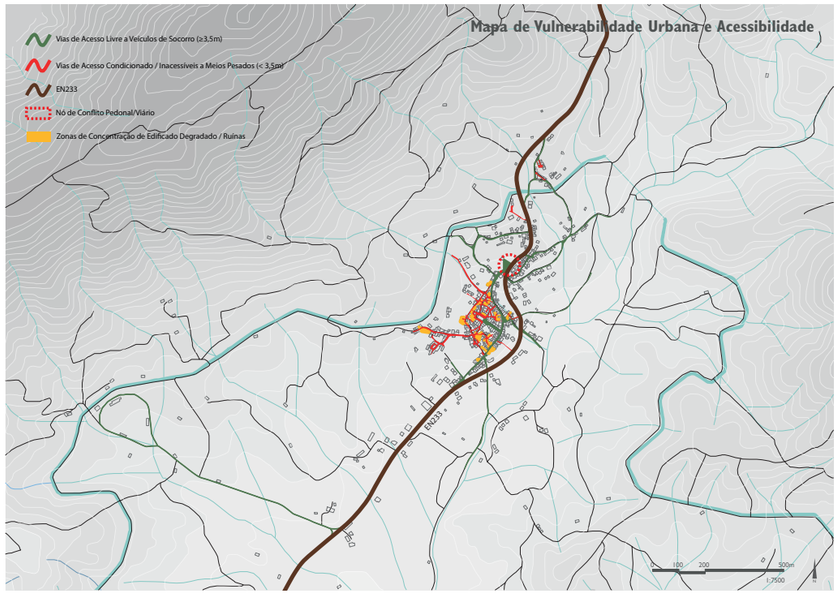


Fig. 58: Mapa de Vulnerabilidade Urbana e Acessibilidade. **Fonte:** autora (2026).
Nota: Ver versão ampliada no Apêndice 19.

Os riscos identificados não se distribuem de forma homogénea no território. Na envolvente rural, a proximidade entre as áreas de elevada perigosidade de incêndio e o aglomerado constitui a principal condição de exposição; no interior da aldeia, a morfologia do núcleo antigo, as limitações de acessibilidade e a degradação do edificado condicionam a capacidade de resposta em emergências. As condicionantes hídricas, embora presentes, assumem uma expressão mais localizada e reduzida junto ao tecido construído. A leitura dos riscos reforça, assim, a necessidade de articular a prevenção de incêndios com a manutenção da paisagem rural, a melhoria da acessibilidade e da segurança pedonal e a qualificação dos pontos de conflito associados à EN233, condições que informam diretamente as propostas apresentadas nas secções seguintes.



a



b

Fig. 59: a) Trecho da EN233 que passa pelo Vale.
b) Interseção da EN233 na entrada do núcleo habitacional.
Fonte: autora (2026).

3.3 Do diagnóstico à proposta

O Master Plan constitui a passagem do diagnóstico para uma estratégia de valorização territorial, traduzindo os atributos, valores, fragilidades e expectativas identificados ao longo da investigação em orientações de intervenção. A proposta procura atuar sobre as relações existentes entre lugares, percursos, recursos naturais, práticas e formas de utilização, reforçando aquelas que permanecem significativas e criando condições para a sua continuidade e transformação.

A escolha do Master Plan decorre da própria natureza do problema abordado: a valorização do Vale não depende de uma intervenção arquitetónica isolada, mas da articulação entre sistemas territoriais, espaços coletivos, estruturas de água, edifícios existentes, práticas comunitárias e formas de gestão com escalas e temporalidades distintas. A Convenção Europeia da Paisagem distingue, neste sentido, ações de proteção, orientadas para a conservação das características significativas, de ações de gestão, destinadas a acompanhar e orientar processos de mudança, e de planeamento, de caráter prospetivo[106]. O Master Plan permite articular estas três dimensões num quadro comum, estabelecendo orientações e relações entre intervenções sem fixar uma imagem única ou definitiva para o futuro do território.

O diagnóstico demonstrou igualmente que o valor do Vale amplia-se pela relação com a água, os caminhos, as áreas agrícolas, os largos, os edifícios e a vegetação que adquiriram significado através das práticas, memórias e formas de convivência que neles se desenvolveram. Os cinco temas resultantes da síntese — património religioso e identidade coletiva; paisagem, água e qualidade de vida; memória comunitária e vida local; património rural e memória do trabalho; e arquitetura, tecido urbano e identidade — tornam-se, deste modo, a base para a formulação das propostas.

106. Conselho da Europa. *Convenção Europeia da Paisagem*. Florença: Conselho da Europa, 2000, art. 1.º.

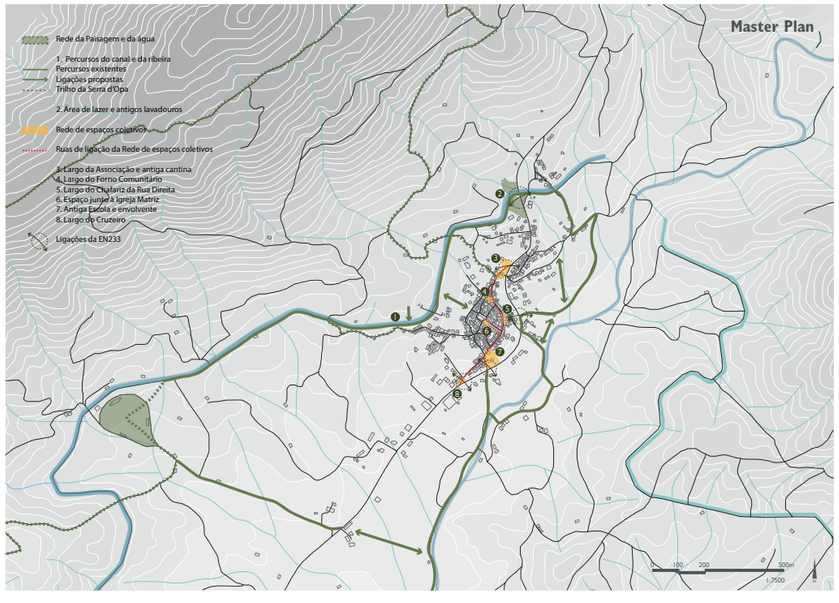


Fig. 60: Mapa Master Plan.
Fonte: autora (2026).
Nota: Ver versão ampliada no Apêndice 21.

A estratégia procura responder a quatro objetivos principais:

1 Reforçar a relação quotidiana entre a aldeia e a paisagem, qualificando os percursos existentes e tornando mais legíveis as ligações ao Canal de Rega, à Ribeira de Vale de Lobo, ao Santuário e aos antigos lavadouros;

2 Articular os espaços coletivos do núcleo numa rede contínua, criando melhores condições de permanência, encontro e utilização quotidiana sem eliminar as funções e características próprias de cada lugar;

3 Associar a transformação física do território à continuidade das práticas comunitárias, dos conhecimentos associados à paisagem rural e dos processos de documentação da memória;

4 Estabelecer uma implementação progressiva, articulando ações de pequena escala e utilização imediata com intervenções que dependem de projeto específico, disponibilidade fundiária, financiamento e coordenação institucional.

Estes objetivos organizam-se em três frentes complementares. A Rede da Paisagem e da Água estabelece relações entre o núcleo e a envolvente rural através dos caminhos, sistemas hídricos e lugares de lazer e contemplação. A Rede de Espaços Coletivos estrutura os principais lugares de encontro do núcleo através da Rua Direita e da Alameda dos Balcões. Por fim, as Práticas, Participação e Memória associam às intervenções físicas um conjunto de ações continuadas de ativação, aprendizagem, documentação e cuidado.

A proposta não pretende, assim, solucionar isoladamente processos estruturais como o despovoamento, o envelhecimento ou a redução da atividade agrícola. Atua numa escala em que o projeto pode intervir diretamente: sobre as condições de utilização dos lugares, as relações entre eles e as possibilidades de encontro, participação e cuidado do território.

3.3.1 Rede da paisagem e da água

A paisagem, a água e a qualidade de vida constituem uma das dimensões de valor mais presentes no diagnóstico. A Serra d'Opa, a Ribeira de Vale de Lobo, o Canal de Rega, as vistas e os caminhos rurais integram uma estrutura na qual componentes naturais, produtivas e culturais permanecem interdependentes. Ao mesmo tempo, o abandono de parcelas agrícolas, a redução da manutenção e as fragilidades atuais do sistema hídrico reforçam, contudo, a necessidade de associar a sua valorização à manutenção da paisagem.

A Rede da Paisagem e da Água parte, por isso, das estruturas já inscritas no território. Em vez de introduzir uma infraestrutura autónoma, procura qualificar caminhos, linhas de água e lugares existentes e restabelecer relações entre eles. Esta opção implica compreender a salvaguarda da paisagem rural não como conservação isolada dos seus elementos, mas como gestão das suas transformações, usos e práticas associadas, princípio igualmente presente nas orientações ICOMOS-IFLA para as paisagens rurais enquanto património[107]. A rede organiza-se em duas intervenções principais: os percursos do canal e da ribeira e a área de lazer associada aos antigos lavadouros.

107. ICOMOS; IFLA. *Principles concerning Rural Landscapes as Heritage.* Adotados pela 19.ª Assembleia Geral do ICOMOS, Nova Deli, 15 de dezembro de 2017, secs. 1.A, 1.F e 2.B–C.

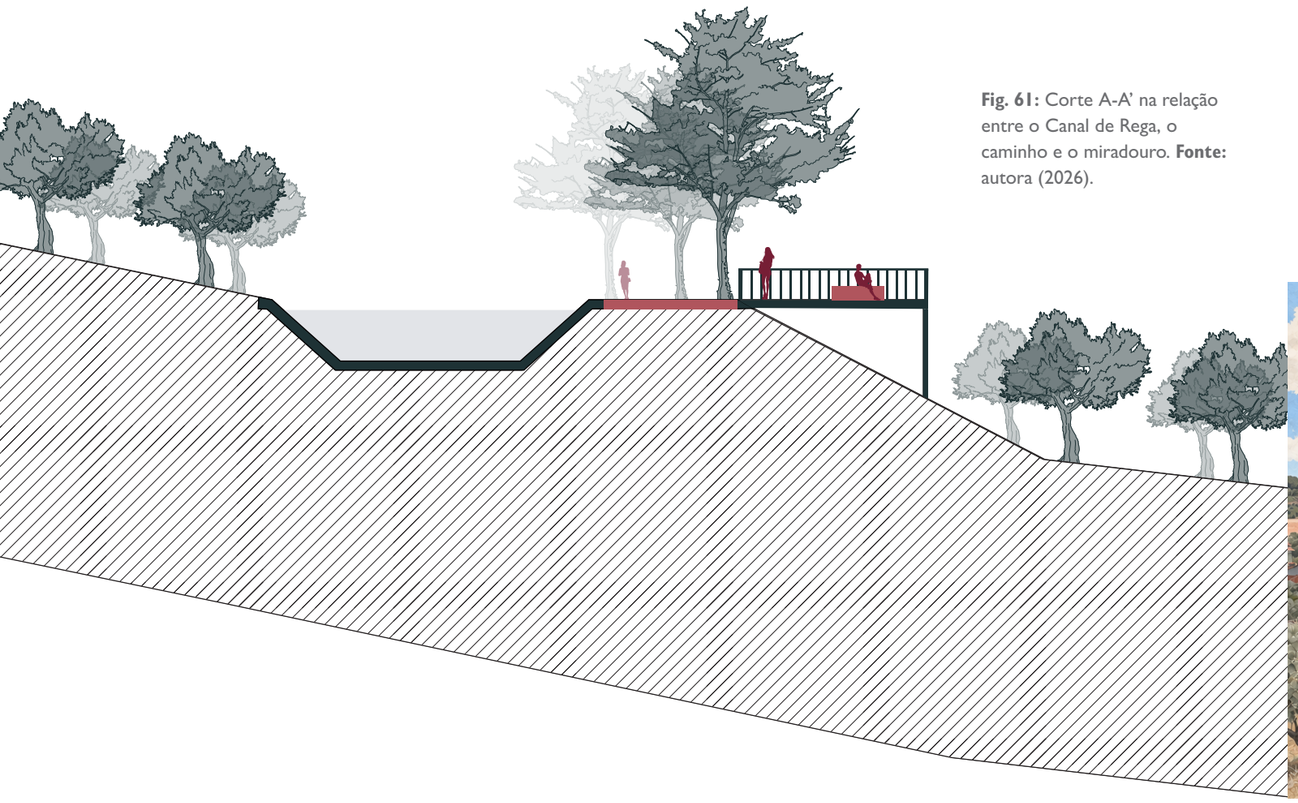


Fig. 61: Corte A-A' na relação entre o Canal de Rega, o caminho e o miradouro. **Fonte:** autora (2026).

Percursos do canal e da ribeira

A proposta estabelece um circuito entre o núcleo da aldeia, o Canal de Rega, a Ribeira de Vale de Lobo, o Santuário e os antigos lavadouros, utilizando maioritariamente caminhos já inscritos no território. O percurso aproxima elementos hoje percebidos de forma fragmentada e oferece simultaneamente uma alternativa pedonal à EN233.

O caráter da intervenção varia de acordo com as condições de cada troço. Ao longo do circuito são introduzidos, pontualmente, lugares de pausa, bancos e arborização, procurando melhorar as condições de permanência sem comprometer a circulação. Junto ao Canal de Rega, os troços mais expostos e com vistas amplas sobre o vale são aproveitados para criar diferentes pontos de observação e pequenos miradouros, distribuídos ao longo do percurso. A intervenção deve, contudo, preservar a largura e a continuidade do caminho existente, utilizado também para acesso e circulação em situações de emergência, condição particularmente relevante perante o risco de incêndio rural anteriormente identificado.

Na Ribeira de Vale de Lobo, a intervenção assume um caráter diferente. A atual densidade da vegetação em determinados troços dificulta a aproximação e a relação visual com a água, pelo que se propõe uma gestão seletiva da vegetação, preservando simultaneamente a continuidade ecológica das margens, com a implantação de alguns lugares de permanência próximos ao circuito.

As novas ligações são introduzidas apenas nos pontos necessários para assegurar a continuidade do circuito, nomeadamente onde a rede existente não permite uma ligação direta entre os diferentes elementos da paisagem. Tratando-se de uma proposta à escala de Master Plan, os traçados definem sobretudo as relações que se pretende estabelecer; a sua implantação precisa deverá ser ajustada posteriormente às condições topográficas, fundiárias e de acesso encontradas no terreno.



Fig. 62: Perspetiva do percurso junto ao Canal de Rega e do ponto de observação. **Fonte:** autora (2026).

Área de lazer dos antigos lavadouros

A criação de um espaço de lazer associado à água surgiu de forma recorrente no diagnóstico participativo. A proposta localiza esta intervenção junto aos antigos lavadouros, associando a presença de uma estrutura histórica ligada ao uso coletivo da água à disponibilidade de área e à proximidade da rede de percursos.

Embora tenham perdido a sua função quotidiana original, os lavadouros permanecem como testemunho das práticas de trabalho, utilização da água e convivência que ali se desenvolveram. A introdução das piscinas não procura transformar estes elementos num equipamento recreativo nem reconstruir artificialmente a função anterior; procura antes introduzir um novo uso capaz de devolver utilização ao lugar, preservando a autonomia e a leitura dos lavadouros.

A introdução de um programa contemporâneo numa área com significado patrimonial exige, neste sentido, que a adaptação permaneça subordinada às características que conferem valor ao lugar. A Carta de Burra admite a adaptação e a introdução de novos usos quando estas implicam alterações mínimas aos elementos significativos e estabelece que novas intervenções devem considerar a implantação, escala, forma, caráter e materialidade das preexistências[108]. No Vale, este princípio traduz-se na separação física entre os antigos lavadouros e as piscinas e na manutenção dos primeiros como elemento autónomo dentro do novo conjunto.

O conjunto organiza-se através de uma área de piscinas, zonas de permanência arborizadas, edifício de apoio e estacionamento, articulados pelos acessos existentes e pela Praça da Fonte de Cima, integrando-se numa sequência entre a aldeia, o novo equipamento e os percursos da paisagem.







108. Australia ICOMOS. *The Burra Charter: The Australia ICOMOS Charter for Places of Cultural Significance*. Burra: Australia ICOMOS, 2013, art. 21-22.

Fig. 63: Estudos de integração da área de lazer junto aos antigos lavadouros.
Fonte: autora (2026).

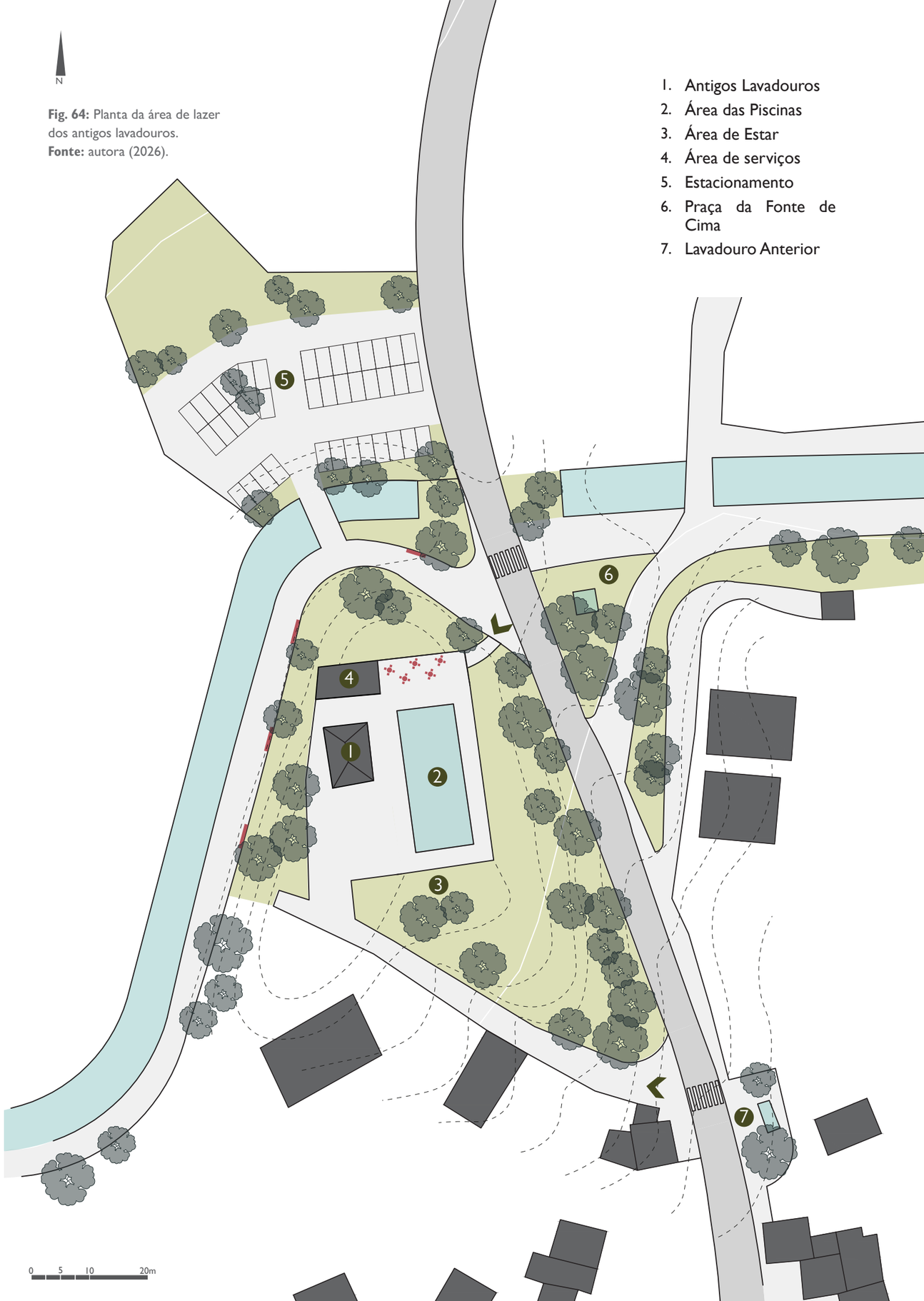


Fig. 64: Planta da área de lazer dos antigos lavadouros.
Fonte: autora (2026).

3.3.2 Rede de espaços coletivos

No núcleo da aldeia, o diagnóstico identificou uma redução das oportunidades quotidianas de encontro, mas revelou também que vários espaços continuam a desempenhar funções coletivas importantes. Alguns concentram os poucos serviços existentes, outros mantêm relações com equipamentos comunitários, festas ou elementos patrimoniais e outros permanecem subutilizados apesar da sua posição na estrutura urbana. A proposta parte desta rede já parcialmente existente em vez de procurar substituí-la por novas centralidades.

A Rua Direita e a Alameda dos Balcões constituem a estrutura principal da intervenção, ligando os diferentes espaços coletivos numa sequência contínua. O pavimento de granito é maioritariamente preservado, sendo a continuidade assinalada por duas faixas de xisto, que funcionam como uma costura material ao longo do percurso. Nos largos e praças, esta estrutura adapta-se às características de cada lugar, orientando percursos, enquadrando áreas de permanência ou organizando superfícies mais amplas. A continuidade da rede resulta, assim, de uma mesma lógica material aplicada de formas distintas.

3. Largo da Associação

Entrada, encontro e iniciativa comunitária

O Largo da Associação articula uma das entradas do núcleo com um equipamento de utilização comunitária e com atividades que já utilizam esta área. A proposta preserva o caráter aberto da praça, concentrando as áreas de permanência nas margens, através de bancos e vegetação, enquanto o espaço central é mantido livre para mercados, oficinas, pequenas celebrações e outras iniciativas comunitárias. A intervenção organiza também a relação entre circulação automóvel e pedonal na entrada da aldeia, tornando mais clara a transição entre a EN233 e o interior do núcleo.

4. Largo do Forno Comunitário

ativação e encontro

O Forno Comunitário constitui um equipamento existente cuja utilização atual é reduzida. O espaço lateral, apesar da presença de alguns bancos, permanece pouco definido como lugar de permanência e é frequentemente ocupado por automóveis. A proposta transforma esta área numa pequena praça associada ao forno, estabelecendo uma relação direta entre o equipamento e o espaço exterior. A intervenção procura, deste modo, ativar um equipamento comunitário existente e criar condições para que possa acolher encontros, refeições coletivas, oficinas ou atividades ligadas à alimentação.

5. Largo do Chafariz da Rua Direita

água, permanência e continuidade

O chafariz permanece como referência da relação histórica entre água e quotidiano, embora já não desempenhe a função de abastecimento potável. A proposta transforma a área posterior numa pequena praça, preservando a leitura do elemento a partir da Rua Direita. A escada existente é ampliada e os degraus passam também a funcionar como lugares informais de permanência. Bancos, sombra e um novo ponto de água potável, colocado na área posterior da praça e fisicamente independente do chafariz histórico, permitem recuperar de forma contemporânea a prática de abastecimento associada ao lugar.

6. Espaço junto à Igreja Matriz

permanência e celebração

A utilização frequente das escadas da Igreja Matriz e de bancos transportados pelos próprios habitantes evidencia a procura por lugares de permanência neste lugar. A proposta responde a esse uso sem ocupar o espaço frontal da Igreja, mantendo essa área livre. A nova área de estar ocupa o terreno lateral, utilizando a diferença de cotas para formar degraus que funcionam simultaneamente como acesso e assento informal. Vegetação baixa e árvores concentradas na parte inferior introduzem sombra sem interferir com a leitura da fachada.

7. Antiga escola e envolvente

centralidade quotidiana

A antiga escola, atualmente ocupada pelo café/restaurante, a mercearia em frente e o parque infantil fazem deste conjunto uma das principais centralidades quotidianas da aldeia. A proposta amplia a área de permanência para o terreno adjacente, reforçando sombra, lugares de estar e a relação entre os diferentes equipamentos. O parque infantil é reorganizado para permanecer seguro sem ficar visualmente isolado, permitindo que permanência, brincar e acesso aos serviços coexistam numa mesma praça.

8. Largo do Cruzeiro

entrada e orientação

No Largo do Cruzeiro, a intervenção assume uma escala deliberadamente reduzida, preservando o cruzeiro como principal referência visual e simbólica. Vegetação e lugares de pausa concentram-se na área posterior, enquanto a continuidade da rede é assinalada discretamente pelo pavimento. A condição de entrada é reforçada por um pequeno mapa de orientação, identificando os espaços coletivos, percursos da paisagem e principais elementos patrimoniais do Vale.

8 Largo do Cruzeiro



7 Antiga escola e envolvente



6 Espaço junto à Igreja Matriz



5 Largo do Chafariz da Rua Direita



4 Largo do Forno Comunitário



3 Largo da Associação



Fig. 65: Situação atual da área abrangida pela rede de espaços coletivos. **Fonte:** autora (2026).

8 Largo do Cruzeiro



7 Antiga escola e envolvente



6 Espaço junto à Igreja Matriz



5 Largo do Chafariz da Rua Direita



4 Largo do Forno Comunitário



3 Largo da Associação





Fig. 66: Rede proposta de espaços coletivos.
Fonte: autora (2026).

3.3.3 Práticas, participação e memória

A qualificação física dos espaços não assegura, por si só, a continuidade da vida comunitária. O diagnóstico demonstrou que uma parte significativa dos valores reconhecidos no Vale está associada às pessoas, relações sociais, celebrações, conhecimentos e memórias que dependem da utilização e apropriação continuada dos lugares.

A participação comunitária deve, por isso, ultrapassar o momento de identificação dos valores e integrar também os processos de transformação, utilização e gestão do património. A Convenção de Faro enquadra esta relação através do princípio da responsabilidade partilhada, reconhecendo a participação da sociedade civil e das comunidades na valorização do património[109].

No Vale, esta continuidade significa prolongar o envolvimento iniciado no diagnóstico através da experimentação das propostas, do cuidado dos espaços, da transmissão de conhecimentos e da documentação da memória. A presença de residentes sazonais e antigos moradores que regressam em determinados períodos amplia igualmente a comunidade envolvida e permite incorporar diferentes formas de relação com o território.

Participação na criação e cuidado dos espaços

Para dar continuidade ao envolvimento iniciado durante o diagnóstico, propõe-se a criação de uma Comissão de cidadãos, de caráter consultivo e operativo, capaz de articular a comunidade, as associações locais e as entidades responsáveis pela gestão do território. A sua composição poderá integrar representantes da Junta de Freguesia, das associações locais, moradores permanentes, residentes sazonais e outros participantes, reunindo diferentes formas de relação com o Vale.

Este grupo não substituiria as competências institucionais existentes, mas funcionaria como estrutura local de articulação. Entre as suas funções poderiam incluir-se o acompanhamento das intervenções propostas, a identificação de necessidades de manutenção, a organização das atividades do calendário comunitário, a promoção de ações-piloto e a comunicação de problemas às entidades responsáveis. Poderia ainda constituir um espaço regular de avaliação, permitindo recolher a experiência dos utilizadores e rever prioridades à medida que as propostas fossem implementadas.

Nos espaços coletivos, esta participação poderá começar antes da execução definitiva das intervenções. A posição do mobiliário, as áreas de sombra, a organização de zonas de permanência ou determinados usos temporários podem ser experimentados através de soluções reversíveis, permitindo observar a sua utilização e introduzir ajustes antes de uma solução permanente. Oficinas de plantação, construção de elementos simples e preparação de eventos podem igualmente associar habitantes e associações à transformação dos espaços, convertendo algumas decisões de projeto em processos de experimentação e aprendizagem coletiva.

109. Council of Europe. *Convention on the Value of Cultural Heritage for Society (Faro Convention)*. Faro: Council of Europe, 2005, art. 11-12.

Esta lógica estende-se também à paisagem rural. Jornadas comunitárias periódicas poderão apoiar ações compatíveis com a participação voluntária, como a manutenção ligeira de caminhos, plantações em locais definidos, acompanhamento da horta-escola ou identificação de situações de degradação nos sistemas de água e nos elementos patrimoniais. Estas ações não substituem os serviços especializados, mas reforçam uma relação continuada de observação e cuidado do território e mantêm ativos conhecimentos associados à sua utilização e gestão.

As responsabilidades técnicas e institucionais permanecem, contudo, nas entidades competentes. Obras, infraestruturas, segurança, intervenções especializadas sobre património ou sistemas hídricos e operações que exijam conhecimento técnico deverão ser desenvolvidas pelos respetivos responsáveis. O modelo proposto procura, assim, estabelecer uma governança colaborativa em que comunidade, associações e instituições atuem de forma complementar, distinguindo participação no acompanhamento e cuidado quotidiano das competências formais de decisão e execução.

Horta-escola comunitária

A horta-escola comunitária é concebida como um espaço de cultivo, aprendizagem e transmissão dos conhecimentos associados à paisagem agrícola. A redução da atividade produtiva não transforma apenas a ocupação física do território; pode também interromper saberes relacionados com os ciclos de cultivo, a utilização da água, as sementes, as espécies, a alimentação e as formas locais de manutenção do solo.

A proposta procura criar uma situação de aprendizagem intergeracional, na qual habitantes com experiência agrícola possam partilhar estes conhecimentos através de jornadas de preparação da terra, sementeira, rega, colheita e conservação dos produtos. As atividades acompanham os próprios ciclos da paisagem e podem envolver residentes permanentes, população mais jovem, residentes sazonais e outros participantes. Parte da produção poderá integrar refeições comunitárias, oficinas associadas ao Forno ou pequenas edições do Mercadinho, relacionando a horta com os restantes espaços e atividades do Master Plan.

A horta associa, deste modo, a continuidade do uso produtivo à transmissão de conhecimentos. A salvaguarda das paisagens rurais envolve também a permanência e adaptação das práticas e saberes que participaram na sua formação, e não apenas a conservação dos seus elementos físicos[110].

A localização não é fixada nesta fase. A implantação deverá considerar a disponibilidade fundiária, o acesso à água, a exposição solar, as características do solo, a proximidade ao núcleo e, sobretudo, a existência de condições para assegurar a sua utilização e manutenção. Esta abertura permite ainda que a horta seja iniciada de forma experimental numa parcela disponível ou que, no futuro, se organize através de mais do que um terreno.

110. ICOMOS; IFLA. *Principles concerning Rural Landscapes as Heritage*. Adotados pela 19.ª Assembleia Geral do ICOMOS, Nova Deli, 15 de dezembro de 2017, secs. 1.A e 2.C.2.

Calendário comunitário

O calendário comunitário constitui um dos instrumentos de atuação da Comissão de cidadãos, podendo ser coordenado em articulação com a Junta de Freguesia e as associações locais. A proposta procura reforçar a continuidade da vida coletiva ao longo do ano, relacionando festas e práticas existentes, ciclos agrícolas e da paisagem e novas atividades associadas ao Master Plan. Em vez de estabelecer uma programação mensal rígida, funciona como instrumento de coordenação entre diferentes momentos do ano, permitindo relacionar cada atividade com os espaços, saberes e recursos mais adequados.

As celebrações existentes constituem a sua base: a Romaria da Senhora da Póvoa, as Festas de Santiago, o Magusto, o Natal e o Madeiro, bem como práticas ligadas à apanha da azeitona e a outros ciclos agrícolas. A estas podem associar-se passeios interpretativos, encontros de memória, oficinas do pão, atividades na horta, ações de plantação, jogos, convívios e pequenas edições do Mercadinho. A programação deverá ser construída em conjunto com as entidades e grupos que já promovem atividades no Vale, procurando apoiar e articular as iniciativas existentes em vez de as substituir.

Inverno: *dezembro a fevereiro*

- ✱ **Madeiro de Natal**
  Igreja Matriz
- ● Oficina do pão
  Largo do Forno Comunitário (4)
- ● Tardes de jogos e trabalhos manuais
  Antiga cantina (3)

Primavera: *março a maio*

- ✱ **Romaria da Senhora da Póvoa**
  Santuário da Senhora da Póvoa
- ● Caminhos da água e da paisagem
  Rede da paisagem e da água (1 - 2)
- ● Sementes, cultivo e partilha
  Horta-escola

Verão: *junho a agosto*

- ✱ **Festas de Santiago**
  Largo das Festas
- ● Jogos e convívio nos largos
  Largos (3, 4, 7)
- ● Passeios ao entardecer
  Percursos do canal e da ribeira (1)
- ● Sardinhadas / convívios de verão
  Largo das Festas

Outono: *setembro a novembro*

- ✱ **Magusto**
  Largo das Festas
- ● Oficina das colheitas e do azeite
  horta-escola
- ● Plantar e cuidar dos espaços
  horta-escola e largos
- ● Mercadinhos do Vale
  Largo da Associação (3)

✱ Evento existente
● Atividade proposta

Tabela 13: Proposta de Calendário Comunitário. **Fonte:** autora (2026).

VIVOVALE e Centro de Memória

Em resposta às necessidades de documentação, transmissão de memórias e continuidade da participação identificadas ao longo da investigação, propõe-se o *VIVOVALE — Arquivo Vivo e Plataforma Digital da Paisagem Cultural do Vale da Senhora da Póvoa*. O projeto prolonga o processo de documentação participativa desenvolvido nesta investigação. O projeto procura organizar e devolver à comunidade o conhecimento produzido, permitindo que este continue a ser ampliado através de novas fotografias, testemunhos, documentos e registos audiovisuais [111].

A estrutura proposta articula dois suportes complementares: uma plataforma digital aberta e um documentário de curta-metragem. A plataforma funciona como inventário participativo da paisagem, enquanto o documentário regista testemunhos, práticas e momentos de encontro, incluindo os períodos de regresso sazonal e as celebrações locais. Esta abordagem acompanha os princípios da Carta do Porto Santo, que reconhece também os territórios digitais como espaços possíveis de participação e produção cultural[112].

O acesso principal à plataforma é realizado através de um mapa interativo, permitindo navegar espacialmente pelo Vale e selecionar lugares e atributos da paisagem. A proposta técnica prevê a utilização de ferramentas de código aberto; cada elemento identificado poderá estar associado a uma ficha própria contendo localização, descrição,

111. A proposta VIVOVALE foi desenvolvida e submetida ao Prémio CEI — IIT'26 como possibilidade de continuidade da investigação, através de um programa previsto para doze meses.

112. Ministério da Cultura; Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais; Governo Regional da Madeira. *Carta de Porto Santo: A cultura e a promoção da democracia: para uma cidadania cultural europeia*. Porto Santo: 2021, p. 9.

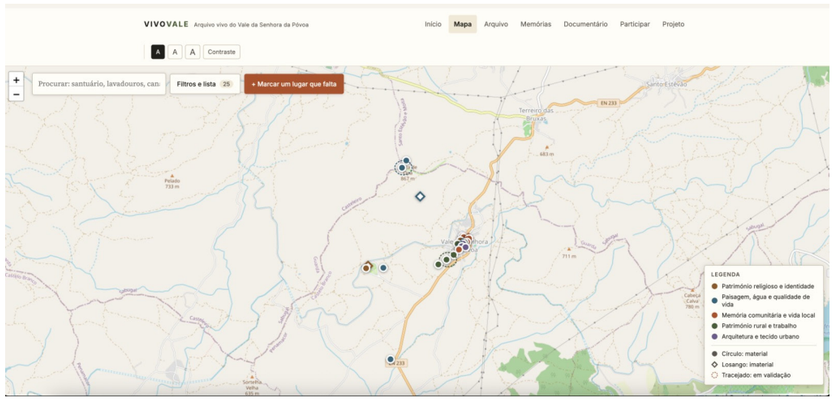
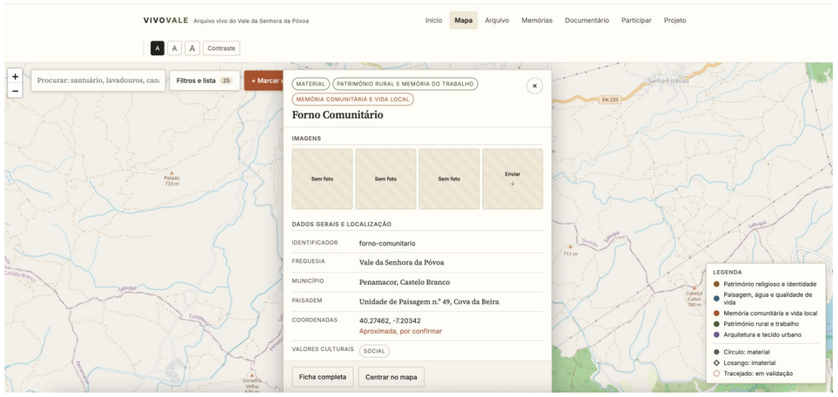


Fig. 67: Estudos da interface cartográfica da plataforma VIVOVALE. **Fonte:** autora (2026).

fotografias, documentação histórica, testemunhos orais, vídeos e relações com outros atributos da paisagem.

A dimensão digital pode ser complementada por uma presença física progressiva e distribuída no território. Numa primeira fase, a antiga cantina, já integrada na rede de espaços coletivos, poderá acolher sessões de recolha, oficinas, consultas e pequenas apresentações relacionadas com o VIVOVALE. Outras atividades poderão ocorrer temporariamente nos diferentes espaços da rede, acompanhando festas, encontros e ações comunitárias.

A longo prazo, e de acordo com as condições fundiárias, técnicas e financeiras que venham a existir, a presença física do VIVOVALE poderá consolidar-se através da reabilitação de um edifício destinado a consulta, exposição, recolha e atividades comunitárias. Mais do que estabelecer antecipadamente um único Centro de Memória, o Master Plan propõe, assim, uma estrutura progressiva na qual arquivo digital, espaços temporários e



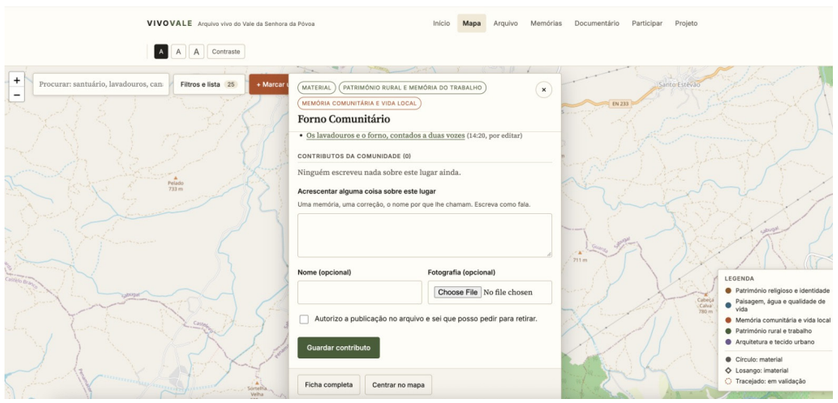


Fig. 68: Estudos da interface inventário e formulário da plataforma VIVOVALE.
Fonte: autora (2026).

3.3.4 Implementação e continuidade

As propostas reunidas no Master Plan apresentam diferentes graus de urgência, complexidade e dependência institucional, pelo que a sua implementação é entendida como um processo progressivo e não como uma sequência rígida. Ações de manutenção, participação, documentação e ativação podem desenvolver-se de imediato ou de forma continuada, enquanto outras intervenções dependem de estudos técnicos, disponibilidade fundiária, licenciamento, financiamento e articulação entre diferentes entidades.

Importa distinguir, neste sentido, prioridade e horizonte de execução. A segurança dos atravessamentos e a manutenção dos caminhos podem constituir necessidades prioritárias mesmo quando a sua concretização exige processos de coordenação mais prolongados; em sentido inverso, atividades comunitárias, recolhas para o VIVOVALE ou ações-piloto podem iniciar-se com recursos reduzidos enquanto projetos físicos mais complexos são desenvolvidos.

A tabela de ação estabelece, por isso, uma relação entre prioridade, horizonte e governança, identificando os principais agentes envolvidos em cada proposta. O acompanhamento deverá igualmente integrar a implementação: a utilização dos espaços, o estado dos caminhos e da vegetação, a participação nas atividades, as necessidades de manutenção e a apreciação dos habitantes podem informar revisões posteriores das prioridades e das próprias soluções.

Tabela 14: Plano de ação das intervenções do Master Plan.
Fonte: autora (2026).

Ação	Prioridade	Horizonte	Governança principal
Segurança na EN233 e ligações pedonais	1 — Alta	Curto prazo	Município, entidade gestora e Junta
Canal, caminhos e gestão da vegetação	1 — Alta	Imediato / contínuo	Entidade gestora, Junta, Município e proprietários
Qualificação dos espaços coletivos e percursos existentes	2 — Média	Curto / médio prazo	Município, Junta e associações
Novas ligações da rede de percursos	2 — Média	Médio prazo	Município, Junta e proprietários
Calendário, oficinas e horta-escola	2 — Média	Imediato / contínuo	Junta, associações, comunidade e parceiros
Área de lazer e piscinas	3 — Baixa	Médio / longo prazo	Município, Junta, técnicos e entidades financiadoras
Centro de Memória permanente	3 — Baixa	Médio / longo prazo	Município, Junta, proprietários e parceiros culturais

O Master Plan não propõe uma imagem acabada para o Vale da Senhora da Póvoa, mas uma estrutura através da qual diferentes transformações podem ser orientadas e relacionadas ao longo do tempo. Percursos, espaços coletivos, equipamentos, práticas comunitárias e instrumentos de documentação são entendidos como partes de um mesmo processo de valorização, cuja continuidade depende tanto do desenho das intervenções como da sua utilização, manutenção e capacidade de adaptação.

Esta posição retoma a compreensão de paisagem desenvolvida no início da investigação. A paisagem não constitui um objeto estático cuja conservação dependa da suspensão da mudança[113]. A sua continuidade constrói-se através das relações entre território, práticas, usos e formas de apropriação, admitindo transformação sem que esta implique necessariamente a perda dos significados anteriormente construídos.

No Vale, salvaguardar não significa, portanto, reconstruir uma configuração passada nem impedir novas utilizações. Significa reconhecer quais relações permanecem significativas e criar condições para que possam continuar a existir, adaptar-se e adquirir novos sentidos. A rede de espaços coletivos reforça lugares de encontro já presentes; os percursos aproximam novamente a aldeia da água e da paisagem; as práticas e o calendário procuram manter ativos conhecimentos e formas de sociabilidade; e o VIVOVALE permite documentar e transmitir estes processos sem os transformar numa memória encerrada.

O valor da proposta não depende, assim, da execução integral e simultânea de todas as intervenções. Reside antes na existência de uma estrutura comum capaz de orientar decisões futuras, relacionando permanência e transformação, espaço e prática, património e vida quotidiana.

113. Lage. *Op. cit.*, pp. 286–287.

Considerações Finais

Esta investigação partiu da questão de como a valorização de uma paisagem cultural rural pode articular a leitura do território com os valores, memórias e expectativas das comunidades que com ele se relacionam. O percurso desenvolvido no Vale da Senhora da Póvoa permitiu compreender que essa articulação não resulta da simples justaposição entre uma análise técnica do território e uma posterior auscultação da população. Constrói-se através do confronto entre diferentes formas de conhecimento — histórico, espacial, vivido, recordado e institucional — e da sua tradução progressiva em possibilidades de intervenção.

Esta conclusão retoma a reflexão desenvolvida no início da investigação acerca da chamada "crise da paisagem". No Vale, esta crise não se manifesta sobretudo pelo desaparecimento da estrutura territorial: a relação entre o núcleo habitacional, a Serra d'Opa, a água, os caminhos, os espaços agrícolas e o Santuário permanece amplamente reconhecível. O que se transformou de forma mais profunda foi a intensidade das relações sociais e produtivas que historicamente construíram e mantiveram essa paisagem. O abandono agrícola, o envelhecimento e a diminuição da população residente, a utilização sazonal do edificado, a redução de serviços e o enfraquecimento de determinadas práticas quotidianas produziram uma crescente dissociação entre a permanência dos lugares e a continuidade dos usos que lhes conferiam significado. A "crise da paisagem" evidencia, assim, uma transformação das relações que a produzem, utilizam e mantêm, constituindo igualmente uma oportunidade para reconsiderar de que modo essas relações podem continuar a existir e adquirir novos sentidos.

O diagnóstico participativo confirmou esta dimensão. Os elementos reconhecidos como significativos não correspondem apenas aos bens construídos de maior notoriedade, mas relacionam edifícios, água, paisagem, pessoas, festas, memórias, práticas de trabalho e espaços de convívio. Um mesmo lugar pode representar simultaneamente memória, identidade, utilização quotidiana, qualidade ambiental ou possibilidade de transformação. A significância cultural do Vale reside, portanto, não apenas nos elementos considerados isoladamente, mas nas relações estabelecidas entre pessoas, práticas e lugares. Esta leitura tornou também evidente que problemas aparentemente distintos se encontram interligados: a redução da atividade agrícola relaciona-se com a perda de conhecimentos e de formas de manutenção do território; a água é simultaneamente infraestrutura, recurso ecológico, memória e possibilidade de utilização contemporânea; e a perda de espaços ou práticas de encontro corresponde também à diminuição das oportunidades quotidianas de sociabilidade.

O percurso metodológico foi igualmente um dos resultados da investigação. A unidade de formação *Património e Paisagem. Gestão, Análise, Projeto* proporcionou um primeiro contacto com ferramentas que articulavam investigação histórica e territorial,

identificação de atributos e valores, envolvimento das comunidades, avaliação de riscos, gestão e projeto. Essa estrutura constituiu uma referência, mas a sua aplicação ao Vale demonstrou que os instrumentos não poderiam ser simplesmente transpostos para um contexto diferente. Foi necessário adaptá-los à pequena dimensão da população residente, ao envelhecimento demográfico, à presença sazonal de antigos moradores e emigrantes e às condições concretas encontradas durante o trabalho de campo. A metodologia foi, por isso, sendo construída e reformulada à medida que o próprio território se tornava mais conhecido.

As alterações propostas nos diferentes instrumentos refletem esta aprendizagem. As questões do *Ballarat Imagine* foram complementadas quando se verificou que formulações muito abertas nem sempre permitiam aprofundar determinados temas; as duas ações de cartografia participativa foram realizadas em contextos distintos e produziram formas diferentes de conhecimento; o inquérito online surgiu da necessidade de alcançar pessoas que mantêm vínculos com o Vale apesar de não residirem nele; e as entrevistas aos atores institucionais e associativos foram realizadas numa fase posterior, permitindo confrontar um diagnóstico previamente construído com as possibilidades e limitações concretas da gestão local. Ao mesmo tempo, a experiência demonstrou que nenhum destes instrumentos é neutro. A formulação das perguntas, a presença de um mapa, o contexto em que decorre uma ação ou os meios de divulgação de um inquérito influenciam aquilo que se torna visível. A triangulação não eliminou estas diferenças: tornou possível compreendê-las como parte do próprio conhecimento produzido.

Ao longo deste processo, alterou-se igualmente a leitura que se fazia do Vale no início do trabalho. A familiaridade anterior com o lugar constituiu inicialmente uma vantagem, permitindo uma observação prolongada e facilitando o contacto com pessoas e situações que uma aproximação pontual dificilmente revelaria. A investigação demonstrou, contudo, que familiaridade não equivale a conhecimento completo. Elementos passaram a ser compreendidos através das relações, memórias, usos e conflitos aos quais se encontram associados. Também a intervenção deixou progressivamente de ser entendida apenas enquanto transformação física: questões de manutenção, gestão, participação, temporalidade e continuidade das práticas tornaram-se componentes igualmente relevantes. O confronto da minha leitura inicial com documentos, cartografia e diferentes vozes da comunidade permitiu, assim, não apenas aprofundar o conhecimento do território, mas rever a forma como se lhe observava.

É nesta passagem do reconhecimento para a intervenção que se coloca uma das questões centrais do trabalho: o que fazer com os valores depois de reconhecidos? Identificar aquilo que é significativo não determina automaticamente aquilo que deve permanecer inalterado, nem transforma cada atributo num objeto patrimonial intocável. O reconhecimento permite antes discutir diferentes formas de continuidade, adaptação, reutilização ou transformação. O Master Plan procura responder a esta questão através de uma estrutura aberta e progressiva, em que os valores reconhecidos no diagnóstico informam orientações de intervenção sem estabelecer uma imagem única para o futuro. Durante

a sua elaboração, o próprio processo de transformar diagnóstico em estratégia tornou também visíveis novas relações entre usos, agentes, gestão e temporalidades.

A escolha do Vale da Senhora da Póvoa como objeto de estudo constitui igualmente um contributo da investigação. Confirmando os princípios da Carta de Veneza, a reduzida dimensão do território não diminui a complexidade das relações que nele se estabelecem. Pelo contrário, permite observar de forma próxima como processos mais amplos — despovoamento, envelhecimento, abandono produtivo, ocupação sazonal, fragilidade dos serviços e transformação das práticas comunitárias — se materializam em espaços concretos e interferem na vida quotidiana e na paisagem. O interesse do caso não reside, portanto, em assumir o Vale como modelo de todas as paisagens rurais, mas em demonstrar como fenómenos frequentemente apresentados através de tendências demográficas ou territoriais gerais são vividos e negociados num lugar específico. Ao reunir documentação dispersa, leitura territorial e diferentes formas de conhecimento local, a investigação contribui também para ampliar o reconhecimento de uma paisagem cuja relevância não depende da excecionalidade monumental, mas das relações acumuladas entre território, memória, práticas e comunidade.

Esse reconhecimento não elimina, contudo, os limites da intervenção. O despovoamento, a reduzida oferta de emprego e serviços, a mobilidade ou a renovação demográfica ultrapassam a escala desta investigação e não podem ser resolvidos através da intervenção arquitetónica e paisagística. As propostas podem contribuir para melhorar condições de encontro, utilização, segurança, acessibilidade e cuidado, mas a continuidade do Vale depende igualmente de políticas económicas, sociais, habitacionais e territoriais de maior alcance. Várias intervenções propostas exigem ainda estudos técnicos, fundiários e financeiros, articulação institucional e novos momentos de discussão antes de uma eventual implementação.

Também o processo participativo permaneceu necessariamente incompleto. Alguns grupos tiveram uma representação reduzida, particularmente as gerações mais jovens, e a população emigrante poderia ter sido aprofundada para além da participação conseguida através do inquérito online e dos contactos realizados durante os períodos de regresso. A própria amostra do inquérito, voluntária e maioritariamente não residente, deve ser entendida como uma leitura complementar e não como representação estatística da população. Um trabalho futuro poderia aprofundar trajetórias de saída e retorno, relações com a propriedade, transformação das habitações, transmissão intergeracional da memória e expectativas relativamente à continuidade da aldeia.

Ficou também fora do âmbito deste trabalho uma caracterização mais aprofundada do estado de conservação do edificado, em particular das habitações, bem como a definição das condições necessárias à operacionalização de um plano de gestão integrada do património. Estas dimensões exigem um estudo específico, apoiado nos recursos técnicos e documentais da Câmara Municipal de Penamacor, que permita articular a salvaguarda dos edifícios com a qualificação e manutenção dos espaços públicos.

A investigação permanece, por isso, aberta. Se os valores atribuídos ao património e à paisagem se transformam juntamente com as comunidades, o diagnóstico realizado corresponde necessariamente a um determinado momento. A experimentação e eventual implementação das propostas produzirão novas utilizações, interpretações e necessidades que deverão voltar a ser observadas e discutidas. O VIVOVALE, enquanto projeto que permite a continuidade desta pesquisa junto aos órgãos municipais e regionais de interesse, poderá constituir um dos instrumentos dessa continuidade, permitindo que o conhecimento reunido nesta dissertação seja devolvido, consultado e ampliado através de novos recursos participativos.

A questão inicial pode, assim, ser retomada não através de uma fórmula definitiva, mas de uma posição: a valorização de uma paisagem cultural rural exige que o reconhecimento dos seus valores seja capaz de informar a transformação sem procurar suspender a mudança. No Vale da Senhora da Póvoa, isto significa compreender aquilo que permanece significativo, reconhecer aquilo que se encontra vulnerável e criar condições para que lugares, práticas e relações possam continuar a adquirir sentido em circunstâncias diferentes das que originalmente os produziram. A continuidade desta paisagem não dependerá de conservar uma determinada imagem do Vale, mas da capacidade de continuar a habitá-lo, cuidá-lo, reinterpretá-lo e transmiti-lo às gerações futuras.

Bibliografia

Obras e documentos

Alarcão, Jorge de. "Notas de arqueologia, epigrafia e toponímia – VII." *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. 18 (2015), pp. 147–160.

Australia ICOMOS. *The Burra Charter: The Australia ICOMOS Charter for Places of Cultural Significance*. Burra: Australia ICOMOS, 2013.

Cabanas, António. *Vale da Senhora da Póvoa e a sua romaria*. Penamacor: Câmara Municipal de Penamacor, 2016.

Calix, Teresa. "Um novo paradigma de transição para o século XXI". *Terramaia, n.º 4.* Maia: Município da Maia, 2021.

Câmara Municipal de Penamacor. *1.ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Penamacor: Análise e Diagnóstico*. Vol. I. Penamacor: CMP, mar. 2003; rev. nov. 2005; corrigido maio 2011 e jul. 2015.

Câmara Municipal de Penamacor. *Carta Arqueológica de Penamacor: exposição*. Penamacor: Câmara Municipal de Penamacor, 2016.

Câmara Municipal de Penamacor. *Área de Reabilitação Urbana de Vale da Senhora da Póvoa*. Penamacor: CMP, 2017.

Câmara Municipal de Penamacor. *Penamacor: Terra do Azeite*. Penamacor: CMP, 2020.

Câmara Municipal de Penamacor. *Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Penamacor 2021–2030. Caderno II – Plano de Ação*. Penamacor: CMP, 2021.

Cancela d'Abreu, Alexandre; Pinto Correia, Teresa; Oliveira, Rosário. *Contributos para a identificação e caracterização da paisagem em Portugal Continental*. Vol. III: *Grupos de Unidades de Paisagem F–J (Beira Alta a Pinhal do Centro)*. Lisboa: DGOTDU, 2004.

Choay, Françoise. *A alegoria do património*. Trad. Teresa Castro. 2.ª ed. Lisboa: Edições 70, 2010.

City of Ballarat. *Ballarat Imagine: What You Said*. Ballarat: City of Ballarat, 2013.

Conselho da Europa. *Convenção Europeia da Paisagem*. Florença: Conselho da Europa, 2000.

Council of Europe. *Convention on the Value of Cultural Heritage for Society (Faro Convention)*. Faro: Council of Europe, 2005.

Currás, Brais X.; Sánchez-Palencia, F. Javier. "Landscape Archaeology of Roman Gold Mining in Lusitania: The 'Aurifer Tagus' Project." *Antiquity*, vol. 95, n.º 382 (2021), e20. DOI: 10.15184/aqy.2021.82.

Domingues, Álvaro. "A paisagem revisitada." *Finisterra*, vol. 36, n.º 72 (2001), pp. 55–66. DOI: 10.18055/Finis1621.

Fairclough, Graham. "Cultural Landscape, Sustainability, and Living with Change?" In Teutonico, Jeanne Marie; Matero, Frank, eds. – *Managing Change: Sustainable Approaches to the Conservation of the Built Environment*. Los Angeles: Getty Conservation Institute, 2003, pp. 23–46.

Ferreira, Teresa Cunha; Marques, Teresa Portela; Romão, Xavier das Neves; Botelho, Maria Leonor; Freitas, Pedro Murilo. "Património e Paisagem. Gestão, Análise, Projeto." In *Cadernos de Inovação Pedagógica*. Vol. 5, *Brechas no muro da rotina: caminhos para um ensino centrado no estudante*. Porto: U.Porto Press, 2025, pp. 291–312. DOI: 10.34626/10216/173818.

Ferreira, Teresa Cunha; Freitas, Pedro Murilo; Cruz, Tiago Trindade. "Engaging multiple stakeholders in World Heritage serial nominations: the case of Álvaro Siza's Architectural Works." Manuscrito submetido para publicação na FCIC '24: Faro Convention International Conference, Porto, 2024.

ICOMOS. *International Charter for the Conservation and Restoration of Monuments and Sites (The Venice Charter)*. Venice: ICOMOS, 1964.

ICOMOS. *The Nara Document on Authenticity*. Nara: ICOMOS, 1994.

ICOMOS; IFLA. *Principles concerning Rural Landscapes as Heritage*. Adotados pela 19.ª Assembleia Geral do ICOMOS, Nova Deli, 15 de dezembro de 2017. Disponível em: https://www.icomos.org/images/DOCUMENTS/Charters/GA2017_6-3-1_RuralLandscapesPrinciples_EN_adopted-15122017.pdf (consultado em 28 set. 2026).

Kindon, Sara; Pain, Rachel; Kesby, Mike, eds. *Participatory Action Research Approaches and Methods: Connecting People, Participation and Place*. London: Routledge, 2007.

Lage, Laura Beatriz. *Paisagem como modo de entender o mundo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2023. ISBN 978-65-5858-121-5.

Ministério da Cultura; Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais; Governo Regional da Madeira. *Carta de Porto Santo: A cultura e a promoção da democracia: para uma cidadania cultural europeia*. Porto Santo, 2021.

Município de Penamacor. *Edital n.º 36/2025 — Aviso à população: levantamento de prejuízos provocados por incêndio*. Penamacor, 28 ago. 2025. Disponível em: https://www.cm-penamacor.pt/cmpenamacor/uploads/document/file/2448/edital_36_levantamento_prejuizos_incendio.pdf (consultado em 28 set. 2026).

Oliveirinha, André. *Senhora da Póvoa: um caso de religiosidade popular numa comunidade da raia portuguesa*. Penamacor: Câmara Municipal de Penamacor, 2025.

Osório, Marcos. "Mapeando o mundo romano a oriente da Serra da Estrela." *Ebvrobri-*

ga: Revista do Museu Arqueológico Municipal José Monteiro, n.º 10 (2019–2020), pp. 99–114.

Portugal. Portaria n.º 1532/2008, de 29 de dezembro: Regulamento Técnico de Segurança contra Incêndio em Edifícios (RT-SCIE). *Diário da República*, 1.ª série, n.º 250 (29 dez. 2008). Versão consolidada disponível em: https://diariodarepublica.pt/dr/legislacao-consolidada/portaria/2008-135056016 (consultado em 10 ago. 2026).

Riegl, Alois. *O culto moderno dos monumentos e outros ensaios estéticos*. Trad. João Tiago Proença. 2.ª ed. Lisboa: Edições 70, 2013.

Sauer, Carl Ortwin. "The Morphology of Landscape." In Leighly, John, ed. – *Land and Life: A Selection from the Writings of Carl Ortwin Sauer*. Berkeley: University of California Press, 1969, pp. 315–350.

Silva, Ana Tarrafa; Roders, Ana Pereira. "Taxonomias do significado cultural do património: valores e atributos." In Marado, Catarina Almeida; Valente, Teresa; Bernardes, João Pedro, eds. – *Gestão do Património Cultural: experiências e desafios*. Faro: Universidade do Algarve – Centro de Estudos em Arqueologia, Artes e Ciências do Património, 2021, pp. 10–31. DOI: 10.34623/vt4s-7r64.

Silva, Joaquim Candeias da. "Romarias de Penamacor: um património beirão e transfronteiriço com história." In Salvado, Pedro; Oliveirinha, André; Villarroel Escalante, Juan, coord. – *Atas do II Colóquio de Arqueologia e História do Concelho de Penamacor: 40 Anos Depois: Ciências e Territórios em Mudança*. Penamacor: Câmara Municipal de Penamacor, 2023, pp. 357–381.

Smith, Laurajane. *Uses of Heritage*. London: Routledge, 2006.

UNESCO. *Convention Concerning the Protection of the World Cultural and Natural Heritage*. Paris: UNESCO, 1972. Disponível em: https://whc.unesco.org/archive/convention-en.pdf (consultado em 28 set. 2026).

UNESCO World Heritage Centre. *Report of the Expert Group on Cultural Landscapes, La Petite Pierre (France), 24–26 October 1992*. WHC-92/CONF.002/10/Add. Paris: UNESCO, 1992. Disponível em: https://whc.unesco.org/archive/pierre92.htm (consultado em 28 set. 2026).

UNESCO. *Recommendation on the Historic Urban Landscape, including a glossary of definitions.* Adotada pela Conferência Geral da UNESCO na sua 36.ª sessão. Paris: UNESCO, 10 nov. 2011. Disponível em: https://whc.unesco.org/document/135557.

UNESCO; ICCROM; ICOMOS; IUCN. *Managing Disaster Risks for World Heritage*. Paris: UNESCO, 2010.

Fontes arquivísticas

Arquivo Nacional da Torre do Tombo. *Memórias Paroquiais*, vol. 38, n.º 32, "Vale de Lobo, Penamacor", 1758, pp. 165–168. Cota: PT/TT/MPRQ/38/32.

Recursos digitais e cartográficos

Agência Portuguesa do Ambiente. *RNA 2100 — Avaliação da vulnerabilidade do território português às alterações climáticas no século XXI*. Lisboa: APA, s.d. Disponível em: https://rna2100.apambiente.pt/ (consultado em 28 set. 2026).

BeiraJÁ. [Fotografia publicada sobre o Vale da Senhora da Póvoa, utilizada na fig. 53a]. 2026. Disponível em: https://beiraja.pt/ (consultado em 15 ago. 2026).

Câmara Municipal de Penamacor. *Rede de Percursos Pedestres de Penamacor*. s.d. Disponível em: https://www.cm-penamacor.pt/ (consultado em 15 ago. 2026).

Direção-Geral do Património Cultural. "Chafariz na Rua Direita." *SIPA*. s.d. Disponível em: http://monumentos.pt/site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=20796 (consultado em 16 dez. 2025).

Direção-Geral do Património Cultural. "Escaravelho." *Portal do Arqueólogo*. s.d. Disponível em: https://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=2696343 (consultado em 16 dez. 2025).

Direção-Geral do Território. *Carta de Uso e Ocupação do Solo de 2018, versão 2, Série 1 (COS2018v2.0)* [dados geográficos]. Lisboa: DGT, s.d. Disponível em: https://snig.dgterritorio.gov.pt/ (consultado em 09 ago. 2026).

Direção-Geral do Território; Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas; Instituto Superior de Agronomia. *Mapa Agrícola e Florestal de Portugal Continental 1951–1980, versão 1.0 (MAF1951–80v1.0)* [dados geográficos]. Lisboa, s.d. Disponível em: https://snig.dgterritorio.gov.pt/ (consultado em 15 ago. 2026).

Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas. *Cartografia nacional de áreas ardidas* [dados geográficos]. Lisboa: ICNF, s.d. Disponível em: https://geocatalogo.icnf.pt/metadados/area_ardida.html (consultado em 28 set. 2026).

Instituto Nacional de Estatística. *Censos: séries históricas da população, 1864–2021* [base de dados]. Lisboa: INE, s.d. Disponível em: https://www.ine.pt/ (consultado em 14 mai. 2026).

Lista de Figuras

Fig. 01 — Enquadramento geográfico do Vale da Senhora da Póvoa no contexto nacional e no concelho de Penamacor 14
Fig. 02 — Mapa Topográfico 15
Fig. 03 — Localização dos castros próximos do Vale da Senhora da Póvoa 16
Fig. 04 — Expressões paisagísticas e morfológicas da Serra d'Opa 17
Fig. 05 — Traçado provável das vias romanas na área entre Belmonte, Sabugal e Penamacor 19
Fig. 06 — Densidade de povoamento e distribuição de sítios romanos a oriente da Serra da Estrela 19
Fig. 07 — a) Ara dedicada a Júpiter, identificada no sítio da Fonte Santa; b) fragmento de uma representação da Ísis, proveniente do Vale da Senhora da Póvoa 20
Fig. 08 — Vista panorâmica do aglomerado do Vale da Senhora da Póvoa 22
Fig. 09 — a) e b) Registo fotográfico do Santuário da Senhora da Póvoa; c) e d) registo iconográfico da romaria da Senhora da Póvoa; e) registo iconográfico da feira na romaria da Senhora da Póvoa 24
Fig. 10 — Síntese cronológica da formação histórica do Vale da Senhora da Póvoa 26
Fig. 11 — Unidade de Paisagem 49: Cova da Beira 27
Fig. 12 — Mapa Hidrográfico 28
Fig. 13 — Registo fotográfico dos elementos da rede hidrográfica e do património hidráulico assinalados no mapa da Fig. 12 29
Fig. 14 — Vista histórica do Vale da Senhora da Póvoa e da paisagem agrícola envolvente, meados do século XX 30
Fig. 15 — Aerofotografia vertical do Vale da Senhora da Póvoa, 1984 31
Fig. 16 — Ocupação do Solo 1951–1980 31
Fig. 17 — Ortofotografia do Vale da Senhora da Póvoa e da paisagem envolvente, 2025 33
Fig. 18 — Ocupação do Solo 2018 33
Fig. 19 — Mapa Cheios e Vazios 34
Fig. 20 — Registo fotográfico das diferentes categorias da rede viária do Vale da Senhora da Póvoa, representadas cartograficamente na Fig. 21 35
Fig. 21 — Mapa Hierarquia Viária 35
Fig. 22 — Registo fotográfico de elementos do património arqueológico e arquitetónico assinalados no mapa da Fig. 24 36
Fig. 23 — Registo fotográfico dos principais elementos do património arquitetónico assinalados no mapa da Fig. 24 37
Fig. 24 — Mapa Património Arquitetónico e Arqueológico 37
Fig. 25 — Moradores na Rua Direita em 1938 38
Fig. 26 — Evolução da população residente na freguesia do Vale da Senhora da Póvoa, 1864–2021 39
Fig. 27 — Distribuição da população por grupos etários e género no Vale da Senhora da Póvoa, 2021 39
Fig. 28 — Formas atuais de abastecimento local: mercearia e serviço ambulante Carinha do Pão 40
Fig. 29 — Mapa Equipamentos e Serviços 40
Fig. 30 — Edifício devoluto no núcleo urbano do Vale da Senhora da Póvoa, evidenciando a perda de uso e a degradação do edificado tradicional 41
Fig. 31 — Tipologia de ocupação dos alojamentos familiares clássicos na freguesia do Vale da Senhora da Póvoa 41
Fig. 32 — Moradores na Rua Direita 43
Fig. 33 — Esquema metodológico do método Ballarat Imagine 47
Fig. 34 — Matriz de correlação entre os atributos identificados nas entrevistas semiestruturadas 57
Fig. 35 — Distribuição dos Valores Culturais das Entrevistas Semiestruturadas 58
Fig. 36 — Imagens da dinâmica de cartografia participativa na Romaria da Senhora da Póvoa 63
Fig. 37 — Flyer distribuído durante a Romaria da Senhora da Póvoa 65
Fig. 38 — Imagens da oficina cartográfica 66
Fig. 39 — Distribuição dos Valores Culturais da Cartografia Participativa 67
Fig. 40 — Matriz de correlação entre os atributos identificados na Cartografia Participativa 69
Fig. 41 — Inquérito online via Google Forms 72
Fig. 42 — Perfil sociodemográfico dos participantes do inquérito online: idade, género, habilitações literárias e agregado familiar 73
Fig. 43 — Frequência dos atributos e valores reconhecidos no Vale da Senhora da Póvoa: "O que mais gosta no Vale?" 75
Fig. 44 — Distribuição dos Valores Culturais do Inquérito Online 77
Fig. 45 — Frequência dos problemas identificados no Vale da Senhora da Póvoa: "O que gostaria de mudar no Vale?" 78
Fig. 46 — Frequência das propostas para o Vale da Senhora da Póvoa: "Como imagina o Vale?" 79
Fig. 47 — Mapa de Atributos 87
Fig. 48 — Vistas: v1) vista panorâmica a partir do cume da Serra d'Opa; v2) vista do adro da Igreja Matriz; v3) vista da Rua Direita para a Igreja Matriz; v4) vista a partir dos Antigos Lavadouros; v5) vista do Canal d'Água; v6) vista da aldeia a partir de áreas próximas à Ribeira; v7) vista da saída do Canal d'Água para o Santuário 87
Fig. 49 — a) Ermida da Senhora da Póvoa; b) Igreja Matriz; c) procissão durante a Festa de Santiago; d) procissão durante a Romaria 89

Fig. 50 — a) Vista do Canal d'Água; b) vista de trás da aldeia por caminho rural; c) vista para a Serra d'Opa por caminhos rurais; d) vista do Canal d'Água 90
Fig. 51 — a) Antiga Escola; b) Largo das Festas; c) Largo/Sede da Associação; d) Antiga Cantina 91
Fig. 52 — a) Lagar de Azeite; b) Antigos Lavadouros; c) Forno Comunitário; d) Fonte dos Namorados; e) Lavadouros 92
Fig. 53 — a) Vista de cima do núcleo habitacional; b) Largo do Chafariz na Rua Direita; c) Alameda dos Balcões 93
Fig. 54 — Mapa de Riscos Naturais e Tecnológicos 98
Fig. 55 — Trecho da Ribeira de Vale de Lobo, evidenciando a vegetação ripícola e a reduzida disponibilidade de água no período seco 99
Fig. 56 — Incêndio de agosto de 2025 observado a partir do Vale da Senhora da Póvoa 100
Fig. 57 — Áreas ardidas na envolvente do Vale da Senhora da Póvoa, 1975–2025 101
Fig. 58 — Mapa de Vulnerabilidade Urbana e Acessibilidade 102
Fig. 59 — a) Trecho da EN233 que passa pelo Vale; b) interseção da EN233 na entrada do núcleo habitacional 103
Fig. 60 — Mapa Master Plan 104
Fig. 61 — Corte A–A' na relação entre o Canal de Rega, o caminho e o miradouro 106
Fig. 62 — Perspetiva do percurso junto ao Canal de Rega e do ponto de observação 107
Fig. 63 — Estudos de integração da área de lazer junto aos antigos lavadouros 108
Fig. 64 — Planta da área de lazer dos antigos lavadouros 109
Fig. 65 — Situação atual da área abrangida pela rede de espaços coletivos 112
Fig. 66 — Rede proposta de espaços coletivos 114
Fig. 67 — Estudos da interface cartográfica da plataforma VIVOVALE 119
Fig. 68 — Estudos da interface inventário e formulário da plataforma VIVOVALE. 120

Lista de Tabelas

Tabela 1 — Taxonomia de valores culturais 48
Tabela 2 — Matriz de Classificação das Partes Interessadas do Vale da Senhora da Póvoa 50
Tabela 3 — Fases e distribuição das entrevistas semiestruturadas 53
Tabela 4 — Matriz de Frequência de Atributos Identificados e Valores Culturais Associados das Entrevistas Semiestruturadas 58
Tabela 5 — Fases e distribuição da Cartografia Participativa 62
Tabela 6 — Matriz de Frequência de Atributos Identificados e Valores Culturais Associados da Cartografia Participativa 64
Tabela 7 — Matriz de Atributos Identificados e Valores Culturais Associados da Cartografia Participativa 67
Tabela 8 — Distribuição profissional dos participantes do inquérito online 74
Tabela 9 — Tipologia de vínculo dos inquiridos ao Vale da Senhora da Póvoa 74
Tabela 10 — Distribuição dos participantes por local de residência 74
Tabela 11 — Matriz de Frequência de Atributos Identificados e Valores Culturais Associados do Inquérito Online 76
Tabela 12 — Matriz Síntese de Frequência de Atributos Identificados e Valores Culturais 86
Tabela 13 — Proposta de Calendário Comunitário 118
Tabela 14 — Plano de ação das Intervenções do Master Plan 121

Apêndices



Maria Amélia Cameira

Acompanhada pela Srª. Saudade e pela Srª. Dolvina

Residência: Vale da Senhora da Póvoa

Escolaridade e Ocupação: 12º ano, reformada. Maria Amélia é Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia e colabora nas atividades da Junta e da Santa Casa da Misericórdia.

O que mais GOSTA no Vale da Senhora da Póvoa?

Olhe, neste momento gosto muito desta luminosidade, desta área e das pessoas. Agora temos oficinas sénior em colaboração com a Santa Casa da Misericórdia de Penamacor: de 15 em 15 dias vêm dar atividades a esta população mais envelhecida. Estamos a aprender macramé, mandalas e até a tocar cavaquinho. Além disso, temos aqui a mercearia da minha filha, que a minha mãe tinha fechado em 2013 e que agora reabrimos. Gosto de estar sentada aqui, a conviver com as pessoas que vão passando.

O que Gostaria de MUDAR no Vale da Senhora da Póvoa?

Gostava que tivéssemos um sítio para estas pessoas mais idosas e para a malta nova que vêm no verão, que não sabe para onde ir quando está muito calor. Um espacinho onde houvesse computadores e uma pequena biblioteca. Mas vamos ter: a antiga cantina escolar vai ser destinada a isso e às atividades seniores.

Como IMAGINA o Vale da Senhora da Póvoa no futuro?

Eu quero acreditar que o Vale vai ter mais gente do que tem agora. Há várias casas que estavam à venda e que estão a ser vendidas a casais novos, e isso traz perspetivas futuras. Eu falo por Lisboa: como as coisas estão lá difíceis, sei garantidamente de pelo menos três ou quatro pessoas com casa cá que tencionam voltar assim que puderem. E quando as pessoas mantêm a casa na aldeia, o retorno é muito mais fácil.

Já temos cá a morar um pai e um filho indianos, um casal da Madeira com dois filhos, outro casal com três filhas, e os ingleses perto da Lameira da Fonte. Portanto, está a vir muita gente. Não sei onde é que foram buscar isto, mas estão a vir. Há uns meses esteve cá um casal da Austrália que viu a aldeia no mapa e veio visitar. Estiveram aqui comigo na mercearia. Isso é muito bom.

Também têm outras coisas bonitas por aqui. A Serra da Malcata, que é sempre um símbolo grande aqui da zona da Beira, depois temos as barragens, ali a barragem do Meimão, que traz também sempre muita gente no verão. Depois temos as praias fluviais, que ao fim e ao cabo vão trazendo gente. E depois essas pessoas que vêm, trazem mais gente. E depois já é outro amigo que vem. E graças a Deus, nós no verão temos sempre aqui muita gente.

Agora sim, vamos ter coisas novas. Vamos esperar até o fim da legislatura, porque isto vai evoluir bastante. Nós não podemos dar já todos os trunfos, porque estamos há três meses na Junta.

Mora aqui há muito tempo?

[Maria Amélia] Eu sou natural daqui. Estive em Lisboa durante muitos anos e, na altura da pandemia, voltei para ficar definitivamente. Era muito difícil manter a minha mãe, que na altura tinha 90 anos, em casa. Viemos a pensar ficar dois ou três meses, mas a família toda é daqui e acabámos por ficar.

Sente falta de alguma coisa que tenha desaparecido da aldeia?

[Maria Amélia] Sinto falta dos chafarizes antigos. O da praça funciona, mas na minha meninice era um chafariz grande, onde inclusive as vacas e os burros iam beber água. A aldeia está muito diferente, há pouca gente. As pessoas não partilham tanto, ficam em casa.

[Srª. Saudade] Há muito pouca gente. São casas e casas, tudo fechado. Antes, todos os buracos tinham gente.

[Srª. Dolvina] Deste lado da rua, até ao chafariz, só há uma pessoa a habitar. Não há ninguém nas outras casas.

[Maria Amélia] Havia gente em todos os bocadinhos, casas pequeninas cheias de vida. Todas as aldeias estão assim. Agora as pessoas querem ir para as cidades, o que é normal. Há mais empregabilidade. Ficam os reformados. A minha filha veio para cá e agora estão alguns casais novos com crianças em idade escolar, o que é bom, mas falta infraestrutura. Não temos um café aberto neste momento, mas isto também traz muita gente. Mas depois as pessoas estão desmotivadas.

E a nível de crianças?

[Maria Amélia] Crianças pequeninas há o meu neto, de 4 anos, e poucas mais. A escola primária daqui fechou por falta de alunos, por isso as poucas crianças têm de ir para Penamacor ou Sabugal.

[Srª. Saudade] Na minha infância, quando andava na escola, éramos 23 raparigas e 5 rapazes só da minha idade!

[Srª. Dolvina] Havia a escola das raparigas e a escola dos rapazes. Quantas estamos cá hoje da nossa idade? Acho que somos só 5. Passámos de 23 para 5.

[Maria Amélia] Na minha altura, o centro de saúde e a junta de freguesia eram a escola masculina, e aqui em baixo era a feminina. Havia muita gente.

O que considera mais típico ou significativo da aldeia?

[Maria Amélia] Para mim, o mais típico é a celebração do Madeiro no Natal. A 8 de dezembro vai-se buscar os madeiros. Este ano foi diferente, mais bonito, porque se fez o cortejo da lenha nos tratores, foram pela aldeia toda. E no dia 24 de dezembro acende-se o Madeiro. Depois há a festa de Santiago e a Festa da Senhora da Póvoa, no Santuário.

E que espaços ou lugares destaca?

[Maria Amélia] O Santuário da Senhora da Póvoa, o Largo das Festas e a Igreja.

[Srª. Dolvina] E a Lameira da Fonte, a Fonte Carvalha e a Fonte dos Namorados.

[Maria Amélia] A estrada ao longo do canal também é bonito de andar, principalmente agora na primavera, quando começam a desabrochar as flores, é uma paisagem bonita de se ver. Tem também a Serra d'Opa que tem uma vista espetacular lá de cima.

Que memórias tem do Vale?

[Maria Amélia] Na aldeia sempre houve bailaricos durante o ano todo. As pessoas juntavam-se e dançavam nas ruas ou na praça.

[Srª. Saudade] As pessoas de mais idade punham-se ali naquele balcão a ver, e a gente nova andava toda aqui a dançar na praça. Era uma alegria!

[Maria Amélia] Mas depois entra a Quaresma e já não se podia fazer bailaricos. Então, para se divertirem, as próprias pessoas organizavam-se e substituíam a dança por jogos tradicionais. Faziam uma roda para o jogo do "Lencinho Caiu", jogavam ao "Berlinde", ou ao "Jogo do Cântaro".

[Srª. Dolvina] E o "Jogo do Cântaro"!

[Maria Amélia] Usavam um cântaro de barro velho. Os rapazes e raparigas faziam uma fila e iam atirando o cântaro para trás por cima da cabeça; quem estava atrás tinha de o apanhar. Se caísse, partia-se e a pessoa tinha de ir buscar outro!



Ana Campos

57 anos

Residência: Castelo Branco, regressa ao Vale da Senhora da Póvoa de quinze em quinze dias (ao fim de semana).

Ocupação: Técnica de controlo da triagem.

Vínculo: Fez a escola primária no Vale e viveu na aldeia até começar a trabalhar.

O que mais GOSTA no Vale da Senhora da Póvoa?

Estar com a família. É o mais importante, é o que nos traz cá. Fizemos cá a escola primária e morámos cá; só quando comecei a trabalhar é que saí. Quanto aos espaços, gosto muito da ermida da Senhora da Póvoa, lá em baixo, e da igreja. Acho a igreja muito bonita e, quando falo na igreja, falo também da Avenida, que acho uma parte espetacular da aldeia. Gosto muito do povo e da zona do canal, que fica muito gira para andar de carro ou de moto-quatro.

O que Gostaria de MUDAR no Vale da Senhora da Póvoa?

Concordo que seria importante ter uma praia fluvial.

Como IMAGINA o Vale da Senhora da Póvoa no futuro?

Com menos gente ainda.

Sente falta de alguma coisa que tenha desaparecido da aldeia?

Sinto falta do café e do convívio. Fechando o café, perde-se o ponto de encontro com as pessoas com quem lidávamos na escola primária. Praticamente umas foram para Lisboa, outras para o Porto ou emigraram, e há cada vez menos gente na aldeia.

O que considera mais típico ou significativo da aldeia?

Aqui, a Senhora da Póvoa é o óbvio. É a referência que marca a aldeia.

Que memórias tem do Vale?

Tenho muitas memórias, principalmente de quando era mais miúda: a escola primária, a cantina e a família. Lembro-me da altura em que a família se juntava nas festas, no Carnaval, nas nossas casas, os meus avós, os meus tios, os meus primos e o meu pai. Muito boas memórias.



João Pires

54 anos

Residência: Castelo Branco, visita a aldeia aos fins de semana.

Ocupação: Profissional no ramo imobiliário.

Vínculo: Tem família no Vale e fez os estudos primários na aldeia.

O que mais GOSTA no Vale da Senhora da Póvoa?

O que me traz cá é a família. Estudei cá e o que gosto é estar com a família, mas a aldeia tem uma coisa espetacular que são as paisagens magníficas, por exemplo a Serra d'Opa. Além disso, o que se faz muito por cá são passeios pedestres e caminhadas.

O que Gostaria de MUDAR no Vale da Senhora da Póvoa?

Mudar seria ter, por exemplo, uma praia fluvial com melhores condições para atrair pessoal familiar e jovens que estão em Lisboa, no Porto ou noutras cidades. Tendo uma praia fluvial, atrai-se mais jovens.

Como IMAGINA o Vale da Senhora da Póvoa no futuro?

No futuro, isto aqui vai ser uma quinta: os mais velhos vão morrendo e os novos só vêm para aqui quando estiverem reformados, porque em questão de trabalho não há cá nada.

Sente falta de alguma coisa que tenha desaparecido da aldeia?

Sinto falta do café e do convívio. O café é o local onde encontramos amigos que já não vemos há muito tempo.

Que memórias tem do Vale?

A minha memória marcante é a da professora Graciette, da escola primária, que era uma pessoa espetacular. Ficou-me para sempre na memória. E também a memória da família, que antigamente se juntava muito mais.



Claudina Hipólito

83 anos

Residência: Sempre viveu no Vale da Senhora da Póvoa.

Ocupação: Trabalhou na agricultura e no campo; foi cozinheira do Centro de Dia da aldeia durante 20 anos, onde se reformou.

O que mais GOSTA no Vale da Senhora da Póvoa?

Gosto de tudo! Do que é do Vale, gosto de tudo. Mas o que mais gosto é da família.

O que Gostaria de MUDAR no Vale da Senhora da Póvoa?

Tivesse cá uma discoteca para eu ir dançar! Quando era mais jovem dançava muito. Tínhamos a Romaria de Nossa Senhora da Póvoa e a Festa de Santiago, que era a melhor. Íamos atrás da música a dançar. Agora há poucas festas porque já está toda a gente muito velhinha. E os novos são muito poucos, não querem vir para cá, gostam é da cidade.

Como IMAGINA o Vale da Senhora da Póvoa no futuro?

Eu sei lá... Acho que é uma coisa que está já muito fraquinha, cada vez está pior. Somos muito pouquinhos e tudo de uma certa idade. Os novos não querem estar cá, gostam é de Lisboa.

Sente falta de alguma coisa que tenha desaparecido da aldeia?

A Festa de Santiago era tão bonita e agora se calhar nem a fazem. Fazíamos a procissão com todos os santos, a Nossa Senhora da Póvoa, o Santiago e outros, com a música a ir à frente e a gente atrás a dar a volta à aldeia. À tarde, cada mordomo levava um tabuleiro à cabeça com carnes assadas, pães leves e frutas para arrematar. Era bonito! Também tínhamos o rancho, em que eu dançava. Íamos para muitos lados, até a Lisboa, no autocarro que o Presidente da Câmara de Penamacor nos dava. Tenho ali muitas fotografias a dançar. Agora já não há rancho nem nada.

O que considera mais típico ou significativo da aldeia?

Para mim, o melhor de tudo é a Senhora da Póvoa: o Santuário e o dia da festa. Fazem a procissão às onze e a missa à uma da tarde. Antigamente a festa durava três dias, vinha gente de todo o lado em camionetas, até de Castelo Branco, a 70 quilómetros, cantava-se, dançava-se e juntavam-se todos na barreirinha. Hoje ainda vem muita gente, mas cada um no seu carro.

Que memórias tem do Vale?

Antigamente, nas festas, faziam-se as sopas de pão e couve, o arroz de frango e entrecosto. As filhós eram para o Natal. Mas o melhor de tudo era o Carnaval: juntávamo-nos em casa da minha sogra e íamos de casa em casa dos oito filhos. Fazia-se arroz de entrecosto, bicho de pé e orelha, e para sobremesa uns faziam arroz-doce, outros fatias douradas ou pudins. Jantávamos todos e andávamos mascarados de casa em casa pela noite dentro. Era uma festa linda!

Trabalhou-se muito. Fiquei viúva aos 39 anos e trabalhei muito com a enxada na mão para criar as filhas. Depois fui para o Centro de Dia, onde trabalhei 20 anos como cozinheira. Ia para lá das 8h às 13h, cozinhava para os velhinhos e fazia as compras. Quando saía, em vez de descansar, ia para a horta plantar batatas e feijão, ou cuidar das galinhas. Também estive uns anos em França nos anos 80 com o meu marido, mas ele não gostava de lá estar,



Maria dos Prazeres Hipólito

64 anos

Vínculo: Natural da aldeia, reside em Castelo Branco e regressa ao Vale da Senhora da Póvoa aos fins de semana e férias, onde comprou e reconstruiu casa há cerca de 10 a 12 anos.

Ocupação: Reformada.

O que mais GOSTA no Vale da Senhora da Póvoa?

Gosto das festas, do convívio e de ir ao café, quando temos cá um café aberto! Quando esteve cá o restaurante também gostava muito. Gosto de fazer caminhadas pelas estradas secundárias fora da Estrada Nacional, alcatroadas, à beira da Ribeira ou ao longo do Canal da Rega, que se faz muito bem.

Hoje em dia gosto dos convívios que se organizam: quando fazem pizzas no forno comunitário para toda a gente, quando a Junta ou a Câmara organizam porco no espeto, as sardinhadas no Verão ou os magustos com castanhas na Associação.

O que Gostaria de MUDAR no Vale da Senhora da Póvoa?

Para melhorar, o que falta mesmo é uma praia fluvial. Todas as aldeias à volta têm e nós não temos, apesar de termos cá todas as condições para isso, temos a ribeira, a água e o espaço. Ainda chegaram a falar em fazer uma piscina perto do canal, aproveitando a água de lá, mas acabaram por nunca fazer nada.

Como IMAGINA o Vale da Senhora da Póvoa no futuro?

Isto agora está entregue aos estrangeiros e às pessoas da terra que gostam disto e mantêm cá as casas. Os mais velhos estão todos a desaparecer. Os novos que gostam disto mantêm as casas de família; os outros acabam por vender a estrangeiros ou a portugueses de fora. Já cá há muitos estrangeiros a morar e a comprar quintas e casas na aldeia.

Sente falta de alguma coisa que tenha desaparecido da aldeia?

Era as festas. A festa de Santiago, em agosto, chegava a durar quatro dias e agora é só um ou dois, e às vezes nem há. A da Senhora da Póvoa dura dois ou três dias, mas no sábado já há menos gente do que antigamente.

Que memórias tem do Vale?

Lembro-me de quando havia os fornos comunitários e as pessoas iam cozer o pão e os bolos. A minha mãe fazia lá sempre os bolinhos. Também se assavam lá cabritos: havia uma taberna cujo dono assava o cabrito no forno ou na brasa e vinha muita gente de fora comer. Lembro-me de estar lá a ver grelhar os cabritos quando era miúda.

Outra memória marcante eram os tanques comunitários onde se lavava a roupa. Havia um tanque grande com cinco ou seis lavadouros de cada lado e relva para pôr a roupa a corar. As raparigas iam lá lavar e os namorados iam ter connosco.

Na minha juventude também tínhamos os bailaricos, onde se alugavam os rés-do-chão das casas para dançar, e íamos às discotecas em Penamacor, no Sabugal ou no Terreiro das Bruxas.

Tenho muitas saudades da escola primária! Na minha altura já andei na escola misturada. Lembro-me de tomarmos lá o pequeno-almoço e das feijoadas ao almoço, que a senhora cozinhava muito bem. Gostava muito de jogar à bola no pátio com os rapazes, mas tinham de me deixar marcar golos, senão chateava-me com eles!



Isabel

30 anos

Residência: Reside no Vale da Senhora da Póvoa há cerca de dois anos e meio.

Vínculo: Mudou-se para a aldeia após conhecer o local através de dois amigos que lá compraram terreno.

O que mais GOSTA no Vale da Senhora da Póvoa?

Conheci o Vale através de dois amigos que moram cá e gostei muito. É um lugar lindo, bonito e tranquilo, e as pessoas são muito acolhedoras. Eu gosto das vistas, gosto que temos muita água, gosto da tranquilidade e dos meus vizinhos.

O que Gostaria de MUDAR no Vale da Senhora da Póvoa?

Agora não consigo pensar em nada. Pode ser que haja alguma coisa, mas neste momento não sinto falta de nada em específico.

Como IMAGINA o Vale da Senhora da Póvoa no futuro?

Acho que pode ser que venham mais pessoas a viver para cá, porque somos pouquíssimas pessoas. Não para ser gente em demasia, mas o suficiente para termos mais comunidade, mais mercados e festas.

O que considera mais típico ou significativo da aldeia?

A Senhora da Póvoa, que é só aqui. Às vezes temos mercados e feiras aqui também na praça.

Que memórias tem do Vale?

Gosto muito de caminhar até ao topo da Serra d'Opa. Tem lá umas pedras em cima e umas vistas incríveis. Tenho uma memória de fazer essa caminhada com a minha melhor amiga, Daisy, que mora também aqui.



Marta Cameira Simões

41 anos

Residência: Reside no Vale da Senhora da Póvoa desde 2020 (ano da pandemia), após mudar-se do centro de Lisboa com o marido. Dona da Mercearia da aldeia.

Ocupação: Licenciada em Marketing e Publicidade; investiu na criação do próprio negócio/emprego no Vale.

O que mais GOSTA no Vale da Senhora da Póvoa?

Olha, para uma pessoa que viveu no centro de Lisboa, o facto de não haver trânsito é uma das melhores coisas. Apesar de, infelizmente, às vezes ainda se ouvirem algumas ambulâncias, na zona onde nós vivíamos ouvíamos muitas vezes o INEM. Mas, basicamente, é o trânsito, aquela azáfama de Lisboa. Um percurso que ao fim de semana fazíamos em 15 minutos, durante a semana, para ir para o trabalho, demorava quase uma hora. Acho que isso é o principal. Depois, também sinto que as pessoas aqui são um bocadinho mais calmas, menos agressivas, menos agitadas. É diferente.

Em termos de espaços, destaco dois: em primeiro lugar, o topo da Serra d'Opa, porque temos uma vista incrível, tanto para a Serra da Estrela como para a Malcata, para a zona da Beira Alta e, mais abaixo, conseguimos ver também o topo de Monsanto. E gosto muito da Senhora da Póvoa, nomeadamente da entrada da capela. Sentar-me naquela pedra para relaxar é espetacular.

O que Gostaria de MUDAR no Vale da Senhora da Póvoa?

A acessibilidade, em termos de transportes, para as pessoas conseguirem chegar cá de outra forma. É muito difícil vir para cá e não criar o próprio emprego. Ou seja, se vens para cá para trabalhar para outras pessoas, quase sempre acabas por ficar com o ordenado mínimo. Infelizmente, não há uma aposta das grandes empresas em vir para cá. E, na verdade, estamos aqui a três horas de Lisboa, a três horas e meia de Madrid e do Porto. Acho que devia haver mais investimento para criar mais postos de trabalho que valorizassem as capacidades das pessoas, porque há muita gente licenciada aqui, e o ordenado mínimo ser pago a um licenciado nunca deveria acontecer.

Como IMAGINA o Vale da Senhora da Póvoa no futuro?

Ui, essa é uma pergunta muito difícil. Eu tenho sempre o otimismo de acreditar que cada vez mais pessoas vão querer vir para cá. Infelizmente, também há cada vez mais pessoas idosas que começam a falecer, seja pela idade ou pelas doenças que vão aparecendo, e ainda não existe uma compensação suficiente. Mas noto que já há mais pessoas interessadas em vir viver para cá. Penso muito no que pode ser o Vale no futuro e quero acreditar que vai evoluir em todos os sentidos: nas acessibilidades, no número de habitantes, com mais casas ocupadas. Gostava também que mais pessoas quisessem investir aqui. Eu e o meu marido investimos e gostava muito que outras pessoas também o pudessem fazer.

O que considera mais típico ou significativo da aldeia?

Na parte da gastronomia, com muito destaque para o cabrito. Também há os papos de carolo e o próprio arroz-doce, que está presente em praticamente todas as mesas de Natal e noutras festas. Depois há os queijos, que são muito bons. São, normalmente, mais curados do que os da Serra da Estrela, que são mais amanteigados; aqui são sempre um bocadinho mais duros.



Fernanda, Maria José, Joaquim e Teresa

Fernanda (61 anos): Residente da aldeia há alguns anos.
Maria José (73 anos): Nasceu no Vale; reside em Caneças e passa férias na aldeia.
Joaquim (68 anos): Nasceu no Vale; reside em Caneças e passa férias na aldeia.
Teresa (71 anos): Nasceu no Vale; reside em Sintra e passa férias na aldeia.

O que mais GOSTA no Vale da Senhora da Póvoa?

[Fernanda] O ambiente aqui é bom.

[Maria José] Olha, isto é fresco. É no verão, mas no inverno também é muito frio. Gostamos da Ermida da Senhora da Póvoa. Gostamos também ali do campo das festas, que agora tem lá aquele lobo tão bonito e aquela pintura. E gostamos da igreja, que aqui na zona é das maiores que há.

[Teresa] É muito quente no verão e muito frio no inverno.

[Joaquim] E também do café, da tasca.

[Maria José] Do café não há. Está fechado.

O que Gostaria de MUDAR no Vale da Senhora da Póvoa?

[Maria José] Mudar? Mudar? Não sei, mas que tivesse pelo menos umas piscinas ou praia fluvial. Aqui da zona é a única que não há. Para chamar mais os jovens, eu por acaso tenho dois netos e eles gostam muito de vir para cá, e a minha filha também gosta muito. Mas se tivesse praia fluvial ou piscinas, era diferente.

[Joaquim] Vinham mais vezes.

[Teresa] Como as outras aldeias têm.

[Fernanda] Faz cá falta.

Como IMAGINA o Vale da Senhora da Póvoa no futuro?

[Teresa] Olha, isto daqui já há pouca gente. Tem tendência a desaparecer. A malta nova não vem cá ficar porque não têm cá vida, não é?

[Maria José] Já há tão pouca gente cá. Se não vierem para cá pessoas, isto tem tendência a desaparecer.

[Joaquim] Podem vir, já há mais de 10 casais.

[Maria José] Mas antigamente isto tudo aqui em volta era cultivado. Agora como a menina vê, está tudo…

[Fernanda] Está tudo abandonado.

[Maria José] A minha filha, por exemplo, já não deve vir para cá. E os meus netos? Têm a vida deles lá em Lisboa. Também não se sabe a volta que isto pode dar.

[Joaquim] Não se sabe. Depois de reformados podem vir. Se houver cá condições, não podem vir porquê? Não vêm para cá pelos terrenos, que ela não sabe. Mas se tiver dinheiro, reforma, compra as coisas.

[Fernanda] Há pessoas que vêm para cá e não sabem, aprendem. Daqui a amanhã podem aprender.

[Maria José] Eu também não sabia. E ali a Teresa, o meu marido e eu também fazemos uma hortita. Cavar a terra é muito complicado, e tirar as ervas. Tem que se andar ali, marcha. É complicado.

O que considera mais típico ou significativo da aldeia?

[Maria José] As sopas.

[Fernanda] É o que se fazia mais no tempo das matanças.

[Teresa] E quando andavam a cortar o trigo. A ceifar. A mais típica era as matanças do porco.

[Joaquim] E nessa altura comiam as sopas.

[Maria José] Nas ceifas e na malha do trigo, e a chanfana, e no verão também faziam. Só que em vez de ser de couve, era de grão.

[Teresa] Olha, antigamente também havia aqui o forno comunitário, onde se ia cozer o pão. Era logo aí o forno, aí abaixo. As pessoas iam lá cozer o pão e, para diferenciar o pão de uma pessoa do de outra, alguns punham um pauzinho, não era? Outros faziam-lhe assim com os dedos, para depois saberem quais eram de uma pessoa e de outra. Eu lembro-me bem disso, das matanças e da desfolhada.

[Fernanda] Já está tudo caído. Está lá o forno, mas o telhado já caiu.

[Maria José] Eram outros tempos, quando havia cá muita gente. E outra coisa que havia também: à noite, os rapazes juntavam-se e percorriam aqui a rua. Uns iam para lá e outros vinham para cá. Era muito engraçado à noite, quando eles passavam aí.

[Joaquim] Para cantar as serenatas.

[Teresa] À noite era chorar o Entrudo, e depois diziam quem é que namorava com a rapariga. Mas era só à noite, já a gente estava na cama.

[Joaquim] Era num funil. Agarrávamos um funil e depois íamos com o funil.

[Teresa] E na Páscoa era na Quaresma. Havia o jogo dos Cântaros. Faziam-se os jogos tradicionais também. Agora não se tem nada disso. Nada.

[Maria José] Cântaros de barro. A gente ia buscar a água. Não havia ainda a água canalizada e íamos ali ao chafariz. E depois havia o jogo do lenço, a gente fazia roda e deitava o lenço. Jogávamos à cabra-cega.

[Joaquim] Agora, na altura, não havia aí nada. Não havia carros para a gente ir para lado nenhum.

[Fernanda] Tinha que se entreter em alguma coisa. Não havia telemóveis.

[Teresa] É verdade. Antigamente havia os tanques lá em cima. Ainda lá estão, não é? Mas íamos para lá lavar a roupa. E na ribeira lavava-se lá muita roupa. Primeiro foi na ribeira ainda. Também íamos para lá lavar as tripas.

[Joaquim] Lavavam aqueles tabuleiros grandes das tripas do porco.

[Teresa] É. Íamos para lá lavar na ribeira e depois lavavam-nas lá, para encher depois os enchidos: chouriços, morcelas, farinheiras.

Mapa Topográfico

A09

710
760
810
860
760
710
660
610
560
510
560
610

0 100 200 500m
1:7500
N

Mapa Hidrográfico

A10

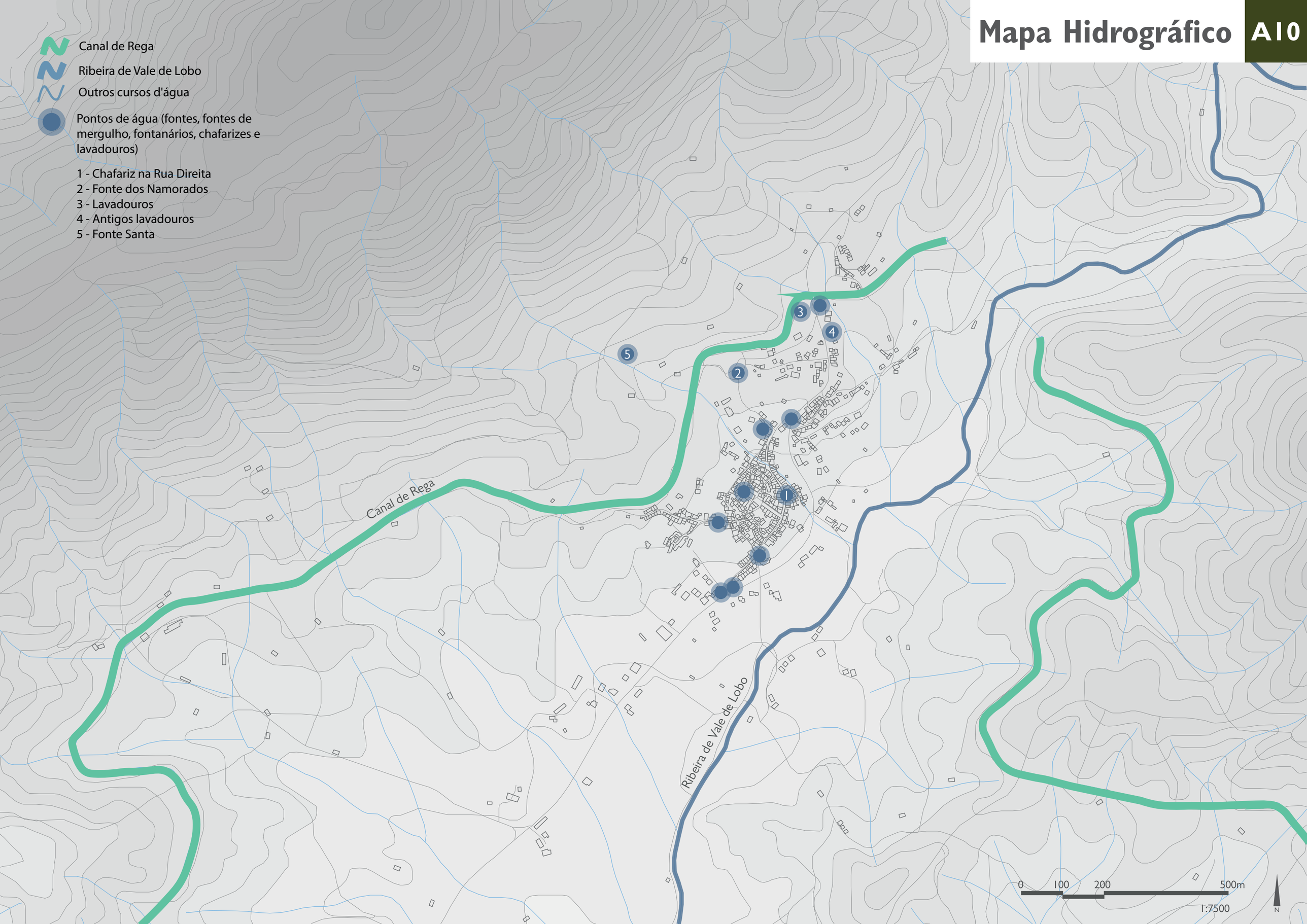
Canal de Rega

Ribeira de Vale de Lobo

Outros cursos d'água

Pontos de água (fontes, fontes de mergulho, fontanários, chafarizes e lavadouros)

1 - Chafariz na Rua Direita
2 - Fonte dos Namorados
3 - Lavadouros
4 - Antigos lavadouros
5 - Fonte Santa



Mapa Ocupação do Solo 1951-1980

AII

- Olivais
- Culturas temporárias e/ou pastagens melhoradas associadas a olival
- Culturas temporárias de sequeiro e regadio
- Agricultura com espaços naturais e seminaturais
- Mosaicos culturais e parcelares complexos
- Territórios artificializados

0 100 200 500m

1:7500

N

Mapa Ocupação do Solo 2018

A12

- Olivais
- Pastagens melhoradas
- Culturas temporárias de sequeiro e regadio
- Pastagens espontâneas
- Mosaicos culturais e parcelares complexos
- Tecido edificado
- Vinhas
- SAF de sobreiro

0 100 200 500m

1:5000

N

Mapa Cheios e Vazios

A13

0 100 200 500m

1:7500

N

Mapa Hierarquia Viária

A14

- EN233
- Eixo Urbano Principal (Rua Direita / Alameda dos Balcões)
- Vias Secundárias / Urbanas
- Vias de Apoio / Locais
- Caminhos Rurais

0 100 200 500m

1:7500

N

Mapa Património Arquitetónico e Arqueológico

A15

Povoado da Serra de Opa

Património Arqueológico

LXV. Alvercas (CNS: 26252) - Casal Rústico - Romano
LXVIII. Fonte Santa (CNS: 26256) - Casal Rústico/Inscrição - Romano
LXX. Lameira da Mourisca (CNS: 26259) - Casal Rústico - Romano
LXXI. Mascotos (CNS: 26260) - Abrigo - Romano
LXXII. Olival do Conde (CNS: 26262) - Abrigo - Romano
LXXIV. Sítio da Póvoa/Pião (CNS: 26264) - Casal Rústico - Romano

Povoado da Serra de Opa - Bronze Final/ Id. Ferro/Romano
Vale da Sr. da Póvoa - Villa/Inscrição - Romano

Imóveis de Interesse Patrimonial

1. Ermida da Senhora da Póvoa
2. Igreja Matriz
3/4/5. Casas Solarengas

6. Cruzeiro dos Centenários

Sítios e Conjuntos de Interesse

S1. Santuário da Senhora da Póvoa
C1. Alameda dos Balcões

LXX
LXVIII
LXXIV
LXXII
LXV
LXXI
S1
C1
1
2
3
4
5
6

0 100 200 500m
1:7500
N

Mapa Equipamentos e Serviços

A16

1. Mercearia
2. Café/Restaurante

Equipamentos Institucionais e Sociais

3. Junta de Freguesia
4. Antiga Cantina
5. Associação dos Amigos da Senhora da Póvoa

Equipamentos Religiosos

6. Igreja Matriz
7. Cemitério
8. Santuário da Senhora da Póvoa

Forno Comunitário

Largo das Festas / Quadra Polodesportiva

Lagares de Azeite

0 100 200 500m

1:7500

N

Mapa de Riscos Naturais e Tecnológicos

A17

Áreas com perigosidade de Incêndios Florestais Alta e Muito Alta

Zonas Ameaçadas pelas Cheias

Acidentes de Tráfego Rodoviário (EN233)

Perímetro Urbano

Canal de Rega

Canal de Rega

EN233

Ribeira de Vale de Lobo

0 100 200 500m

1:7500

N

Mapa Áreas Ardidas

A18

2025
2012
2010
2009
2000-2008
1990-1999
1975-1989
Perímetro Urbano

0 100 200 500m

1:7500

N

Mapa de Vulnerabilidade Urbana e Acessibilidade

A19

- Vias de Acesso Livre a Veículos de Socorro (≥3,5m)
- Vias de Acesso Condicionado / Inacessíveis a Meios Pesados (< 3,5m)
- EN233
- Nó de Conflito Pedonal/Viário
- Zonas de Concentração de Edificado Degradado / Ruínas

EN233

0 100 200 500m

1:7500

N

Mapa de Atributos

A20

Atributos

1 - Santuário da Senhora da Póvoa
2 - Alameda dos Balcões
3- Igreja Matriz
4 - Serra d'Opa
5 - Canal d'Água
6 - Antigos Lavadouros
7 - Lagares de Azeite
8 - Antiga Escola
9 - Largo das Festas
10 - Largo/Sede Associação de Amigos da Srª a da Póvoa
11 - Forno Comunitário
12 - Ribeira de Vale de Lobo
13 - Antiga Cantina

Chafarizes e Fontes

Vistas

Cores de acordo com os valores patrimoniais:
Social
Económico
Histórico
Estético
Científico
Antiguidade
Ecológico

v1 v2 v3 v4 v5 v6 v7

0 100 200 500m
1:7500

N

Master Plan A21

Rede da Paisagem e da água

1. Percursos do canal e da ribeira
Percursos existentes
Ligações propostas
Trilho da Serra d'Opa

2. Área de lazer e antigos lavadouros

Rede de espaços coletivos

Ruas de ligação da Rede de espaços coletivos

3. Largo da Associação e antiga cantina
4. Largo do Forno Comunitário
5. Largo do Chafariz da Rua Direita
6. Espaço junto à Igreja Matriz
7. Antiga Escola e envolvente
8. Largo do Cruzeiro

Ligações da EN233

0 100 200 500m
1:7500
N